

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO

Presidente:	- <i>Rita Bárbara Pires Messias</i>
1.º Secretário:	- <i>Luís Carlos Fontoura Soares</i>
2.ª Secretária	- <i>Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 2.ª Sessão Ordinária 28 de abril de 2025	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da 3.ª Sessão Ordinária 27 de junho de 2025	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente <i>Vitor Manuel Correia</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i> - <i>Fernanda Maria do Sacramento Mesquita</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Cumprimento o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, cumprimento os Senhores Deputados aqui presentes, Líderes das Bancadas Parlamentares, cumprimento a Comunicação Social, o público presente e quem nos acompanha na transmissão via *online*.

Agradeço a vossa presença.

Considerando que nos encontramos em pleno período de campanha eleitoral, gostaria de relembrar a todos os presentes as exigências da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, relativa à eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais.

É imperativo que todos os órgãos das autarquias locais e os seus titulares observem rigorosa neutralidade e imparcialidade no exercício das suas funções. Tal significa que não podemos intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral, nem praticar atos que de algum modo favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra.

Peço, portanto, a todos que as vossas intervenções se pautem por estes princípios, abstendo-se de qualquer atividade que vise, direta ou indiretamente, promover candidaturas, ou partidos políticos. A exibição de elementos de propaganda é igualmente vedada durante o exercício das nossas funções nesta Assembleia.

Mantenhamo-nos focados nos temas da nossa agenda, com elevação e no superior interesse da comunidade de Mirandela.

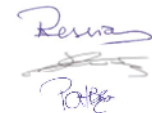
----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:



A Senhora Deputada **Camila Padrão Fraga** é substituída pelo Senhor Deputado **Emanuel Sérgio Batista**;

O Senhor Deputado **Francisco José Esteves** é substituído pela Senhora Deputada **Maria Manuela Gonçalves Fernandes**;

A Senhora Deputada **Débora Amparo Pinheiro Pereira** é substituída pelo Senhor Deputado **Paulo Jorge Morais Pontes**;

A Senhora Deputada **Graciete Cláudia Alves Ramos** é substituída pela Senhora Deputada **Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira**;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça **Duarte José Ruivo** é substituído pelo Senhor Tesoureiro **Ricardo Miguel Bravo Taberneiro**;

O Senhor Deputado **Jorge Humberto Correia Fernandes** é substituído pela Senhora Deputada **Vera Lúcia Francisco Correia**;

O Senhor Deputado **Luís António Santos Tomé** apresentou justificação de falta.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Francisco José Esteves, Débora Amparo Pinheiro Pereira, Graciete Cláudia Alves Ramos, Duarte José Ruivo, Jorge Humberto Correia Fernandes, Luís António Santos Tomé, Diana Delfina Santos Costa, Vanda da Assunção Carvalho Preciso.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 12 de setembro de 2025.
- *Francisco José Esteves*: Sessão de 12 de setembro de 2025.
- *Débora Amparo Pinheiro Pereira*: Sessão de 12 de setembro de 2025
- *Graciete Cláudia Alves Ramos*: Sessão de 12 de setembro de 2025.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 12 de setembro de 2025.
- *Jorge Humberto Correia Fernandes*: Sessão de 12 de setembro.
- *Luís António Santos Tomé*: Sessão de 12 de setembro.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 12 de setembro.
- *Vanda da Assunção Carvalho Preciso*: Sessão de 12 de setembro.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 4.ª Sessão de 12 de setembro de 2025, dos membros mencionados.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal **RITA MESSIAS** disse:

Antes de darmos início aos trabalhos desta Sessão e já com a Assembleia formalmente constituída, cumpre-me, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, trazer a esta Sessão um momento de profundo pesar e homenagem, através de um voto de pesar que passo a apresentar.

VOTO DE PESAR

Na madrugada do passado dia 16 de agosto, a nossa comunidade foi profundamente abalada por um trágico incêndio ocorrido nas instalações do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, que vitimou sete cidadãos e deixou mais de vinte pessoas feridas. A dor provocada por esta tragédia permanece viva entre nós, e somos convocados a que, enquanto órgão representativo do povo mirandense, expressemos o nosso mais profundo pesar.

Perante esta dolorosa ocorrência, prestamos sentida homenagem às vítimas: **Antero Augusto Esteves, Augusta Piedade Fernandes, Iluzinda do Amparo, Inês da Natividade Gomes, Josefina Cândida, Maria do Amparo Grilo e Piedade da Conceição Lisboa**

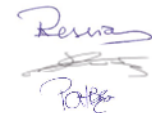
A Assembleia Municipal curva-se perante a memória de cada uma destas vidas, reconhecendo o sofrimento das famílias e de todos os que foram direta, ou indiretamente tocados por esta tragédia. Endereçamos as mais sinceras condolências às famílias enlutadas e expressamos votos de rápida recuperação a todos os feridos.

A este momento de luto junta-se o pesar pelo falecimento do Senhor **Adolfo Augusto dos Santos**, que perdeu a vida enquanto operava uma máquina para conter o avanço das chamas e proteger as aldeias vizinhas neste concelho. O seu gesto, marcado por coragem e altruísmo, representa um exemplo maior de dedicação ao bem comum e de serviço à comunidade. A sua memória permanecerá como símbolo dos valores mais nobres da cidadania e do espírito solidário de proteção que nos une.

A Assembleia Municipal solidariza-se com a dor das famílias enlutadas e espera que este gesto coletivo de reconhecimento e respeito possa trazer algum conforto num momento de profunda tristeza. Um reconhecimento especial e a nossa solidariedade com a Santa Casa da Misericórdia e a todos os seus dirigentes e respetivas equipas, pelo momento difícil por que passaram.

Expressamos igualmente o nosso reconhecimento e gratidão aos operacionais, profissionais de emergência, equipas de apoio e voluntários que, com bravura, humanidade e generosidade, enfrentaram este momento difícil. Agradecemos também às instituições que se disponibilizaram para apoiar, acolher e cuidar das pessoas afetadas.

Que a memória de **Antero, Augusta, Iluzinda, Inês, Josefina, Maria, Piedade e Adolfo** permaneça viva na consciência coletiva da nossa terra, como testemunho da importância de cuidar, da força da solidariedade e da urgência em proteger os mais frágeis.



Cuidar das gerações mais velhas, que após uma vida de esforço e dedicação merecem usufruir de segurança, dignidade e bem-estar, é um dever que nos convoca a todos — enquanto cidadãos, enquanto instituições, enquanto comunidade.

Em nome da Assembleia Municipal de Mirandela, reiteramos o nosso respeito, a nossa solidariedade e a nossa profunda admiração pela memória dos que partiram.

Em sinal de respeito e homenagem, propõe-se que a Assembleia Municipal aprove este voto de pesar, a realização de um minuto de silêncio em memória das vítimas e o envio oficial às famílias.

Não havendo então objeções, passemos a fazer um minuto de silêncio. Peço que se levantem para o cumprir. Poderemos depois realizar um minuto de silêncio em conjunto, caso surjam mais situações nesse sentido.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar a *Antero Augusto Esteves, Augusta Piedade Fernandes, Iluzinda do Amparo, Inês da Natividade Gomes, Josefina Cândida, Maria do Amparo Grilo, Piedade da Conceição Lisboa e Adolfo Augusto dos Santos* e o envio às respetivas famílias.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 28 de abril de 2025 e Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 27 de junho de 2025.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Voltando à questão das atas, em relação à Ata n.º 3 da segunda Sessão Ordinária realizada nos dias 28 e 30 de abril, gostaria de prestar alguns esclarecimentos, se me permite.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, antes de procedermos à votação da ata n.º 3, entendo ser meu dever, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, prestar os devidos esclarecimentos quanto à sua redação, em nome da transparência, da responsabilidade institucional e do respeito pelo regular funcionamento democrático deste órgão autárquico.

Na Sessão anterior, foi suscitada a questão relativa à inclusão, na ata, da comunicação ao Ministério Público sempre que existam faltas injustificadas por parte dos Senhores Deputados. Cumpre esclarecer que esta prática tem sido, de forma consistente, adotada por esta Assembleia, como se pode verificar em diversas atas anteriores, nomeadamente as atas n.º 02/2016, 04/2016, 05/2016, bem como a ata n.º 03/2024 da Sessão Ordinária de 29 de abril, onde consta expressamente a comunicação da falta injustificada do Senhor Deputado *Manuel Agostinho Beça* ao representante do Ministério Público, facto que, contrariamente ao que foi afirmado na última sessão, está devidamente registado em ata.

Face à controvérsia gerada, a Mesa entendeu solicitar parecer à Associação Nacional de Assembleias Municipais, tendo recebido resposta em 23 de julho de 2025, sendo que o parecer vos foi enviado. “*Ainda que inexista qualquer impedimento na comunicação imediata de cada falta, o parecer refere que, embora não exista irregularidade, em termos práticos não se encontra qualquer benefício em fazê-lo. A solução mais consensual será a de que as faltas injustificadas só deverão ser comunicadas ao Ministério Público quando perfizerem o limite que implica a perda de mandato, porquanto será esse o efeito legal a retirar da comunicação*”. Com base neste parecer, a mesa entendeu não comunicar a falta injustificada do Senhor Deputado Carlos Carvalho ao Ministério Público e, como tal, esse facto foi retirado da ata.

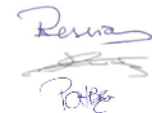
Ainda relativamente à ata, recebemos comunicações dos Senhores Deputados *Carlos Carvalho* e *Agostinho Beça*, solicitando a retificação da respetiva ata. Agradecemos a ambos a diligência e o civismo demonstrado ao formalizarem os seus pedidos por escrito, prática que reiteramos como adequada e construtiva. No caso do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, foi remetido um primeiro *e-mail* datado de 08 de setembro de 2025, no qual se solicita a inclusão de um episódio relativo à tentativa de impedimento do exercício do direito de abstenção, alegadamente ocorrido durante a Sessão e que terá motivado a sua ausência temporária da sala. A Mesa, reconhecendo que a ata não continha referência à votação anulada, deliberou incluir esta nota explicativa sucinta, assinalando que houve uma votação inicial que, por não contemplar a opção de abstenção, foi corrigida, não produzindo efeitos legais.

Posteriormente, em 09 de setembro, o Senhor Deputado remeteu novo *e-mail*, reiterando que a versão revista da ata mantinha a omissão da transcrição da intervenção que originou o incidente, referindo concretamente o momento em que foi tentado impedir o exercício do direito de abstenção, tendo regressado à sala após ser contactado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, que o informou da possibilidade de exercer esse direito.

Senhoras e Senhores Deputados, a Mesa, no exercício das competências que lhe são conferidas pelo regimento, deliberou por unanimidade não incluir os detalhes da votação inicial considerada sem efeito, optando apenas por uma referência objetiva e sucinta à sua ocorrência. Esta decisão foi tomada com ponderação e responsabilidade, sustentada na legislação aplicável, nomeadamente na Lei n.º 75/2013 e no nosso Regimento, que orientam a atuação legítima dos órgãos autárquicos.

A votação inicial, por não ter sido validamente realizada, nem ter produzido qualquer efeito deliberativo, foi considerada sem efeito. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo, a ata deve refletir os atos formais e eficazes das reuniões, nomeadamente as deliberações válidas e os elementos essenciais à sua compreensão. A inclusão de atos anulados, ou sem efeitos comprometeria a clareza, a objetividade e a integridade do registo. O artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 e o artigo 45.º do Regimento determinam que a ata deve conter um resumo do que de essencial se passou, e o essencial, neste caso, é a deliberação válida, não a votação anulada que foi corrigida em tempo útil.

A Mesa assegurou o respeito pelo direito de abstenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, corrigindo o procedimento, tendo a votação final decorrido em plena legalidade. Incluir na ata os detalhes de uma votação sem efeito seria juridicamente irrelevante e potencialmente confuso. A clareza do registo é um dever perante os cidadãos que representamos. Importa ainda sublinhar que o Regimento confere à Mesa a competência para interpretar e integrar lacunas, e foi com base nessa prerrogativa que se decidiu que a votação anulada não constitui matéria essencial para constar na ata. Esta não é uma omissão, é uma decisão consciente, legítima e fundamentada, que respeita o espírito da lei e a dignidade do órgão. Esta decisão visa garantir que o registo oficial da nossa atividade reflita com rigor, sobriedade e fidelidade as deliberações válidas e eficazes, respeitando os princípios legais e regimentais



que nos orientam. A ata que vos apresentamos cumpre esses princípios de objetividade e clareza, e é nesse espírito que vos convido a aprová-la.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Antes ainda da minha intervenção, quero comunicar à Mesa e a todo o Plenário que a minha falta injustificada não foi comunicada ao Ministério Público, como não tinha que ser. Tenho a confirmação do próprio Ministério Público. Não tenho aqui esse documento agora, mas a seu tempo farei chegar cópia à Mesa para que seja dado conhecimento ao Plenário.

Quanto ao resto, começo por manifestar a minha mais profunda decepção por aquela que deveria ser a Casa da Democracia, a última Sessão deste ciclo da Assembleia Municipal de Mirandela termina com uma grave omissão no seu registo oficial. Senhora Presidente, venho perante esta Assembleia exigir a retificação da ata da Sessão de 28 e 30 de abril, por esta não refletir efetivamente toda a verdade dos factos. Especificamente, a ata omite por completo a interpelação que dirigi à Mesa, na qual solicitei explicações formais sobre a tentativa de suprimir o direito fundamental de um Deputado se abster.

E aqui quero introduzir um pormenor, o que é essencial para a Mesa pode não ser essencial para mim nem para outros Deputados Municipais. Esta não é uma questão menor. O direito de voto, que inclui a abstenção, é um pilar da democracia parlamentar. Registo ainda que Vossa Excelência não respondeu à minha mensagem de 09 de setembro, na qual alertava para esta situação. Lembro que, na Sessão de 27 de junho, a primeira versão da ata teve de ser retirada para retificações. Agora, perante uma terceira versão, o episódio crítico que hoje volto a denunciar continua inexplicavelmente omitido. Eu iria ler as comunicações com a Senhora Presidente, mas como já as leu, não vale a pena entrar em mais pormenores. Nesta circunstância, perante repetida omissão de um facto que considero relevante e perante a falta de resposta aos meus legítimos apelos, não me resta alternativa senão, por coerência e em defesa da integridade dos Trabalhos desta Assembleia, votar contra a aprovação da ata em apreço. Lembro ainda que, tem sido hábito transcrever tudo e não omitir pormenores. Tudo o que a Senhora Presidente leu quanto ao enquadramento legal é correto, mas não tem sido essa a prática nesta Assembleia.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Relembro que a Ata n.º 03/2024 refere a comunicação da falta injustificada do Senhor Deputado ao Ministério Público, e essa Ata foi aprovada sem quaisquer comentários. Relativamente às outras questões, penso que já foram devidamente esclarecidas na intervenção anterior. A decisão da Mesa foi justificar o episódio ocorrido, que todos sabemos se tratou de uma situação insólita, explicando que houve uma votação iniciada sem contemplar a opção de abstenção, que foi anulada e substituída por outra que cumpria o Regimento. A nota consta na Ata e não compromete os Trabalhos da Assembleia.

Passamos à votação da Ata n.º 3 da segunda Sessão Ordinária realizada nos dias 28 e 30 de abril de 2025.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos contra, sete abstenções e 28 votos a favor, aprovar a Ata da 2.ª Sessão Ordinária de 28 de abril de 2025.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informei a Mesa que tenho na minha posse um documento oficial do Ministério Público, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, que hoje mesmo farei chegar, onde diz claramente que a falta injustificada não foi comunicada ao Ministério Público, como não tinha que ser. Passando à minha Declaração de Voto.

“Declaração de Voto

Votei contra exatamente pelas razões que invoquei na minha intervenção. Considero uma grave, gravíssima omissão e lamento profundamente, após 16 anos nesta Assembleia, que este ciclo termine assim.”

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, uma abstenção e 51 votos a favor, aprovar a Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 27 de junho de 2025.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Só dar uma nota e respondendo ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, é de lamentar que insista na questão da comunicação ao Ministério Público relativamente à falta injustificada. Essa comunicação consta na Ata n.º 03/2024. Era prática desta Assembleia comunicar todas as faltas injustificadas, mesmo na primeira ausência. Se o Ministério Público registava, ou não, isso já é da responsabilidade dessa entidade, não da Assembleia, mas que a Assembleia fazia essa comunicação, fazia, tem feito sempre e fez no seu caso, Senhor Deputado.

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Relembro que este ponto da Intervenção do Público se destina a intervenções dos Senhores Municípes para solicitarem esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o Município, não sendo admissíveis intervenções de natureza puramente política.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Bom, até que enfim houve lugar à medição do ruído, feita nos dias 25, 26 e 27 de julho, tendo terminado entre as 10h e as 11h de domingo. Na Reunião de Câmara, o Senhor Presidente disse que o teste seria realizado no dia 24 de julho e afirmou, na presença de várias pessoas, como eu, que se o teste fosse favorável a nós, retiraria a tirolesa. Já tem os testes. Pergunto, vai retirar ou não?

Senhor Presidente, o meu advogado já pediu que nos fosse entregue o relatório dos testes. Temos esse direito. Se assim não o entender, irei escrever para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), em Lisboa, e logo se verá. Já tive de o fazer antes relativamente ao documento do Engenheiro *Beleza*, também me quiseram recusar o documento. Escrevi para Lisboa e foram obrigados a entregar-mo. Farei o mesmo se necessário.

Colaborámos com tudo o que nos foi pedido. Questionaram-nos se podiam deixar o equipamento de medição dentro do nosso espaço. Disse: "Sim, podem, mas não me responsabilizo se o partirem, ou se o roubarem." Encontrámos uma solução: o equipamento foi colocado no quarto do meu filho, expressamente na janela. Nos dias 25, 26 e 27, o trabalho foi feito e concluído.

Não compreendo por que motivo o teste não foi feito dentro das nossas instalações. O Senhor Presidente, segundo já ouvi aqui hoje, diz que desconhece certas situações, então anda muito abstraído das coisas. Durante a realização dos testes, apareceu alguma gente, não muita, mas há sempre os curiosos, e como era tempo de festas, quiseram dar a sua voltinha na tirolesa.

Ora, isso levou-nos a crer que o Senhor Presidente estaria a elaborar a sua apresentação para as festas da cidade de Mirandela, no dia 25 de julho. Mas não, não apareceu ali, nem sequer nas festas. Perguntamo-nos onde estaria o Senhor Presidente, estaria de porta em porta com uma campainha na mão, a pedir às pessoas: "Não façam barulho hoje nem amanhã"?

Após o teste feito, na noite de domingo houve uma enchente de gente naquela zona. Senhor Presidente, convido-o a falar aqui hoje dos resultados dos testes, senão brevemente serei eu a falar. Está à espera que passem as eleições para se pronunciar? A tirolesa vai ficar ou não? Sei bem do que falo, os seus amigos que tomem as decisões que quiserem depois.

Senhor Presidente, não pense em adulterar os resultados, ou as datas. Estão lá e um dia falaremos disso. No dia 3 de setembro, ligou-me o seu Adjunto e perguntei-lhe: "Já há resultados dos testes?" A resposta dele foi: "Não." O que quer dizer que não foi verdadeiro comigo, porque eu sei exatamente quando os testes entraram na Câmara e se um dia tivermos de falar disso, falaremos.

Senhor Presidente, mais uma vez foi deselegante e desrespeitador. A minha mulher ia ser operada e o Dr. David deu conhecimento disso ao seu Adjunto e mesmo assim, no dia 11 colocou ali a tirolesa. Era para que a minha mulher não tivesse um bocadinho de paz e sossego?

O que foi dito pelo seu Adjunto foi: "Obrigado, caro colega. Quando a senhora em causa estiver recuperada, iremos agendar novas datas para fazer a medição do mesmo." Não respeitou. Tenha vergonha. Respeite as pessoas, para que o respeitem a si, coisa que o Senhor não tem feito.

Senhor Presidente, ainda não houve dinheiro para fazer as obras da escola do Fomento, nem sequer para a limpar. Que vergonha. Quem passa por ali vê bem o estado daquela escola, mas segundo julgo saber, houve disponibilidade para gastar cerca de 40 mil euros para oferecer um conjunto para a Torre. Para isso já houve dinheiro.

Ainda não teve tempo para mandar limpar a escola do Fomento. Que vergonha. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, desde que lhe foi entregue a limpeza da cidade de Mirandela, a cidade está uma nódoa, nem jardins, nem ruas, nem nada.

Os Senhores lidam mal com a verdade. Na última Assembleia chamei a atenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, de que devia abster-se e colocar o lugar à disposição até prova em contrário. Não o fez. E o que é que fez? Aprendeu mal, bloqueou-me nas redes sociais. Mas não me faz falta, Senhor Presidente.

Pessoas como o Senhor, dispenso-as à distância. Não preciso desses "amigos". Porque ainda poderia correr o risco de um dia vir a ficar com termo de identidade e residência. Para quem não sabe, este Senhor está com termo de identidade e residência.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

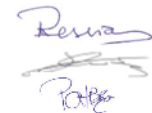
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *PATRÍCIA FREITAS* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Esta minha intervenção serve apenas para questionar o Executivo Municipal relativamente às reuniões plenárias do Conselho Municipal da Juventude.



O Conselho Municipal da Juventude não se reúne desde o dia 12 de março de 2025 e, segundo o respetivo Regimento, deve reunir-se pelo menos quatro vezes por ano.

Gostaria de saber o motivo desta ausência de reuniões, pois não creio que os problemas da juventude e do movimento associativo juvenil estejam completamente resolvidos, ao ponto de não ser necessária a realização das quatro reuniões previstas.

Este é um órgão consultivo relevante e, por isso, considero fundamental que cumpra a sua função e o calendário regulamentarmente estipulado.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão online da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ANTÓNIA CARVALHO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Na sequência das minhas intervenções efetuadas nas Assembleias Municipais de setembro e dezembro de 2024, venho novamente questionar o Executivo Municipal sobre os procedimentos que terão, ou não, sido desenvolvidos no sentido de adequar o Regulamento Municipal de Estacionamento à entrada em vigor da Lei n.º 19/2024, de 5 de fevereiro, a qual determina que o dístico identificativo de veículo elétrico (dístico azul) deixou de ser emitido pelo IMT.

A minha insistência resulta do facto de que o regulamento de estacionamento disponível no site da Câmara Municipal de Mirandela não apresenta qualquer alteração relativa a este tema.

Acresce que tenho conhecimento de solicitações feitas por munícipes junto do GAM (Gabinete de Atendimento ao Múncipe), relativas a esta mesma matéria, sem que tenha sido dada qualquer resposta.

Assim, reforça-se a necessidade urgente de resolução adequada desta situação, garantindo a conformidade do regulamento com a legislação nacional.

Por fim, quero deixar um agradecimento a todos os membros desta Assembleia que desenvolveram o seu mandato até à presente data. Como múnicipe, agradeço a todos os que ocuparam os seus lugares com responsabilidade e dedicação ao serviço público.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Começo a minha intervenção com uma palavra de boas-vindas e votos de um excelente ano letivo 2025/2026 para todos os professores, alunos, encarregados de educação, assistentes operacionais e técnicos das escolas. Desejo que o ano decorra com tranquilidade e normalidade, permitindo o sucesso escolar, que é o objetivo comum de todos os que trabalham diariamente pela educação.

Quanto à intervenção do Senhor múnicipe *Manuel Brizido*, como é do conhecimento geral e já referido em sessões anteriores desta Assembleia, as medições sonoras relativas à instalação da tirolesa foram finalmente realizadas nos dias 25, 26 e 27 de julho. E digo "finalmente" com toda a convicção, porque estas medições estavam previstas desde dezembro de 2024, mas foram sucessivamente adiadas por razões apresentadas pelo próprio múnicipe e família, que, compreensivelmente, alegaram questões de saúde da sua esposa, entre outras.

No entanto, chegámos a um ponto em que já não havia margem para novos adiamentos, sob pena de não se resolver um problema que já se arrasta há demasiado tempo.

Importa frisar que não houve qualquer falta de respeito pela situação da Senhora *Lina*. O que nos foi comunicado foi que a recuperação seria demorada, sem uma previsão concreta. Assim, tendo em conta que já tínhamos contratualizado a medição com uma empresa especializada, decidimos avançar, cumprindo todos os requisitos técnicos estabelecidos no caderno de encargos.

Quanto ao facto de a medição não ter sido feita dentro da habitação, estamos também a averiguar junto da empresa responsável. De momento, temos apenas um relatório parcelar. Já entrei em contacto com a empresa para solicitar o relatório completo e conforme ao solicitado pelo Município, com respostas a todas as questões técnicas.

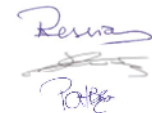
Reitero que a decisão final será técnica e não política. O Município apenas divulgará o relatório quando este estiver completo, qualquer que seja o seu resultado.

A nossa posição é clara, não movemos qualquer ação contra ninguém. O nosso único objetivo é resolver um problema que tem impacto na comunidade.

Quanto às obras na Escola do Fomento, informo que as obras estão em curso, com várias intervenções já realizadas para assegurar o bom arranque do ano letivo. Tivemos, ainda esta semana, uma reunião com o Diretor do Agrupamento de Escolas, onde foram discutidas pendências e irregularidades que estão a ser resolvidas.

Relativamente à minha ausência na zona durante a medição da tirolesa, foi intencional e justificada. Fiz questão de não estar presente, justamente para manter a imparcialidade e não interferir no processo técnico. Não quis que pairasse qualquer suspeita de tentativa de adulteração dos resultados. A palavra "adulterar" não tem lugar na forma como este Executivo trabalha.

Quanto à intervenção da Senhora múnicipe *Patrícia Freitas*, agradeço a sua participação e sublinho que tem toda a razão. O Conselho Municipal da Juventude, estando legalmente constituído, deveria ter reunido quatro vezes por ano, conforme o regimento. Infelizmente, não aconteceu.



Reconheço que se trata de uma falha deste Executivo, que assumo com frontalidade. Comprometemo-nos a corrigir esta situação no imediato. Este é um órgão consultivo de grande importância, e a sua não convocação compromete o diálogo com a juventude e o movimento associativo.

Em relação à intervenção da Senhora munícipe *Antónia Carvalho*, agradeço, mais uma vez, a sua atenção constante às matérias do município, de facto, como referiu, o Regulamento Municipal de Estacionamento carece de atualização, tendo em conta a entrada em vigor da Lei n.º 19/2024, de 5 de fevereiro, que determina que o dístico azul identificativo de veículo elétrico deixou de ser emitido pelo IMT.

Esta alteração legislativa exige que o Município proceda à adaptação do seu regulamento, o que ainda não foi feito. Reconhecemos essa necessidade e agradecemos o seu alerta. Vamos acelerar esse processo de atualização regulamentar, que é, sem dúvida, uma obrigação legal e uma responsabilidade municipal.

Aproveito também para agradecer, em nome do Executivo, as palavras de reconhecimento pelo trabalho dos Membros desta Assembleia durante o seu mandato.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

A Mesa recebeu uma moção entregue pelo Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, Senhor *José Carlos Teixeira*, a representar a Bancada Independente.

“Moção apresentada à Assembleia Municipal de Mirandela

Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela

Propostas a apresentar na Assembleia Municipal.

Venho propor a esta Assembleia Municipal que se digne aprovar um voto de louvor aos sapadores florestais de Mirandela, pela coragem, dedicação, empenho, determinação e profissionalismo demonstrados no combate ao incêndio que lavrou nos dias 17, 18 e 19 de agosto do corrente ano, que assolou entre outras, a Freguesia de Frechas. Reconhecendo-se o desempenho determinante e excecional destes profissionais na defesa da população, do território e do património, arriscando as suas próprias vidas.

Solicita-se, ainda, que esta Assembleia recomende à Câmara Municipal e concretamente ao Senhor Presidente da Câmara, *Vitor Correia*, que interceda junto do Governo da República para que seja atribuído um subsídio de risco aos sapadores florestais, como forma de reconhecimento pelos perigos aos quais estão diariamente expostos no exercício das suas funções.

Porque este é um momento de luto, quero, com um forte sentimento de pesar, quero propor a esta Assembleia Municipal que seja guardado um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas dos incêndios que recentemente e no passado afetaram o nosso território e outras regiões do país, como sinal de respeito, solidariedade e partilha da dor com as famílias e comunidades enlutadas.”

Foi esclarecido que, por prática corrente desta Assembleia, os minutos de silêncio são realizados normalmente no final da Sessão. Assim, o minuto de silêncio em homenagem às vítimas será realizado ao término da Sessão, em cumprimento da moção apresentada pelo Senhor *José Carlos Teixeira*, bem como de outra proposta de voto de pesar apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada pelo Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*.

ANTES DA ORDEM DO DIA

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu venho aqui neste momento falar simplesmente de um assunto recorrente que tem acontecido e aconteceu nestes últimos tempos, e é relativamente à água de uma forma geral. Houve o problema da qualidade da água no rio, que foi detetado na praia fluvial Albino Mendo e eu gostava de perceber efetivamente qual foi o problema.

Depois, temos a questão do encerramento da piscina municipal do Parque de Campismo, gostava de saber exatamente qual o problema que levou a esse encerramento, tendo eu a noção de que se calhar os problemas estão mais ligados do que aquilo que possa parecer.

Há ainda outra situação, fruto dos tempos que estamos a viver nestes últimos dias e por andar mais frequentemente nas freguesias, constatei numa anexa de uma freguesia o seguinte, uma situação difícil de detetar, a não ser que as pessoas se queixem e digam efetivamente o que se passa. Mas esta eu constatei com os meus olhos e depois confirmaram-me o que estava a acontecer. Nessa anexa, de repente aparece um autotanque dos bombeiros para abastecimento de água no depósito. Perguntei qual era o problema, e todos me responderam que não era falta de água. Porquê? Porque numa semana era a sexta vez que lá ia, todos os dias foi lá o autotanque, isso leva-me a dizer duas coisas, primeiro, que não há uma fiscalização preventiva efetivamente do que se está a passar com o abastecimento de água, se o autotanque vai lá cinco vezes, alguém teria que comunicar o que se passa nessa situação, porque



provavelmente não é falta de água, porque o camião ou vai cheio e volta cheio, ou vai cheio, despeja a água e volta vazio. Isso leva-me ao segundo problema, essas vezes foram todas pagas? Se foram pagas, temos aqui um problema mais complexo, deixo à sua consideração estas questões e depois cá virei outra vez.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, antes de começar gostaria de pedir, a minha intervenção ultrapassa o limite de tempo, temos um período para Outros Assuntos de Interesse para o Município no final, o tempo que passasse gostaria que me fosse retirado da intervenção final, para dar seguimento, se pudesse ser.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Não pode dividir a comunicação, uma parte agora e outra depois?

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Posso, mas isso prejudica o sentido do que estou a explicar.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

O Senhor já sabia disso, é para não criarmos situações diferenciadoras, uma vez que temos seguido esta prática.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Bom dia a todos e votos de bom trabalho. Não podíamos deixar passar e de lamentar o facto de a Mesa desta Assembleia ter um Primeiro Secretário que, devido à acusação que o DIAP lhe fez há alguns meses, ainda se mantém em funções. Lamentamos, pois, já que nesta Assembleia alertamos para a situação e justificamos a necessidade importância de as instituições ficarem acima de quaisquer suspeitas ou feridas na sua honra e dignidade por causa dos seus Membros.

Perante a teimosia em continuar a prejudicar o bom nome das instituições que representa e porque entretanto surgiram outras suspeitas sobre a mesma pessoa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, desafiamos o Senhor *Luís Soares*, Primeiro Secretário desta Assembleia, a demitir-se já, caso defenda as instituições e queira protegê-las de suspeitas, bem como a sua honra e a desta Assembleia, e se defende os interesses de Mirandela e não outros interesses, incluindo partidários. A sua mobilidade pessoal, até a sua liberdade, está condicionada, o que põe em causa o exercício das suas funções públicas, nomeadamente as de Primeiro Secretário desta Assembleia.

Foi referido pelo Senhor Presidente um artigo que choca precisamente com estas situações, mas no início do ano um Grupo de Deputados Municipais socialistas de Mirandela reclamou, através de um abaixo-assinado, que a anterior Mesa da Assembleia, que se demitiu em dezembro por falta de confiança institucional, deveria ser substituída imediatamente por outra, pois não reunia condições para continuar. Reclamaram tanto que se fez a eleição prevista, elegendo uma Mesa onde estava um elemento, o Primeiro Secretário, que já andava a ser investigado. É isso que querem? Quem tinha menos confiança para exercer o cargo? Uma Mesa que se demite, mas programa a transição de forma serena e normal, sem beliscar a honra e os trabalhos da mesma, ou uma Mesa onde está uma pessoa acusada pelo DIAP em casos relacionados com os Bombeiros Voluntários e que, como vimos, está agora sob investigação em outras situações duvidosas ao nível da Junta de Freguesia de Mirandela?

O ex-Primeiro-Ministro *António Costa* pediu demissão ao Presidente da República em 07 de novembro de 2023, na sequência das buscas em São Bento e após o Ministério Público revelar que era alvo de investigação autónoma do Supremo Tribunal de Justiça sobre projetos de lítio e hidrogénio. Repare-se, bem diferente do que acontece aqui com *Luís Soares*, que tem as acusações que conhecem. Que aprenderam com isto alguns socialistas de Mirandela? Não é demais citar *António Costa* nessa altura, que declarou: “É meu entendimento que a dignidade das funções de Primeiro-ministro não é compatível com qualquer suspeição sobre a sua integridade, boa conduta e menos ainda com suspeita de qualquer suspeita de ato criminal. Por isso, obviamente, apresentei a minha demissão.”

É o PS de Mirandela está contra as orientações nacionais do próprio Partido, indo ao cúmulo de apoiar um Presidente de Junta com um processo judicial neste estado, em vez de o ajudar a defender-se e, ao mesmo tempo, preservar as instituições, garantindo a dignidade que elas devem ter. Isto é uma afronta à democracia e seus valores, é uma afronta a muitos outros socialistas de Mirandela que não se revêm nesta situação.

Tenho aqui um problema sobre a água, que deixo para a segunda parte.

Sobre o parque infantil Tuasol, Senhor Presidente, o relatório da mediação do ruído da tirolesa no parque infantil Tuasol já chegou à Câmara Municipal de Mirandela? Era esta a pergunta que tinha preparada. Contudo, há momentos fomos informados pela Rádio Terra Quente que a Câmara já recebeu parte do relatório, informação agora também referida aqui. Então, qual foi a parte que chegou e quando? Qual é a parte do relatório que falta? Informe esta Assembleia, por favor, temos direito a saber. Como é possível haver um relatório dividido em duas partes e só ser enviada uma parte e a outra não? Temos informação de que a empresa em causa só tem um relatório, que já enviou à Câmara e que é único, ou seja, não tem mais nenhum para enviar. O trabalho da empresa está concluído e os resultados já são conhecidos. Porque é que não os divulgam aqui?

Termino com isto, há pouco a Senhora Presidente falou em respeito. Eu fico chocado. Primeiro devem-se olhar ao espelho. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas dá uma sugestão e isso é falta de respeito? Temos na Mesa um elemento que não está nas suas totais condições adequadas para exercer o cargo. Já o dissemos e isso não é falta de respeito para esta Assembleia?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Rena
Boa

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, fico muito admirado. Está na Bancada do CDS, agora está num movimento independente, às vezes não sei bem quem defende, se o CDS, ou as suas próprias posições. Mas deixa-me só dar-lhe uma nota, que é muito importante. Não o vejo tão convicto a não defender a reeleição do candidato à Câmara Municipal de Coimbra, o Senhor *José Silva*, que é proposto pelo PSD e CDS e que está acusado e arguido num processo. Não o vejo a defendê-lo, e essa posição preocupa-me. Por isso, antes de apontar aos outros, devemos olhar para nós próprios e perceber o que estamos a fazer também na nossa casa para poder acusar os outros. Era só isto.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Queria ainda dar uma nota, nós estamos a ouvir aqui por parte do público, não conseguimos saber bem quem é, mas estão sempre a fazer comentários. Quero alertar que não pode haver diálogo entre público e os Senhores Deputados, nem o público pode interferir, ou comentar as intervenções dos Senhores Deputados. Muito obrigada.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou a palavra para direito de resposta:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez lamento que insinue situações relacionadas com campanha eleitoral. Primeiro, porque vão contra o artigo citado pela Senhora Presidente e depois porque deixou no ar, dá impressão de que, estando na Bancada do CDS, não teria liberdade para dizer isto. Estou com muito orgulho nessa Bancada e dou-me bem com todos os Membros que a compõem. Sou independente, não sou filiado e, mesmo que o fosse, não deixaria de expor as minhas ideias. Quero deixar claro, Senhor *Luís Soares*, que o que se passa em outros locais não é comparável com o que acontece em Mirandela. Estamos a falar do seu caso pessoal, um caso pessoal e era sobre isso que queríamos saber. Mais nada.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria, antes de mais, pedir à Mesa que fosse extraída uma Certidão desta minha intervenção e que me fosse enviada.

Senhora Presidente da Mesa, como já referi na última Assembleia Municipal, o subsídio extraordinário de 33.000 € atribuído para o restauro do telhado da escola primária de Alvites, tendo sido aplicado para fins diversos, constituiu uma infração muito grave cometida pelo Senhor Presidente da Junta de Alvites e Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara. Questiono a Mesa da Assembleia se já procedeu à participação às entidades competentes, nomeadamente ao Tribunal de Contas, à Inspeção Geral de Finanças e ao Ministério Público?

Outra questão que não podia deixar de referir é a discriminação que o Senhor Presidente *Vitor Correia* faz entre as freguesias do concelho de Mirandela. Como é possível a Câmara pagar grupos musicais para as festas da Torre Dona Chama sem contribuir com nada para as restantes 28 freguesias e aqui excluir a de Mirandela. Para as festas da Torre Dona Chama, em 2023 pagou 12.500 € mais IVA ao Grupo Império Show, em 2024 pagou 15.350 € mais IVA ao Grupo Magna e em 2025 pagou 38.500 € mais IVA ao Grupo *Nemans*. A medida que nos aproximamos das eleições, a fasquia ia subindo. Todos estes contratos foram assinados e publicados com a assinatura de *Vitor Correia*, num total de 81.601 €, repito 81.601 € gastos em três anos para “abandar o capacete” durante duas ou três horas.

Mais grave é que o evento do Grupo Império Show realizou-se a 12 de agosto e o contrato só foi assinado a 10 de novembro, ou seja, três meses depois, repito, três meses depois. Com uma empresa que tem, igualmente, como atividade a compra e venda de imóveis. Como é possível assinar contratos depois do evento já se ter realizado? Senhor Presidente *Vitor Correia*, ensine-me, por favor, como é que isto se faz. Penso que conhece esta expressão, “a mulher de César não basta ser honesta, tem que parecer honesta”, significa que a corrupção e a imagem pública são tão importantes quanto a própria conduta. Assinar contratos depois do evento, levanta algumas suspeições.

Deixo ainda uma pergunta direta aos moradores da Torre Dona Chama, será que teriam preferido ver este valor aplicado numa obra prometida e nunca realizada?

Por fim, notei que o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, tem publicado nas redes sociais vários riscos e rabiscos, plantas e supostos projetos de obras a realizar em diversas freguesias, mas sobre a Freguesia de Frechas nada foi publicado, no entanto, há projetos aprovados, ampliação do cemitério de Frechas, com projeto concluído, aprovado e verba cabimentada, supostamente já lançado a concurso, segundo divulgado na revista do Município e também o parque de estacionamento do Cachão, com projeto pronto, parecer favorável à Junta de Freguesia e aprovado no orçamento da Câmara Municipal para o corrente ano de 2025. Pergunto, por que é que estes projetos não avançam? Por que é que estes projetos não são divulgados?

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Permitam-me começar este momento com um lamento profundo. A nossa comunidade foi atingida, em apenas dois dias, por duas calamidades que nos marcaram de forma indelével.

Primeiro, o incêndio no Lar do Bom Samaritano, mais conhecido por Hospital, que tirou a vida a 7 utentes e logo no dia seguinte, um incêndio florestal devastador que, ao longo de três dias, consumiu cerca de 100 km² de área florestal e agrícola, preocupou populações de várias freguesias e concelhos da região e, tragicamente, provocou a morte de um homem no combate às chamas.

Às famílias destas vítimas, às populações atingidas e a todos os que perderam bens, sustento ou memória de vida, deixo a nossa mais sentida solidariedade.

É neste contexto de dor coletiva que falamos hoje. No caso do Lar do Bom Samaritano, muito já se disse sobre os feitos heroicos das funcionárias daquela instituição, mas nunca será demais repeti-lo.

Renan
Boa

Três profissionais para noventa utentes, já de si um desafio imenso no dia a dia, enfrentaram naquela madrugada, uma situação de emergência que exigia o impossível. A elas, aos anónimos que acudiram no meio da noite, aos bombeiros e a todos os que não hesitaram em ajudar, deixo aqui, em nome desta Assembleia, uma palavra de profundo reconhecimento.

Permitam-me, contudo, que partilhe uma reflexão pessoal.

Nessa noite fatídica, encontrava-me a trabalhar no Hospital de Mirandela. Pelas 6h30, uma colega minha recebeu uma chamada desesperada: o lar onde os pais estavam tinha sido tomado pelas chamas. Ao ver o seu pânico, ofereci-me logo para assumir os seus doentes, podia sair, mas, mesmo transtornada, a colega permaneceu no serviço, confiando ao seu companheiro a missão de ir buscar o pai. Pouco depois, pelas 7h20, o Serviço de Urgência pediu, com a máxima urgência, o envio de macas. Graças à atitude da colega de serviço, pude descer com a Auxiliar com o material pedido em auxílio.

O lar ardia e os utentes estavam a ser evacuados. Quando chegámos ao Serviço de Urgência, já se encontravam ali vários idosos, facilmente identificados pelo rosto marcado pelo fumo.

Quero que tenham presente, de noite, naquele serviço, estão escalados apenas 4 enfermeiros, 2 médicos indiferenciados + 1 Médico de medicina interna e 2 auxiliares, mas, perante a emergência, às 7h20 já lá estavam 8 enfermeiros daquele serviço, mais colegas de outros serviços, técnicos de saúde, auxiliares, todos a acorrer, todos a dar o melhor de si, aquilo a que assisti foi a verdadeira força do Serviço Nacional de Saúde: os profissionais sem serem chamados, se apresentaram de imediato para reforçar o serviço.

As ambulâncias chegavam sem parar. As necessidades multiplicavam-se. E, no entanto, não faltaram balas de oxigénio, não faltaram máscaras, não faltou determinação, foi necessário reorganizar serviços, transferir doentes para a Medicina, libertar espaço e recursos, para que todos pudessem ser socorridos com dignidade.

Não partilho isto para pedir agradecimentos. Fizemos apenas o nosso dever. É para isso que existimos como funcionários públicos: para servir a sociedade, para colocar o interesse coletivo acima do individual, para garantir que o Estado funciona quando dele mais se precisa. Este é o verdadeiro espírito do Serviço Nacional de Saúde e é aqui que quero chegar. Hoje choramos sete vidas, mas pergunto, quantas mais teríamos perdido se o nosso hospital, já tão fragilizado pelas políticas de centralização, não tivesse podido dar resposta imediata?

Imaginem o que teria sido transportar dezenas de idosos, em estado crítico, durante 40 ou 50 minutos para outros hospitais. A tragédia teria sido inmensuravelmente maior, por isso, faço daqui um apelo claro: que todos os partidos, nesta matéria, ponham de lado as suas diferenças e se unam na defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde, particularmente nas regiões periféricas.

O privado pode coexistir e tem o seu papel. Mas em situações de catástrofe, o último bastião, o garante de vida, é e será sempre o Serviço Nacional de Saúde E não podemos aceitar que esse pilar seja enfraquecido.

Senhora Presidente, Senhores Deputados,

Estas duas tragédias, o incêndio no Lar do Bom Samaritano e o incêndio florestal que devastou a nossa região, lembram-nos da nossa fragilidade, mas também da nossa força coletiva. Fragilidade, porque em poucas horas vimos vidas perdidas, famílias dilaceradas e territórios destruídos, mas também força, porque vimos funcionárias que arriscaram tudo pelos seus utentes, bombeiros que lutaram até à exaustão, profissionais de saúde que se multiplicaram para salvar vidas, vizinhos e cidadãos anónimos que acudiram sem hesitar.

É essa força que temos de transformar em compromisso político. A memória dos que partiram não pode ser em vão.

Que esta Assembleia, independentemente das diferenças partidárias, assuma em uníssono a defesa do que é essencial: proteger as populações, preservar o território, valorizar os nossos serviços públicos e garantir que ninguém fica para trás.

Que a dor destes dias se converta em união, que a perda se converta em esperança e que juntos sejamos dignos da confiança do nosso povo.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Nos últimos 15 dias, fiz um pedido de solicitação de elementos através da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Solicitei o protocolo da gestão tripartida das Festas da Cidade. Já o tinha pedido no ano passado, mas não me foi enviado. Este ano, agradeço o facto de o terem feito chegar. Para além disso, pedi também os contratos que o Município realizou no setor cultural. Esses dados foram-me entregues esta semana, tive oportunidade de os analisar e gostaria de refletir um pouco sobre o que está escrito no Protocolo, nomeadamente na segunda cláusula, que passo a ler para que todos possam compreender.

Esta cláusula define as obrigações do Município, “assegurar a componente lúdica e cultural, nomeadamente a iluminação decorativa, pirotecnia, espetáculos musicais e outros entretenimentos de rua, em articulação com o programa religioso; a recolha de resíduos urbanos; o licenciamento; a execução do plano de comunicação; a elaboração do plano de coordenação do evento; garantir, em articulação com a segunda e terceira outorgantes, a Junta de Freguesia e a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, toda a logística associada ao evento e ainda nomear um grupo de trabalho de organização e acompanhamento das Festas da Cidade.”

Na cláusula terceira, são enunciadas as obrigações da Freguesia de Mirandela, enquanto entidade colaboradora na organização e realização das Festas da Cidade e em honra de Nossa Senhora do Amparo, “receber as candidaturas dos expositores interessados em ocupar os terrados, os stands, as zonas das tasquinhas e bares, a zona de artesanato e a zona das roulottes; promover os mecanismos de igualdade entre os diferentes operadores de mercado; assegurar a aquisição dos stands, instalação e manutenção dos WC públicos; limpeza dos arruamentos e espaços não arrendados; e ainda potenciar o mecanismo do patrocínio das festas, assegurar a vigilância das zonas das festas e a articulação com a Resíduos do Nordeste, se necessário.”

De tudo o que pude consultar, quer no BASE.GOV, quer na informação enviada pelos serviços municipais, só consegui verificar a contratação de sete artistas, que foram contratados pelo Município, num total próximo dos 120.000 €. Subtraindo o IVA, ficam cerca de 100.000 €. Pergunto: quem pagou os outros cerca de 30 artistas que constavam no programa das festas? Foi o Município? Não houve necessidade de recorrer à contratação pública? Foi outra entidade? No ano passado soube que foi a Junta de Freguesia,

Renan
Boa

gostava de confirmar se foi novamente este ano. Se foi a Junta de Freguesia, por que motivo não houve uma adenda ao Protocolo para que essa responsabilidade lhe fosse formalmente atribuída?

Para além disso, dei-me ao trabalho de procurar no BASE.GOV se existia contratação pública por parte da Junta. Se não existiu, peço que esta Assembleia seja informada. Afinal, trata-se de uma gestão tripartida e é importante saber quanto foi gasto no setor cultural ao nível das Festas de Mirandela.

Gostava também de refletir sobre o encerramento das festas deste ano. No ano passado, com pompa e circunstância, foi feito um balanço público das festas de Mirandela. Este ano, achei estranho que tal não acontecesse, ainda por cima num ano de eleições autárquicas. Penso que faria sentido prestar esse esclarecimento à população, o que correu bem, o que correu mal, quais os desafios, o que pode ser melhorado.

Pedia também que fosse revelado se existe ou não um relatório das forças de segurança sobre o normal decorrer das festas, se existiram incidentes ou não, quantos e de que natureza. Considero que essa informação é essencial, até porque consta no terceiro ou quarto ponto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia um pedido de aprovação para o início de um procedimento de aquisição de um terreno que, presumo, poderá vir a servir para auxiliar as festas num futuro próximo.

Por isso, agradeço que nos informe, ou esclareça esse ponto. Importa-nos saber se os dois últimos anos corresponderam às expectativas da Câmara, uma vez que foi uma decisão política, mais do que técnica, em alterar o local das festas. Gostávamos de ter uma reflexão sua sobre as Festas da Cidade e em honra de Nossa Senhora do Amparo de 2025.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A Fundação Serralves é uma entidade cultural criada em 1989, com estatutos claros e foco na arte contemporânea e no património. Não há, nos seus documentos públicos, qualquer referência que indique uma ligação oficial com organizações maçónicas.

A Maçonaria é uma fraternidade com rituais próprios, vista por uns como uma força positiva, promotora de solidariedade e liberdade e por outros como negativa, associada ao tráfico de influências. Não é um partido político, mas há maçons em vários partidos. O que acontece é que algumas pessoas ligadas a Serralves, administradores, políticos, empresários, podem, a título individual, ser maçons. Mas isso é uma pertença pessoal, não da Fundação como entidade.

O problema surge quando essas pessoas, por estarem em posição de poder, criam redes de influência, daí a fama de "lobby oculto". Já houve polémicas públicas, listas de maçons reveladas e intensos debates sobre transparência.

Atualmente, há escândalos e investigações em curso envolvendo a Maçonaria, com acusações graves como compadrio, tráfico de influências e atuação nos bastidores da política e dos negócios. Em outubro de 2022, um grupo maçónico foi alvo de um inquérito do Ministério Público por suspeitas de crimes como tráfico de influências, branqueamento de capitais e fraude fiscal. O caso envolvia jantares exclusivos para membros com quotas elevadas, prometendo acesso privilegiado a figuras do governo e do mundo empresarial, e até planos para a criação de um templo maçónico no mundo virtual como criptomoea.

Só assim se consegue entender alguns contratos ruinosos com o Município de Mirandela. Se não, vejamos: este Município pagou um valor elevado de quotas para a chamada "cultura" da Fundação Serralves, 100.000 €, ou mais por ano. De um total acumulado de mais de 800.000 €, qual foi o real retorno para Mirandela? Que impacto teve esse investimento na cultura local? Que freguesias foram contempladas pelo "impacto cultural e ambiental de Serralves"?

Senhor Presidente, restantes Membros do Executivo, se esta pergunta vos parecer de resposta difícil, tenho outra mais simples, quantos artistas da nossa terra foram convidados, ou tiveram oportunidade de expor na Fundação Serralves?

Podem dirigir-se à DESTEQUE de Mirandela, que encontram amostras magníficas de talento local, com artistas que mereciam reconhecimento e oportunidades reais. Consegue o Senhor Presidente esclarecer esta Assembleia acerca dos valores pagos a Serralves, do seu retorno praticamente nulo, ou do impacto cultural que teve no concelho?

Pelas palavras do candidato, ainda em funções, que afirmou que o seu projeto é uma continuidade do anterior e no caso deste município sufragar esse projeto nas eleições de 12 de outubro, vai terminar, ou continuar com este tipo de contratos ruinosos para Mirandela?

Como é sabido, o INATEL não é uma fundação, mas sim uma associação e entidade de solidariedade social. No entanto, desempenha um papel semelhante ao de algumas fundações no apoio à cultura, turismo, social e desporto.

O contrato com o INATEL, recentemente aprovado nesta Assembleia, até com os votos favoráveis do Partido da Oposição, tem contornos muito semelhantes ao contrato com Serralves. Um milhão de euros que se vão colocar nesta instituição dariam para construir um novo edifício de raiz, com condições condignas, para o desporto do concelho.

subentende-se que, com as amarras partidárias, há o patrocínio de um lóbi oculto. Com um grupo de cidadãos independentes, poder-se-ia erradicar a gestão ruínosa que tem marcado este Município, colocando a transparência, o rigor na despesa pública e a honestidade ao serviço do Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, atingimos hoje praticamente aquele momento a que habitualmente se designa por fim de ciclo, o que significa que esta é a última Assembleia no âmbito desta legislatura e a próxima será a que sairá das eleições autárquicas de outubro do ano em curso. Será uma, ou outra naturalmente diferente quanto à sua composição. Esta será, por consequência, também a minha última intervenção.

Por mim, cingindo-me, dito isto, pode entender-se, ou poderia entender-se, que hoje seria ou será a altura de balanço. Cingindo-me, obviamente, à Assembleia Municipal, direi tão só que, se nem tudo foi bem, também nem tudo foi mal. Mas tenderia a considerar

Reina
Borges

que o saldo é francamente positivo, enfatizando o facto de os trabalhos terem sido sempre dirigidos de forma correta, com respeito pelas leis, regulamentos e regimento, e respeito pelos circunstanciais intervenientes.

Na parte que me diz respeito, e sem embargo de serem naturalmente outros que poderão ajuizar, procurei ter uma postura independente, despida de qualquer preconceito ideológico e com a preocupação de contribuir, ainda que modestamente, para a dignidade deste órgão autárquico e honrar o mandato que me foi conferido, levando-o até ao fim por respeito aos eleitores.

Cabe-me agora agradecer sinceramente a todos a cordialidade que sempre me foi dispensada, a qual naturalmente procurei retribuir. Contudo, se por mera hipótese, que só como tal admito, em algum momento melindrei alguém, gostaria que pensassem que tal foi, de todo em todo, involuntário.

Manifesto aqui o meu sincero desejo e a esperança de que aqueles, ou aquelas a quem os cidadãos eleitores confiem, no próximo ato eleitoral, através de voto livre, o destino do município e das freguesias, tenham a preocupação e a capacidade de identificar os reais interesses e necessidades dos mirandenses, definir prioridades segundo critérios de justiça e independência e, em consequência, aplicar os dinheiros do erário público de forma adequada, ou seja, gastar onde é preciso, onde verdadeiramente faz falta e não onde apenas dá nas vistas. É imperioso que alguma coisa mude e mude para melhor.

Gostaria também de publicamente transmitir o meu agradecimento aos Membros do Grupo que integrei, cuja generosidade é justo que seja enfatizada e em especial destacar a pessoa do Professor *Virgílio Tavares*, pela liderança que assumiu de forma eficaz e pelo trabalho que aqui desenvolveu.

Senhora Presidente, na última Assembleia produzi uma intervenção que findou com a seguinte afirmação: "O mundo está a mudar. Este mundo onde os edifícios caem, as cidades desaparecem, as crianças morrem e os velhos choram." Com o terminar aqui de forma abrupta, resultou que o texto foi naturalmente truncado, quicá ficou sem nexo, por não corresponder exatamente ao fim. Tal apenas aconteceu por ter atingido o limite de tempo que regimentalmente me é atribuído, sem concluir a leitura do texto que havia elaborado. Por isso, reprintino-o agora, uma vez que, infelizmente, mantém toda a atualidade e continua até à sua conclusão, com naturais alterações e aditamentos.

O mundo está, como disse, ou pior, sendo o chocante a chacina que nos entra pela casa dentro, onde se extrai o drama de crianças a lutar por alimentos, mas que acabam por morrer de fome. Isto, que é impensável, envergonha toda a humanidade. Esta circunstância traz-me à memória um belíssimo poema de *Augusto Gil*, *A Balada da Neve*, que todos certamente conhecem, mas que eu não resisti à tentação de citar aqui, e que diz assim:

"Que quem já é pecador sofra tormentos. Enfim, mas as crianças, Senhor, porque lhes dais tanta dor? Porque padecem assim?"

Não podemos deixar de estar preocupados com as guerras que por aí grassam, nomeadamente na Ucrânia, onde o homem a quem ofereceram a fuga decidiu ficar, porque ele sabia que, se fugisse, levava consigo o cadáver da própria pátria. Ele sabia o que é perder uma casa e enterrar um filho. Todavia, ouve-se constantemente falar em paz, acordos, entendimentos, como se o Senhor *Putin* fosse um negociante sério e não um vulgar delinquente. A guerra é uma questão de vida, ou de morte para aqueles que todos os dias enterram os seus mortos.

Este mundo, repito, continua cada vez pior, implacavelmente oferecendo a imagem do desastre, mas nem tudo morre, ainda que enterrado. A terra não é sempre sepultura, também é berço, há valores, ideias, conceções que florescem mais fortes depois da provação. A família e a pátria são apenas exemplos, nunca morrem. É inquestionável a necessidade de diálogo de cada homem com a sua circunstância, para distinguir o acidental do perene. Cada homem tem de procurar a graça de entender quais são os valores permanentes que é chamado a servir e que são o eixo na família, na amizade, na profissão e na cidadania.

É bom e mais uma vez vou citar aquele que considero o transmontano mais ilustre deste século, o Professor *Adriano Moreira*, "É bom, dizia, olhar com interesse para a paisagem, mas fazendo como o eixo da roda, que acompanha a roda, mas não anda."

----- A Senhora Deputada *VERA CORREIA* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A CDU, ao longo destes quatro anos, pautou-se pela seriedade do trabalho político nesta nobre Casa da democracia.

O escrutínio que fizemos a cada documento apresentado pelo Executivo Municipal justificou-se sempre, porque entendemos que essa é a competência e o dever de um Membro da Assembleia Municipal. A exigência no cumprimento do Regimento deste órgão e o respeito mútuo que a democracia exige foram princípios constantes da nossa atuação, nunca negando as linhas políticas que sempre defendemos, os princípios que apresentamos a cada ato eleitoral e que honramos desde o dia da instalação desta Assembleia.

Na nossa intervenção ficou claro ao que viemos:

Defesa do serviço público, defesa da autonomia do município e das freguesias, bem como das suas competências, defesa dos direitos dos trabalhadores, mas aqui vincamos o respeito pelas opiniões dos mirandenses, pelas suas reivindicações e pelas suas justas aspirações. Nunca desviámos o olhar do futuro que Mirandela merece, um futuro mais justo, mais solidário e mais feliz.

Foram diversas as propostas que aqui trouxemos ao longo do mandato. Arriscaria dizer que quase todas foram aprovadas nesta sala, porém, poucas postas em prática. Também foram muitas as perguntas e intervenções, porque essa é a nossa forma de estar na política.

O único eleito que aqui se sentou em nome da CDU não desperdiçou nenhuma oportunidade de exercer o seu direito político.

Para terminar, não podemos deixar de sublinhar o acolhimento da Proposta da CDU relativamente ao Arquiteto *Albino Mendo*, um projeto que construímos coletivamente a partir da Comissão Permanente e que mostrou a tantas Assembleias Municipais do nosso distrito que a Assembleia Municipal não serve apenas para votar as propostas do Executivo.

Este projeto provou que a Assembleia é um órgão vivo, democrático, construtivo e que pode contribuir ativamente para a vida do concelho e dos mirandenses.



Sendo esta a última Assembleia deste mandato, reafirmamos aqui o nosso empenho, reafirmamos o nosso compromisso de trabalho, honestidade e competência.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje é o primeiro dia do ano, um dia muito importante, aliás, na minha opinião o calendário até devia ser mudado, penso eu. É o dia em que muitas crianças entram nas escolas, todas as que iniciam um novo ciclo de aprendizagem estão hoje a ser recebidas, estão a ter a sua receção nas escolas.

A educação diz respeito a todos nós, uns são pais, outros avós, tios, por isso deixo aqui um cumprimento muito especial a toda a comunidade escolar e um ainda mais restrito à comunidade educativa nas nossas escolas, onde hoje se inicia um trabalho que, embora já começado, torna-se agora mais visível.

Esse trabalho é, essencialmente, relacional, porque educar e ensinar parte, acima de tudo, de uma relação que se estabelece entre professor e aluno.

Ninguém ensina Filosofia ao *João* se o *João* não quiser aprender Filosofia.

A base da relação pedagógica é a relação emocional que se cria entre uns e outros.

Desejo, por isso, um bom ano para todos e espero que toda a comunidade esteja unida à comunidade educativa, dando-lhe o apoio que merece.

Agora uma pergunta, as aulas terminaram a 30 de junho, as deficiências nos edifícios escolares eram conhecidas de todos, passou junho, julho e agosto, estamos a 12 de setembro, há quase dois meses e meio que as aulas terminaram, porquê as obras só agora? Será que as nossas crianças não merecem ir para as encolas com recintos onde possam brincar, encontrarem casas de banho devidamente equipadas e as obras terem sido feitas numa altura oportuna, porque não foi durante as férias que as deficiências das escolas apareceram, eram conhecidas, também não foi por acaso que se deu início às aulas, o calendário escolar é conhecido há muito, já é conhecido o do próximo ano e do ano seguinte, porque é que não há um planeamento eficaz, que dê liberdade, alegria de aprender, espaço e condições de aprendizagem a quem é tão importante, que são as crianças, porque ali está o futuro desta cidade e do nosso concelho.

As crianças não podem só servir para se tirarem da escola para as trazerem a passear, muitas vezes sem saberem o que é que andam a fazer pelas ruas, porque há atividades que são mais para levar os meninos para mostrar, sem qualquer intencionalidade educativa, não podem servir só para isso, têm de ser para realmente serem respeitadas, serem acarinhadas e poderem crescer e aprender em segurança.

----- A Senhora Deputada *LUÍSA BELCHIOR* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Desejo a continuação de um dia de trabalho profícuo.

Senhora Presidente, eu pensei muito, estava para não intervir, apenas despedir-me sendo esta a última Assembleia Municipal do mandato destes oito anos que aqui passamos em conjunto, no entanto pareceu-me que tinha de fazê-lo até mesmo pela minha profissão.

Senhora Presidente, Senhores Deputados, o mês de agosto trouxe profícuo em apresentação de vários estudos prévios, na minha opinião técnica e muita propaganda de empreitada, não na página do Município, mas sim na página privada do Senhor Vice-Presidente de Câmara de Mirandela e Vereador do Urbanismo *Orlando Pires*, em desabono da discussão pública, das empreitadas, em desabono da democracia que deve existir no espaço público.

Fique V.ª Ex.ª sabendo que o espaço público é o local mais democrático que há. Deve ser divulgado na página institucional do município e não em perfis particulares de redes sociais.

Pensei escrever umas linhas sobre o assunto, mas a tristeza foi tal, que nem saberia o que é que haveria de escrever sobre isto e foi a vários níveis, desde logo pelo que já lhe disse, pela democracia que deve existir no espaço público, depois pela verba que está cabimentada, aparentemente aquilo que vai ser anunciado também nos perfis privados e não no site onde deve estar para esse espaço.

Como profissional da área e como mirandense, tiremos daqui a parte política da questão, os projetos para a Mirandela, para o concelho de Mirandela, para o país e para o mundo têm de ser projetos tecnicamente pensados.

O Senhor Vice-Presidente não é da área, o Senhor Vereador do Urbanismo não é da área, tem o seu mérito na sua profissão, mas sabe Senhor Presidente, que a profissão de arquiteto e a profissão de engenheiro, é uma profissão de alto gabarito, que responde por uma cédula profissional, têm todos o seu mérito, estes também são e que naturalmente na qualidade da arquitetura estuda-se a dinâmica do espaço, quer privado, quer público, estuda-se a beleza estética, estuda-se o conforto, a sustentabilidade e a descarbonização, o património, a envolvente e o ambiente. Na parte da engenharia, os engenheiros são os médicos das estruturas, estudam tudo o resto, a segurança, a estabilidade e os materiais. Portanto, não lhe falo de uma coisa qualquer.

Eu tinha de falar sobre este tema, é demasiado importante, independentemente da altura, também não fui eu que fiz as publicações, foi o Senhor Vereador do Urbanismo e, portanto, tinha que me pronunciar sobre elas.

Começamos logo no dia 8 de agosto, o Senhor Vereador do Urbanismo publicou no seu perfil pessoal uma fotografia de um medidor colocado pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto na Ponte Engenheiro Machado Vaz. Na publicação, anunciava que estaria a ser assinado o contrato para a elaboração do projeto técnico de reabilitação da ponte, com a promessa de que o passo seguinte seria a obra. Ora, tudo isso já era do conhecimento desta Assembleia. Já houve uma Assembleia Municipal Extraordinária sobre este tema, já se reuniu a Comissão Permanente, com presença de todas as Bancadas. Já se sabia que a empresa contratada para o estudo técnico conhecia os materiais estruturais da ponte. Já se sabia que a fragilidade principal estava no

Renata
Borges

tabuleiro, com materiais como aço A235 e betão pobre, comuns na época da construção. Por isso, esperava-se que agora fossem apresentados desenvolvimentos reais, e não apenas fotografias de medidores, ou publicações sem profundidade técnica.

Finalizo com uma pergunta objetiva ao Senhor Presidente da Câmara: revê-se nesta postura? Acha que a divulgação de obras e empreitadas municipais deve ser feita em perfis pessoais, em vez de nos canais institucionais? Qual é a sua posição relativamente à forma como este processo foi conduzido?

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje é a última reunião desta Assembleia Municipal deste mandato e também é a minha última intervenção enquanto Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira.

Por isso, sinto a responsabilidade de fazer um balanço dos últimos quatro anos, do relacionamento institucional que mantive com o Executivo da Câmara Municipal. Confesso que, no início deste mandato, quando tive os primeiros contactos com o Senhor Vereador *Vitor Correia*, fiquei entusiasmado e esperançado. Pensei que, desta vez, as coisas iriam ser diferentes, mas os meses foram passando e rapidamente percebi que a forma de atuação continuava exatamente a mesma.

A então Presidente da Câmara, Dra. *Júlia Rodrigues*, manteve a mesma atitude tentando denegrir a minha imagem pessoal e institucional enquanto Presidente de Junta.

Dou um exemplo, durante a Feira do Queijo e do Mel, na aldeia de Pereira, alguns cidadãos do Carvalhal e da Palorca abordaram a Dra. *Júlia* para perguntar pelo saneamento básico, qual não foi o espanto das pessoas quando a então Presidente da Câmara disse que não tinha conhecimento de que essas localidades não tinham saneamento, mas não ficou por aí, a Dra. *Júlia* fez ainda comentários pouco agradáveis sobre a minha pessoa, chegando ao ponto de pedir às pessoas para não me contarem o que ela tinha dito, pois bem... as pessoas vieram logo contar-me. Que Presidente de Câmara é esta, que nem conhece as necessidades básicas das freguesias do seu concelho?

Desde o início do meu primeiro mandato, informei a Senhora. Presidente, bem como todo o Executivo, sobre as obras mais urgentes na minha União de Freguesias, mesmo assim, preferiu dizer publicamente que não tinha conhecimento. Mais recentemente, no passado dia 7 deste mês, uma comitiva do PS deslocou-se à aldeia de Avidagos.

Lá estava a Dra. *Júlia* a fazer campanha, mais uma vez, foi confrontada pela população sobre os "monstros" (resíduos volumosos) junto aos ecopontos, e por que razão a Câmara não os recolhe, a resposta da Dra. *Júlia*, mais uma vez foi culpar o Presidente da Junta, ora, será que a Dra. *Júlia* desconhece que a recolha dos monstros não é competência das Juntas de Freguesia? Será que não sabe que a única obrigação da Junta é informar a Câmara da existência desses resíduos? Pois eu cumprio essa obrigação e sempre que tenho conhecimento de monstros em qualquer das aldeias da União de Freguesias, comunico de imediato, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, ao Gabinete de Apoio às Juntas, aliás, mais do que isso, apesar de não ser minha obrigação, já por várias vezes mandei transportar esses monstros com o trator da Junta até Mirandela, isto é colaborar com o Executivo da Câmara, mas sinceramente, já vi que não vale a pena. Não queria ser desagradável com ninguém, mas perdoem-me a franqueza, para mim a Dra. *Júlia* sofre de algo que eu chamaria de "síndrome da aldravice".

Senhor Presidente, pode acreditar: hoje eu gostaria de estar aqui a elogiar este Executivo, gostaria mesmo. Mas a verdade é que não tenho uma única razão para o fazer. No início do mandato, reuni consigo, apresentei as necessidades da minha União de Freguesias.

Saí dessa reunião com a sensação de que as coisas poderiam finalmente correr bem, enganei-me, nenhuma das obras discutidas nessa reunião foi realizada até hoje.

Se tivesse mais tempo, ainda teria muito mais a dizer, lamento que nesta última reunião da Assembleia não tenha havido maior flexibilidade de tempo, tendo em conta a importância e o encerramento de ciclo que representa para todos nós.

Por fim, permitam-me um convite, convido todos os digníssimos Membros desta Assembleia, bem como o público, a estarem presentes no próximo dia 20 de setembro, pelas 10.00 hrs., na homenagem ao meu amigo *Bernardino Manuel Pereira*. Conto com todos.

Se tiver oportunidade de estar presente na parte da tarde, regressarei, caso contrário, despeço-me com a consciência tranquila do trabalho feito e do respeito pela minha população.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

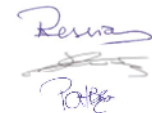
Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje vou tentar ser breve, voltarei mais logo ao final do dia para vos fazer um convite, mas desde já percebo que as datas poderão coincidir com o evento anunciado pelo colega que intervieio antes de mim. Cada um decidirá onde deve estar presente.

Quero apenas falar um pouco sobre os incêndios que infelizmente afetaram o nosso concelho e que se estenderam também aos concelhos vizinhos. Muita gente está revoltada com os bombeiros, mas deixem-me dizer, porque vi com os meus próprios olhos e muitos populares também o viram, que esses homens passaram por dificuldades tremendas, não os culpem. Eles não têm culpa. O verdadeiro problema, a meu ver, está na descoordenação do sistema, isto é um problema nacional, não é apenas local.

Não estou aqui para atacar o Senhor Comandante, ele é apenas uma peça de um sistema maior, um sistema mal montado e que, infelizmente, reage tarde demais.

Dou-vos um exemplo claro, no incêndio que começou na zona da Alfândega da Fé, um olival em plena produção com 5 hectares foi destruído, bem como uma plantação nova de cerca de 4 hectares, com árvores de 8 anos, o fogo teve um reacendimento por volta do dia 19, os bombeiros estavam no local, inclusive das corporações vizinhas, mas estiveram ali cerca de hora e meia à espera de ordens do Comando, quando o fogo ainda estava pequeno, controlável, ficaram a olhar, sem poder agir e depois, o fogo alastra, e perdemos tudo.



Quero também aproveitar este momento para falar de algo que fizemos na minha Freguesia Freixeda e que fez toda a diferença neste incêndio: uma pequena presa de água, foi muito difícil consegui-la, andei quase 5 anos a lutar pelo licenciamento, desde abril de 2018, até julho de 2022. O projeto foi recusado duas vezes, o engenheiro já não sabia por onde pegar, foi preciso falar com o diretor da Agência Portuguesa do Ambiente, mas eu nunca desisti. Graças a essa presa de água na Freixeda, que foi das localidades mais afetadas, conseguimos salvar a igreja, cinco casas e outros bens, se eu tivesse de carregar água dos meus poços, a 10 ou 15 minutos de distância, nunca teria conseguido proteger aquilo a tempo, a água estava ali ao lado, no meio da aldeia, com a ajuda dos operacionais e da população, conseguimos regar tudo e travar o avanço do fogo. Para mim, a igreja é o maior património da nossa Freguesia e foi por pouco que não a perdemos, se não fosse por aquela presa, a história hoje seria outra.

Quero, por isso, deixar aqui um apelo muito sério às entidades competentes, facilitem os processos para a construção de pequenas infraestruturas de retenção de água, os meus colegas de Caravelas e de São Salvador tentaram fazer o mesmo, mas tiveram de desistir, porque os projetos não foram aprovados, é uma vergonha. A água está lá, a perder-se e depois, no verão, choramos os prejuízos. Aquilo que fizemos na Freixeda é simples, mas eficaz, uma presa pequena, com 500 metros cúbicos de água, foi essa água que salvou casas e vidas. Se tivéssemos de perder 15 minutos a ir buscar água, mais 15 para regressar, não tinha conseguido fazer nada. Por isso, deixo aqui o meu apelo, se queremos combater os incêndios, temos de dar condições mínimas às populações e às equipas no terreno.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Quero começar por dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara, o meu colega de Frechas mencionou o apoio de 40 mil euros dados ao Império Show. Ora, no Romeu também temos o Império Show, um evento importante ligado à Nossa Senhora de Jerusalém, no nosso santuário, que é bem conhecido.

Apresentei um pedido de 5 mil euros de apoio, até hoje ainda não obtive resposta. Gostava que o Senhor Presidente dissesse aqui, de forma clara, se vamos ter esse apoio, ou não. Não estou a pedir muito e se todas as freguesias pedirem um valor semelhante para as festas das suas terras, parece-me mais do que justo.

Em segundo lugar, já falei duas ou três vezes aqui sobre o lixo na Zona Industrial e continua tudo igual, é uma vergonha, aquela curva junto à Multigranitos tem um monte de lixo. Será que ninguém da Câmara consegue tirar aquilo dali? Se quiserem, tiro eu com a minha camioneta e nem cobro nada.

Ouvi dizer que o Ninho de Empresas vai finalmente ser pavimentado, fico satisfeito, mesmo que seja agora perto das eleições, tem que ser feito em alguma altura, mas deixo o alerta, antes de pavimentarem, verifiquem primeiro o estado do saneamento e da rede de águas, senão, gastam dinheiro agora e daqui a dois meses estão a abrir buracos para reparar tubagens. Isso é mau planeamento e má gestão dos recursos públicos.

Aproveito para dizer ao meu amigo *André Geraldo*, que tem andado muito calado, que a estrada que passa junto a ele, na Freixeda, está uma desgraça, nem sei como é que os carros conseguem passar ali, o meu tem suspensão pneumática e mesmo assim, é cada salto que até mete medo. Se calhar é para obrigar as pessoas a andarem devagar, talvez seja essa a lógica.

Agora, queria partilhar algo que considero muito grave, sou dono da empresa FIR e como sabem, sou do PSD. Estou em Mirandela há 46 anos. Sempre fiz por estar presente nos bons e nos maus momentos.

No ano passado, fomos convidados para prestar serviços de segurança nas Festas de Mirandela. Fizemos os contratos, preparámos o pessoal e três ou quatro dias depois fomos informados de que já não iríamos fazer o serviço, porque apareceu uma empresa que apresentou um preço 50 euros mais barato. Isto é uma vergonha.

A FIR é uma empresa de Mirandela, deixamos cá os lucros, pagamos cá os impostos, mesmo quando prestamos serviços no Porto, Lisboa, ou noutros pontos do país. Trabalhamos com seriedade. Este ano, nem sequer fomos convidados. Nem sequer tiveram a consideração de nos contactar, isso, para mim, chama-se vingança pessoal e acho que o Senhor Presidente da Junta de Mirandela devia ter vergonha dessa postura. Aprendeu com alguém, com certeza, ou então foi mal aconselhado na altura, disseram-lhe para não nos dar o serviço. Fazemos segurança no Santuário, mas na cidade entregam a outra empresa, como se não tivéssemos o mesmo direito e mais: não se pode pedir orçamentos por *e-mail*, sem qualquer controlo, isso abre portas à batota, alguém recebe o nosso preço e vai dizer à outra firma: "Olha, a FIR fez este preço, faz tu mais barato."

Um processo transparente tem de ser feito com propostas em carta fechada, lacrada, ou através de plataformas eletrónicas que garantam imparcialidade.

Desejo a todos um bom dia de trabalho e espero que os temas que aqui trouxe não caiam mais uma vez em gaveta nenhuma.

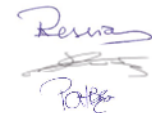
----- A Senhora Deputada *MATILDE MACHADO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Permitam-me destacar a importância da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela, uma instituição oficial, não judiciária, com autonomia funcional, com uma missão nobre e determinante, garantir que nenhuma criança, ou jovem do nosso concelho fique para trás, seja no acesso à proteção, ao bem-estar, ou ao pleno exercício dos seus direitos.

A CPCJ não existe apenas para intervir quando o perigo já se instalou, muito pelo contrário, cada vez mais atua na prevenção, na educação para os direitos, na sinalização precoce, na mediação com as famílias e na promoção de ambientes protetores e saudáveis e isto não se faz de forma isolada, faz-se com toda a comunidade, com articulação entre instituições, com sensibilidade social e principalmente, com vontade política.

É precisamente aqui que assumo com total convicção a minha posição pessoal, defendendo uma visão de futuro para o nosso território, onde as instituições públicas existem para servir, onde as políticas públicas não se limitam a responder a problemas, mas sim antecipam, transformam e capacitam, onde o poder local tem um papel ativo e decisivo na coerência das respostas, porque servir o Estado é a mais nobre das tarefas, porque é servir todos.



A CPCJ é um exemplo claro de que o investimento em redes colaborativas, humanas e preventivas, é o caminho certo. Um caminho que exige responsabilidade, mas também coragem moral e ética para enfrentar as desigualdades, os silêncios, os medos e tantas vezes, as invisibilidades que afetam as nossas crianças e jovens.

Citando *Nelson Mandela* e acredito que este pensamento nos deve guiar sempre, “Não pode haver revelação mais intensa da alma de uma sociedade, do que a forma como ela trata as suas crianças.”

As nossas crianças e jovens não são apenas o futuro, são o presente, são o hoje, são as suas necessidades, os seus sonhos, as suas feridas, os seus talentos e são, por isso, uma prioridade transversal que deve unir forças políticas, técnicas, familiares e comunitárias.

E por falar em compromisso e continuidade, gostaria de esclarecer uma questão que, por vezes, suscita dúvidas. Os mandatos dos membros da CPCJ designados pela Assembleia Municipal não coincidem com os ciclos autárquicos. Estes têm, por lei, a duração de três anos, precisamente para garantir estabilidade no funcionamento da Comissão, para que não haja ruturas nem descontinuidades e para que a missão de proteção seja constante e sólida, independentemente dos ciclos políticos, ou eleitorais.

Assim, compete ao Presidente da CPCJ oficial ao Órgão Deliberativo do Município, informando da data final dos mandatos dos seus representantes, com a indicação de que os mesmos podem continuar a exercer tais funções por um novo período de três anos, mas essa comunicação deve expressar que, caso nada seja dito até data determinada pela Comissão, esta assumirá que o atual representante iniciará um novo mandato.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Falar de proteção de crianças e jovens é também falar de democracia, de proximidade, de desenvolvimento sustentável e de justiça. Não é um tema lateral, é central, as decisões que tomamos, os recursos que escolhemos alocar, os sinais que valorizamos, ou ignoramos, tudo isso terá reflexo direto no tipo de comunidade que queremos ser.

É por isso que é fundamental que esta Assembleia, assim como a Câmara Municipal de Mirandela, as Juntas de Freguesia, o Agrupamento de Escolas e as Escolas Profissionais de Ensino, as instituições de saúde e solidariedade social e todos os parceiros locais assumam este compromisso coletivo, porque proteger uma criança não é apenas um ato técnico-jurídico, é um ato profundamente ético e civilizacional.

Permitam-me também deixar aqui uma palavra especial às crianças, aos jovens e às famílias de Mirandela. A CPCJ existe para vós. Existe para vos ouvir, para vos acompanhar, para vos proteger. Se estiverem a passar por dificuldades, por medo, por violência, ou por tristeza, não se isolem, falem, procurem ajuda. Há sempre alguém pronto a escutar e, acima de tudo, nunca deixeis que vos caíam, porque sim, a tua voz conta e conta muito.

Gostaria ainda de reforçar, na condição de Presidente da CPCJ de Mirandela, que, como decorre da lei, os relatórios anuais são entregues à Assembleia Municipal no prazo legal, em janeiro do ano seguinte e desde já manifesto a total disponibilidade para vir aqui apresentá-lo presencialmente e participar num debate transparente, construtivo e participativo sobre os resultados alcançados, os desafios em curso e as medidas que devem ser reforçadas.

Uma palavra também para todos aqueles que, em breve, vão ser eleitos para cargos de representação local, a CPCJ de Mirandela continuará atenta e exigente, exigente no compromisso, no respeito institucional e no trabalho de parceria que esta missão impõe e que, infelizmente, tantas vezes é esquecido ou negligenciado.

Falemos sempre num espírito construtivo, positivo e cooperante, mas com a firme convicção de que proteger as crianças e os jovens não pode ser apenas uma prioridade no discurso, tem de se traduzir em ação, em recursos e em decisões políticas consistentes.

Termino com a firme convicção de que investir nas nossas crianças e jovens é, talvez, o investimento mais inteligente, mais justo e mais urgente que podemos fazer enquanto responsáveis políticos. Que sejamos, sem exceção, parte ativa e consciente nesta construção, porque proteger as crianças não é apenas uma responsabilidade legal, é uma escolha política e é a escolha certa.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse: Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, que nos coloca a questão sobre a água do rio Tua, nomeadamente na praia *Albino Mendo*, o que aconteceu foi uma questão técnica, uma avaria na estação elevatória que está situada no Parque de Campismo, percebemos facilmente onde poderia estar o problema, porque as águas do rio são monitorizadas com regularidade por três entidades, pela APA, pelo Município e pela Delegação de Saúde. Esses relatórios garantem-nos que em todo o momento, conseguimos assegurar que as pessoas utilizam a praia com águas adequadas e próprias e os relatórios semanais dão conta disso.

A montante da praia da Maravilha, as águas estavam completamente regulares, estamos a referir-nos concretamente à praia fluvial de Vale Juncal, percebemos então que seria a jusante o problema, rapidamente identificámos uma avaria na estação elevatória, onde se interveio prontamente, mas essa avaria acabou por inquinar a água, o que levou ao desaconselhamento dos banhos na praia *Albino Mendo*. Foi isso que aconteceu, neste momento, só após duas análises consecutivas sem irregularidades é que pode ser levantado o desaconselhamento, estamos a prever que, na segunda-feira, já possa haver o levantamento dessa restrição de utilização.

Relativamente à questão da piscina, a piscina teve um problema de ordem técnica, difícil de identificar. uma manhã a água estava completamente poluída, escura, mesmo preta, não sabíamos o que poderia ter acontecido, após uma análise técnica, avaliámos e percebemos que terá havido e digo “terá”, um erro humano aquando da limpeza dos filtros, a água terá ficado a correr em quantidade excessiva e trouxe consigo alguns resíduos na tubagem, quando a água corre excessivamente, desagrega da própria tubagem resíduos e esses resíduos acabaram por ir parar à piscina, porque os tanques de retenção não foram suficientes para reter essa quantidade de água. Tivemos então de encerrar a piscina para proceder à limpeza, esvaziamento e posterior enchimento.

Quanto à demora, esta deveu-se a uma razão muito simples, o problema ocorreu precisamente na semana das festas, numa altura em que havia imensa gente no nosso concelho e um pico de adesão das pessoas à cidade, não podíamos encher a piscina com rapidez, porque ela tem 3 milhões de litros de água e isso impediria o fornecimento de água às residências, por isso demorou mais algum tempo, era necessário continuar a fornecer água às populações, nomeadamente de Contins e de Vale Juncal, que também são servidas por aquele ramal, foi isso que aconteceu.

Quanto ao abastecimento por autotanque, se é regular e se é pago, sim, nós pagamos às Corporações de Bombeiros pelo transporte, temos que perceber do que estamos a falar, se a rutura ocorre numa captação própria, é uma situação, se a falha é no abastecimento proveniente das Águas do Norte, aí é outra situação. As Águas do Norte fornecem-nos a água e nesse caso, não pagaríamos essa água adicional, se a água provém de uma captação própria, então pagamos aos Bombeiros, mas não somos ressarcidos. Se o problema está na rede das Águas do Norte, fazemos com que essa água não nos seja cobrada, portanto, há aqui dois momentos distintos, não sei a qual das situações se estava a referir, mas se é uma captação própria, é pago e não há reembolso, se é responsabilidade das Águas do Norte, não pagamos essa água, embora se pague o transporte.

Importa também dizer, já que o assunto foi afluído, que esta situação revelou uma lacuna, a inexistência de monitorização automática, neste momento, estamos a implementar essa monitorização com a perceção à distância, para sabermos, por exemplo, quando há uma baixa de pressão, ou de volume nos depósitos. Isso está a ser feito ao nível da região sul do nosso território, do nosso concelho.

Já contratámos uma empresa, a *Bewater*, que está no terreno, trata-se de uma empresa com muita experiência no fornecimento e no controlo da água e que está a intervir precisamente na zona sul, onde temos tido mais problemas. Essa intervenção abrange as localidades de Abreiro, Milhais, Carvalhal, Palorca, Lamas de Orelhão e Fonte da Urze, estão a desenvolver um trabalho no terreno, aliás, na semana passada, também identificámos uma situação em Fonte da Urze, onde houve um problema de coloração da água. A empresa interveio de forma rápida e eficaz, isto vai-nos permitir estar mais próximos da resolução dos problemas que possam surgir em todo o concelho, porque aumentámos a nossa capacidade de resposta com esta contratação.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, não vou fazer qualquer comentário às observações do Senhor Primeiro-Secretário, como é natural, contudo, pensei que já tinha respondido à questão sobre o parque infantil TuaSol, mas volto a esclarecer. Enviámos um caderno de encargos à empresa, esse caderno não foi respondido na íntegra, assim que o recebemos, entrei em contacto com a responsável, por videochamada e a senhora comprometeu-se a enviar, no mais curto prazo possível, a resposta ao relatório que pedimos. Não faz sentido estarmos a apresentar um relatório inconclusivo, esse relatório ainda não foi finalizado, o que recebemos contém dados, mas não apresenta conclusões concretas, nem satisfaz os requisitos estabelecidos. Precisamos de um relatório como o solicitado, com medições *indoor*, *outdoor*, com ruído, sem ruído e isso tem que ser feito de forma rigorosa, para que possamos apresentar tudo cabalmente.

Dizerem que somos nós que estamos a atrasar este processo, permitam-me repetir, não fomos nós que propusemos este processo técnico de avaliação, nem fomos nós que o arrastámos até esta data, já queríamos tê-lo concluído em dezembro do ano passado, isto tem de ficar muito claro, não temos essa responsabilidade. Estamos a trabalhar para que tudo corra da melhor forma possível, já o disse, nada nos move contra ninguém. Há um problema, temos de encontrar uma solução e essa tem sido sempre a nossa postura, muitas vezes há o interesse de fazer ruído, percebemos isso, aceito que possa haver alguma animosidade, alguma fricção, mas a verdade é que estamos focados na resolução concreta do problema e isso é factual, não há mais nada a acrescentar sobre este assunto.

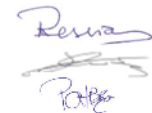
Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, colocou aqui a questão do subsídio atribuído à Junta de Freguesia de Alvites para fazer a escola. Quero dizer que a Junta de Freguesia já tem a obra adjudicada, efetivamente houve aqui algum atraso, mas o valor que foi atribuído está a ser aplicado. Quanto a isso, para nós é suficiente para percebermos que há rigor naquilo que é a implementação. Muitas vezes, existem alguns atrasos, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites saberá explicar e o que importa é que a população venha a ficar servida e que o dinheiro utilizado seja aplicado para o fim previsto, isto é ponto de honra e está a ser feito. Quanto a isso, haveria muitas coisas a dizer relativamente a assuntos deste género. Concorro com algumas das questões aqui colocadas, mas também conheço outras que não vêm para aqui, que não são levantadas e não sei porquê, mas não sou eu quem vai fazer esse levantamento, eu apenas respondo às questões que aqui são colocadas.

Digo de forma geral, que há muitos telhados de vidro e temos de ter cuidado com esses telhados de vidro, sou uma pessoa moderada e tolerante e preocupo-me, sim, que o capital, neste caso concreto, o valor atribuído seja efetivamente investido para o fim a que se destina.

No que diz respeito ao apoio às Festas de Torre de Dona Chama, muito se diz que Torre de Dona Chama é abandonada, que ninguém liga à Torre de Dona Chama, por outro lado, quando se faz uma discriminação positiva à Torre de Dona Chama, porque se dá à Torre de Dona Chama, também se critica. Temos de perceber como é que as coisas funcionam, houve uma discriminação positiva, porque Torre de Dona Chama é uma vila e merece essa diferenciação, não sei se todos os Senhores Deputados se revêm nesta perspetiva, mas é a minha. Também percebo que, se houvesse condições, poderíamos apoiar todas as festas e sei do que falo, porque também já fui mordomo. Todas as pessoas que nos pedem apoio para as festas, eu tenho o cuidado, no final, de perguntar como correu e todos, sem exceção, dizem que sobra sempre dinheiro. Muitas vezes, o pedido é um vício e é um vício porque as pessoas têm receio, eu próprio já organizei, durante vários anos, as festas de São Sebastião. Sei o que é começar com um orçamento zero. As pessoas ficam amedrontadas.

Eu próprio bati à porta da Câmara Municipal de Mirandela, na altura, não interessa quem era o Presidente, não quero tirar dividendos sobre isso. Fui fazer um pedido, sei qual foi a resposta que nos foi dada e sei o que conseguimos, mas também sei que não foi preciso, que a festa se fez e que até sobrou dinheiro e com o dinheiro sobrando fizemos obra no bairro. Quando se diz que se dá para umas festas e não se dá para outras, não é bem assim, as Comissões de Festas, se trabalharem, têm condições para ter sucesso e quase sempre sobra dinheiro, no caso de Torre de Dona Chama, é um caso particular, é um caso de investimento no território, é um caso que precisamos de analisar de forma diferenciadora e foi por aí que seguimos, não foi por outra razão e assumo isso com frontalidade.

No que diz respeito aos contratos celebrados depois do evento e às insinuações sobre corrupção, nem sequer vou comentar. É só consultar os contratos, estão todos disponíveis, consultem os contratos, consultem os procedimentos e se houver alguma anomalia, por favor, identifiquem-na. Está tudo legal, muitas vezes, nós é que não conhecemos suficientemente bem a legislação sobre contratação pública e eu também não conheço tudo, felizmente, vou aprendendo alguma coisa porque temos profissionais na contratação pública de excelência, que nos garantem que os procedimentos são bem feitos, mesmo que alguns possam parecer ter carácter retroativo, há razões para isso e essas razões estão sustentadas na lei.



No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, relativamente ao apoio no incêndio do Lar Bom Samaritano, é de facto uma análise muito interessante, porque está em consonância com a nossa realidade. Temos que defender as pessoas e em momentos como este, temos que nos unir todos, associações, partidos, cidadãos, para um fim comum. Quem está na linha da frente para receber as vítimas é, naturalmente, o Serviço Nacional de Saúde e temos que continuar a acreditar no Serviço Nacional de Saúde, temos que lutar para que o SNS seja uma realidade sólida, porque no dia em que o perdermos, alguma coisa estará muito errada no nosso país e nas nossas gentes.

Naquele momento trágico, todos arregaçaram as mangas, eu também estive lá desde a primeira hora, foi notório o empenho e a vontade de todos em ajudar, sem exceção, foi um cenário dantesco, cadeiras de rodas na rua, camas, tudo ao sol, foi profundamente doloroso. Temos que tentar minorar e prevenir para que tal não se repita. Estivemos todos na linha da frente, não fui só eu, fomos todos e só por isso conseguimos ultrapassar aquele momento. Deixo aqui, mais uma vez, uma Nota de Pesar para todas as pessoas e famílias envolvidas neste trágico sinistro.

Agradeço ao *Mário Vilarinho* por ter recordado que, quando “toca a rebate”, expressão tão nossa e tão popular, estamos lá e estamos todos, de forma generalizada, não houve ninguém que não quisesse ajudar, parabéns a todos por isso.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, sobre as Festas de Nossa Senhora do Amparo e o Protocolo, é exatamente isso, analisar os documentos e ver o que se passa, efetivamente ainda não fizemos o balanço, está previsto para segunda-feira, porque houve um conjunto de circunstâncias, que todos conhecem, que nos impediram de o fazer até agora e houve outras prioridades, socorrer primeiro as populações, as pessoas.

Amanhã será feita uma reunião com o relatório da PSP, no que diz respeito ao Protocolo, reconhecemos que pode e deve ser melhorado e atualizado, a certa altura, percebemos que até no que toca à Junta de Freguesia, havia uma interpretação, levantada nesta Assembleia de que os valores recebidos pela Junta, através da exploração dos terrados, seriam uma forma de financiamento direto à Junta de Freguesia, essa interpretação não se confirmou. A Junta de Freguesia colaborou, como sempre, nas contratações, essas contratações, por serem de valor inferior a cinco mil euros, são ajustes diretos e por isso, não aparecem na base de dados pública, BASE.GOV, é essa a razão, não há nenhuma outra.

Sobre a evolução do local das festas, é importante que todos saibamos o que está a acontecer. As Festas de Nossa Senhora do Amparo dizem-nos muito a todos, tenho memória do que eram as festas, do que são hoje e do que devem continuar a ser e temos de olhar para elas com respeito e responsabilidade, quero que fique muito claro, não foi o Município que chamou a si as Festas de Nossa Senhora do Amparo, foi-nos apresentada uma situação, para a qual era necessário encontrar uma solução e a solução que apresentámos foi a que resultou.

Havia um problema, que se vinha a repetir ao longo dos anos, a sobreposição da festa com a área da praia fluvial, uma zona que queremos potenciar, infelizmente essa zona tem tido alguns problemas, que estamos a resolver, todos temos de colaborar nisso, porque é um espaço de lazer fundamental e que não podemos de forma alguma destruir, era essencial preservar, pelo menos, metade da área da praia fluvial e foi nesse contexto que surgiu a necessidade de encontrar uma alternativa. A primeira ideia era colocar os concertos na Zona Verde, era a nossa preferência, era a preferência da juventude, mas segundo os técnicos, o espaço da Senhora do Amparo não estava em condições de suportar o peso das estruturas, assim invertemos a decisão e surgiu este novo modelo, que se manterá apenas enquanto não houver alternativa viável. Essa alternativa está a ser trabalhada, como o Senhor Deputado bem referiu, está em desenvolvimento um projeto para utilizar o olival que fica à esquerda da Zona Verde, em direção ao fundo, a ideia é criar ali um espaço que permita ter de um lado as diversões, a chamada “zona Luna Park” e do outro os concertos, é um processo evolutivo, esta não é uma decisão fechada, é técnica, pensada, avaliada, está a ser trabalhada com seriedade. O próprio Santuário de Nossa Senhora do Amparo também precisa de ser melhorado, aquela zona onde estavam os “meninos a fazer xixi”, de que os mais velhos ainda se lembram, precisa de ser reabilitada.

As festas são da cidade, as festas da Senhora do Amparo são da cidade, devem ser vistas como um todo, temos de remar todos para o mesmo lado, não pode, nem deve, haver quem crie entropias, sempre que dizemos mal das festas da nossa cidade, estamos a dizer mal de nós próprios e isso sinceramente não aceito. As coisas são feitas com bom senso, com rigor e com transparência, a prova está nos contratos, estão todos disponíveis, podem ter algumas falhas, mas são claros, toda a gente sabe quanto custa o quê e quem faz o quê e isso é um ganho que temos que registar, goste-se ou não, custe a quem custar. Se despirmos as questões políticas, ou os ataques pessoais, chegamos todos a uma conclusão muito simples, obrigado por trazer este assunto e por permitir este esclarecimento.

Quanto à questão seguinte, colocada pelo Senhor Deputado *Luís Mosquito*, Senhor Deputado, quero apenas recordar, que este protocolo a que se refere foi aprovado em 21 de dezembro de 2018. Era importante perceber, de 2018 até 2025, estando presente em várias Sessões desta Assembleia, por que motivo o assunto é trazido agora, mas isto não é uma pergunta à qual queira resposta, não preciso que me responda, é apenas uma constatação. Também seria interessante verificar qual foi a orientação de voto na altura, não sei qual foi, mas é um tema que transcende este Executivo atual, que aqui represento neste momento.

Não se trata de 100.000 € por ano, como alguns dizem, foram sim, 25.000 € por ano durante quatro anos, e o protocolo não será renovado, vamos manter, com certeza, a postura de trabalhar com Serralves, sem problema, mas daqui em diante, aquilo que vier a ser feito, será pago pontualmente. Preferimos que assim seja, até para evitar mal-entendidos, ou dissonâncias filosóficas com as quais não me identifico minimamente, a não ser naquilo que diz respeito ao bem-estar de Mirandela.

Quero acreditar, porque me parece que é o caso, que o Senhor Deputado não acompanhou suficientemente a evolução cultural do concelho nos últimos anos, caso contrário, não teria colocado a questão sobre quais foram as exposições, ou quais os ganhos de Mirandela ao fazer parte da Comissão de Fundadores. Tivemos várias exposições, posso fornecer-lhe um relatório detalhado com todas, posso ainda acrescentar que anualmente temos equipas de Mirandela que vão a Serralves, fazem lá trabalhos, participam em *workshops* sobre azeite, sobre sabão e estão regularmente convidadas para eventos como as Festas do Outono e as Festas das Vindimas, entre outros. Foi, efetivamente, uma mais-valia para o concelho, por isso, lamento que a questão só surja agora, quando o protocolo já terminou e ao longo de todos estes anos não tenha havido qualquer intervenção, ou questionamento público por parte do Senhor Deputado sobre o tema.

Assim sendo, a resposta objetiva é, não, não vamos renovar o protocolo, continuaremos a fazer parte, sim, como sócios fundadores desse é o nosso estatuto atual, mas, cada ação será paga pontualmente, caso haja a nossa participação, da mesma forma que

Renata
Boa

mantemos as portas abertas para participar nos eventos de Serralves, sempre que formos convidados, penso ter respondido à sua questão de forma clara.

O Senhor Deputado referiu-se ainda à questão do Pavilhão do Inatel. A esse respeito, gostaria apenas de recordar que o protocolo existente foi agora reformulado, o pavilhão vai ser reabilitado, trata-se de um equipamento que é nosso, de Mirandela e que continuará a dar resposta a diversos eventos, nomeadamente desportivos, que ocorrem no concelho.

Relativamente à posição do Dr. *Hernâni Moutinho*, nosso Deputado: pois eu, sinceramente, revejo-me na elevação da sua intervenção. Habituei-me a vê-lo assim, assim o considero. Não esperava outra coisa que não fosse esta. Parabéns pela postura, porque é isso que dignifica este órgão. Obrigado pela sua intervenção.

Relativamente à Senhora Deputada *Vera Correia* dizer-lhe que, efetivamente a Bancada representada pelo *Jorge Humberto Fernandes* tem tido, ao longo destes mandatos, daqueles em que eu tenho estado aqui também, sempre a preocupação de apresentar propostas, de ser proativa e interventiva e é para isso que também servem os Deputados municipais: para serem interventivos.

Nem sempre teremos razão, mas importa que haja, muitas das vezes, discussão, porque às vezes, de qualquer coisa que, mesmo que ainda não tenhamos razão, resulta uma solução. E obrigado pela forma sempre muito acesa com que trazem estas questões, sobretudo as laborais, nas quais eu me revejo imenso, confesso.

Relativamente à questão da Senhora Deputada *Luísa Deimões*, sempre preocupada e muito bem, com o início do ano letivo, também já tinha tido oportunidade de referir e desejar um bom ano letivo para todos. Efetivamente, existem algumas deficiências nos edifícios escolares, mas ainda não conseguimos resolvê-las. Este ano foi, como sabem, um ano muito difícil no que diz respeito a contratações e adjudicações, nós sabemos disso. Temos tido essa dificuldade, que é generalizada, porque não temos gente que, em pouco tempo, esteja com capacidade para fazer esses trabalhos, mas sim, estão identificadas as necessidades, no entanto, já fizemos algumas intervenções, tal como no recreio das escolas do Convento e do Fomento. Isso já está reabilitado e há outras que estão em vias de reabilitação, mas efetivamente, temos essas lacunas.

Gostava só de lhe dizer uma coisa, quando falou aqui nas carretas, peço desculpa, pareceu-me que quase quis desvalorizá-las. As carretas têm envolvimento dos meninos, há aqui ação pedagógica na constituição das carretas, ou não há? A mim parece-me que sim. Era só para lhe dar esta nota, as carretas não são só um desfile de vaidades, como se poderia pensar. É um desfile onde as crianças estão envolvidas e digo-lhe, é o momento do nosso concelho onde se vê mais felicidade nas crianças. Elas estão extraordinariamente vestidas a rigor e são muito felizes naquele desfile e isso eu tenho testemunhado, há fotografias desse evento. Eu acho que as carretas não devem ser desvalorizadas e digo isto: nem foi este Executivo que criou este evento. Isto é uma herança que temos, uma boa herança, deste desfile de "Jardins Nómadas" e parabéns a quem teve a ideia do desfile dos "Jardins Nómadas". Que fique muito claro este sublinhado. É bom que tenhamos isso todos em mente, porque parece que, muitas das vezes, há aqui um certo sectarismo, no qual eu não me revejo. Mas isso é outro assunto, para outras calendas.

Relativamente à Senhora Deputada *Luísa Torres*, reconheço nos engenheiros, nos arquitetos, assim como nos médicos, nos enfermeiros, nos gestores, nos professores, enfim, em todas as profissões, uma mais-valia, estar aqui a valorizar ou sobrevalorizar uma profissão em detrimento das outras não me parece correto. A sociedade é constituída por todas as pessoas, todas as profissões. E nós não estamos aqui para dizer: "porque eu sou arquiteto", ou "porque eu sou engenheiro", não, para mim, tem tanto valor o arquiteto e o engenheiro como o assistente operacional, seja ele serralheiro, pintor ou jardineiro. E, muitas das vezes, fazem um trabalho que não é reconhecido e pensamos que são só os engenheiros que o fazem. Mas adiante.

Não queria prolongar-me mais sobre esse assunto, ainda por cima quando a Senhora Deputada já não está presente, nem sequer vou fazer mais comentários. No que diz respeito à vida pessoal e às publicações que cada um faz, são da responsabilidade de cada um e cada um entende como deve fazê-las.

Tenho a certeza de que os projetos que estão em curso também foram feitos por arquitetos e engenheiros que em nada ficam a dever a quem se arvora como melhor, ou como o supramundo.

No que diz respeito ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, apesar de todas as "pedradas" que ele me envia, no bom sentido, naturalmente, nunca me sinto ofendido por isso, quero só lembrar-lhe a questão das promessas. Não sei se me quer ouvir, senhor presidente, mas se quiser ouvir. Relativamente à questão das promessas, há uma e eu assumo como tal, que não teve qualquer andamento. As outras, vou-lhe já dizer, são todas para executar. Lamentavelmente, não temos tempo suficiente neste mandato para as executar, mas são para executar. E a sua freguesia pode-lhe agradecer, assim como ao executivo municipal, porque são uma realidade daquilo que nunca ninguém tinha feito até agora.

O saneamento do Carvalhal e da Palorca vai ser uma realidade, apenas ficou vazio porque não houve empresa que concorresse ao concurso, naturalmente, nós já aumentámos o valor para tornar mais viável a sua execução, porque é nossa a intenção de realizar essas obras, a iluminação do Largo de Pereira também penso que teve evolução, o parque infantil de Pereira também, penso que sabe, teve evolução, a igreja dos Avidagos também está em obra.

A recolha dos monstros, efetivamente, não é responsabilidade do senhor presidente. E, em boa verdade, aquilo que disse é verdade: já ajudou muitas vezes, já colaborou muitas vezes na recolha dos monstros, ainda no domingo vi monstros lá, o que naturalmente também me envergonha, mas volto a dizer, não é culpa do Senhor Presidente, neste momento, no mês de agosto, houve aqui um acréscimo significativo de monstros nas ruas, fruto de haver muita gente no nosso concelho, e não fomos capazes de dar a resposta que devíamos ter dado atempadamente, mas sim, vamos fazer esse trabalho, que é da responsabilidade da Câmara Municipal. Obrigado, mais uma vez, por nos enviar sempre um e-mail atempadamente quando há algo que esteja menos bem, isso é um facto, e honra-lhe seja feita.

Em relação ao Senhor Presidente *André Geraldo*, o André foi um homem que esteve aqui, de facto, compreendo-o, eu vivi também com ele momentos de aflição, acompanhei-o junto da população, senti o problema dele e de facto só temos de estar gratos.

Aos bombeiros, aos sapadores, aos particulares, a toda a gente que esteve envolvida, porque não é possível delegar apenas nestas entidades, vir aqui enaltecer o trabalho deles é apenas fazer justiça e reconhecer quem está no terreno e que, muitas das vezes, faz das tripas coração, e ainda se sente, por vezes, de braços atados, devido a ordens de comando que vêm de outros lados.

Rena
Bete

Isso também será debatido, garantidamente, noutros contextos, porque sermos comandados a partir de Carnaxide parece-me um bocado longe para combater incêndios aqui no Nordeste, mas aquilo que percebi e tenho essa certeza, é que os comandos locais estiveram no terreno e tomaram as decisões certas, no momento certo.

Isto é como no futebol, depois de o jogo acabar, é fácil dizer “devia ser assim”, “devia ser assado”, mas o problema é decidir no momento, na presença do incêndio e fizeram um trabalho extraordinário e não posso esquecer o que vi, esta gente é de grande valor. Abriram um estradão em frente às latadas, que evitou que o fogo se propagasse para Mirandela, com as chamas mesmo ali, evitaram isso e isso só está ao alcance de homens muito corajosos. Estou muito agradecido. Obrigado aos bombeiros, aos sapadores e a todas as populações que também se envolveram, porque havia lá muita gente particular que deu a cara e estamos todos solidários com eles. Obrigado por trazer aqui este assunto.

Relativamente ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira* e às festas do Romeu, as festas do Romeu vão ter o mesmo tratamento que as outras festas que não as da Torre de D. Chama, mas quero recordar ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira* que recentemente, atribuímos 25.000€ à Comissão Fabriqueira para poder reparar a igreja, portanto, não estamos propriamente a discriminar. Quanto ao apoio para a festa, terá o mesmo apoio que os outros tiveram. Estamos a dar apoio para as flores dos andores, para abrilhantar as procissões.

No que diz respeito ao Ninho de Empresas, já está consignado à empresa *Higino Pinheiro*, aquilo que me referiu na última reunião é exatamente o que confirmamos agora, está consignado.

Relativamente à questão que se coloca e que é aquela velha questão de porque é que não substituímos primeiro as condutas, isso tem sido um problema, em algumas ruas não fizemos já a pavimentação como deve ser porque temos primeiro de substituir as condutas e pedimos desculpa à população por isso, porque é um transtorno, ali naquele largo, não se tem verificado essa situação, não têm havido ruturas e vamos fazer a pavimentação do largo.

Concordo consigo, quanto à estrada da Freixeda está em más condições e quero também lembrar-lhe que olhamos para a estrada da Freixeda com outros olhos, com olhos de futuro, já devia ter avançado noutra perspetiva. Não podemos esquecer que é uma estrada que liga ao IP2 e Mirandela não tem ligação ao IP2 e não é só este Executivo que já podia ter tido mais ações, é verdade, mas estamos agora a ter ações diplomáticas para que essa estrada possa ver alterado o seu estatuto e possa ser reclassificada como uma estrada nacional, porque liga dois concelhos e liga a um itinerário principal, entendemos que deve ter essa dignidade, para poder servir as populações, não queremos com isto desculpar-nos, há ali uns buracos que têm de ser tapados.

Relativamente à última intervenção da Senhora Deputada *Matilde Machado*, essas três palavras em que se centrou são aquelas com as quais nós nos revemos, servir, antecipar, capacitar, claro que a CPCJ tem um histórico de excelência e tenho a certeza de que, com a Senhora Deputada *Matilde Machado* como presidente, vai continuar e não serão alterações nos mandatos autárquicos que irão mudar o que quer que seja, porque a CPCJ tem de ser vista de forma completamente fora da política.

Tem de ser vista como uma resposta para aqueles que mais precisam, as crianças, os jovens e sobretudo para aqueles que, de alguma forma, são ultrajados nos seus direitos e nos seus valores. Contamos com a Senhora Deputada, com a sua equipa e com os que vierem a seguir, para continuar o trabalho nesta área que é de grande importância, no fundo, essa é a verdadeira razão por que estamos aqui todos, para trabalhar pelo bem das populações, pelo bem das pessoas.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

A minha sugestão é que conjuguemos agora os pedidos que foram feitos para a realização de um minuto de silêncio em honra das vítimas.

----- A Assembleia Municipal associou-se à homenagem às vítimas *Antero Augusto Esteves, Augusta Piedade Fernandes, Iluzinda do Amparo, Inês da Natividade Gomes, Josefina Cândida, Maria do Amparo Grilo, Piedade da Conceição Lisboa e Adolfo Augusto dos Santos*, efetuando um Minuto de Silêncio.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, efetivamente vi a questão da qualidade da água, já sabemos que é um assunto recorrente, sabemos que a água tem pouca qualidade, mas isso são outros assuntos. O denominador comum destes três assuntos que falei aqui é a questão da manutenção dos equipamentos, porque aquilo que nós assistimos, e foram as suas palavras na resposta que deu, foi que houve por algum motivo, falhas mecânicas relacionadas com a questão da água, do saneamento, o que for e isso levou a que haja estes problemas recorrentemente.

A questão dos Bombeiros, por exemplo, esta questão levantou-se em Vale de Lagoa e aquilo que me dizem lá, é que não há manutenção do sistema, vão lá, põem pastilhas e vão embora, os bombeiros foram lá cinco ou seis vezes seguidas, num dos dias foram duas vezes. A minha questão, para além dos custos que não estão a ser direcionados para a manutenção dos equipamentos, é que haja também aqui algum custo adicional, porque se os bombeiros vão lá, vão querer ser ressarcidos, podem não levar dinheiro pela água, mas podem levar o dinheiro da ida e da vinda, não é? Isso é que me preocupa.

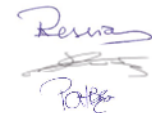
Também nos preocupa a questão da degradação da confiança nas águas, isso também é uma preocupação latente. Temos vindo a falar recorrentemente da questão da água, mas efetivamente aquilo que se vai vendo é que é um problema de equipamentos que não estão em condições, se calhar já são muito obsoletos.

A questão da piscina na Maravilha, é uma questão de estar muito obsoleto o equipamento, precisa de uma remodelação grande, gostava de o ouvir falar sobre este assunto.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Dizer-lhe, Senhor Deputado *João Reis*, que efetivamente a questão que se prendeu não foi com a falta de manutenção, nem com a qualidade da água, isso não esteve em causa, o que estava em causa é que havia falta de água em consequência de uma rotura, há



uma rotura e há um consumo que ultrapassa o consumo normal da população. Houve uma rotura de água, foi necessário intervir e por essa razão é que as idas foram mais frequentes para repor a água, houve uma rotura que foi reparada e neste momento a situação está regularizada. Não teve a ver com falta de manutenção, nem teve a ver com a qualidade da água, a qualidade da água manteve-se. Situações como esta acontecem muitas vezes também no mês de agosto, porque há um consumo adicional e é necessário colocar água adicionalmente.

Foi isso que aconteceu, é essa a informação que nós temos dos nossos serviços, a qualidade da água nunca esteve em causa, o que havia era falta de água, por essa razão é que houve um transporte mais regular por parte dos Bombeiros.

----- A Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Disse “*carretas*” propositadamente, porque nasci em Suções, ali à beira da Serra dos Passos e na minha terra diz-se “*carretas*”.

Quando mencionei “muitas vezes”, referia-me a que, muitas vezes saem sem qualquer intencionalidade educativa, porque quando os meninos saem da escola, deve haver um projeto, deve haver uma intencionalidade educativa que deve ser trabalhada anteriormente, para eles saberem o que vão fazer.

Dou-lhe o exemplo de há dois anos, que foi o tema da biodiversidade e a importância das abelhas, toda a comunidade educativa sabia o tema tratado, porque foi trabalhado na escola. Assim como também já falei quando foi da Assembleia Municipal Jovem, que o que deixou as crianças defraudadas foi o facto de lhes ter sido explicado todo o processo e quando chegaram aqui, nada disso se passou.

Essa é a intencionalidade educativa que temos por trás desses atos. Não é eu ser contra que as crianças saiam da escola, ou que não sejam felizes, até são e todos os momentos são de aprendizagem, mas para serem aprendizagens efetivas, tem de haver uma intencionalidade da parte dos adultos, não é só saírem por sair. Quando saem e brincam são felizes, mas também podem sair e aprender, essas saídas devem ser aprendizagens efetivas. Era só isso que eu queria dizer e muitas das vezes, isso não acontece.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Acabou por dizer aquilo que eu disse e com o qual todos concordamos, não tenho a certeza absoluta de que este ano não tenha havido um tema, tenho sérias dúvidas, porque aquilo que eu sei é que há sempre um tema e que esse tema é trabalhado em termos pedagógicos com as escolas. Não querendo estar aqui em confronto, aquilo que acabou de dizer foi aquilo que eu disse, é um evento de notoriedade que tem de ter continuidade.

É um momento pedagógico, para além de ser um momento de diversão e de convívio, em que os pais saem à rua, gostam de vir e a população gosta, os Jardins de Nómadas é um evento a continuar e eu quero ter a certeza disso.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, retribuo-lhe os agradecimentos também por nos ter explicado alguns dos pontos que eu trouxe aqui.

A reflexão que queria deixar, assim como o pedido de esclarecimentos que gostava de fazer é o seguinte, sendo uma situação que já ocorreu em 2024 e voltou a acontecer em 2025, a Junta de Freguesia acabou por pagar parte dos custos do setor cultural, nomeadamente aos artistas abaixo dos 5 mil euros, face às explicações do Senhor Presidente, consigo compreender porque é que esses valores não aparecem na BASE.GOV, no entanto, entendo que deveria ter sido feito, em primeiro lugar, um relatório de contas relativamente aquilo que não aconteceu em 2024, ou seja, um relatório integrado com todos os custos, incluindo os da Confraria, para que todos possam ter acesso aquilo que são as contas gerais deste evento.

Queria também, visto que 2025 é um ano diferente, pedir-lhe um comentário a uma situação, a Câmara tem um Protocolo com a Junta de Freguesia para a gestão tripartida deste evento, por sua vez, a Junta de Freguesia fez a aquisição de alguns destes artistas, aquilo que sei e que me fizeram chegar é que um colaborador do Município, que em 2025 já é colaborador do Município, esteve envolvido nesse processo. Queria perguntar se eticamente, moralmente e politicamente, acha uma atitude correta? E o que é que vai fazer para mudar isso para os anos seguintes?

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Os contratos são feitos pela Junta de Freguesia e é a Junta de Freguesia que os gere, não tenho conhecimento de que tenha sido qualquer funcionário do Município a fazer isso. Desconheço por completo essa situação, mas podemos ouvir o Senhor Presidente da Junta, caso queira dizer alguma coisa relativamente a isso.

Confesso que tenho algumas dificuldades em confirmar-lhe essa situação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* autorizado a intervir disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, a contratação dos artistas foi feita de acordo com aquilo que são as melhores práticas, com base na qualidade e no preço praticado no mercado, cumprindo aquilo que são os Códigos de Procedimento Administrativo e de Contratação Pública, sobre isto não tenho mais nada a esclarecer.

As contas, se quiser consultá-las, também estão disponíveis, é só fazer o pedido de consulta de toda a documentação administrativa. Ela está disponível para essa consulta, aliás, já foi este ano previamente separada para uma consulta prévia, pode solicitar essa consulta junto da Freguesia de Mirandela.



----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, “*telhados de vidro*”? Não percebi o que queria dizer com isso, porque um Presidente como eu, que anda a ser perseguido pela Judiciária, pelo Ministério Público há dois anos e ainda não lhe apanharam nada, o meu telhado não deve ser de vidro, deve ser de chapa e da boa.

Quanto ao que disse sobre o subsídio que estar na BASE.GOV, eu sei que está publicado na BASE.GOV desde dia 18 de agosto, mas questiono, será que se o Presidente da Junta não tivesse falado nisso, passado cinco anos a obra seria feita? Já agora, explique-me por que é que o subsídio que foi atribuído a essa Junta no dia 22 de agosto de 2024 para calcetar duas ruas não está publicado na BASE.GOV? Será que foi, supostamente, um fracionamento do pagamento?

Questionei-o sobre o alargamento do cemitério de Frechas, não disse nada, também não disse nada sobre o parque de estacionamento do Cachão. Estava no orçamento da Câmara para 2024, fez bola; passou para 2025, bola. E não responde. Agradecia uma resposta concreta.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Em relação aos “*telhados de vidro*”, não me estava a referir concretamente a si, o que eu disse foi que há muita gente que tem telhados de vidro, não me estava a referir diretamente a si. Reitero aquilo que disse e sei porque o digo e se tiver que acontecer, mais especificamente noutro momento, fá-lo-emos, para percebermos que todos nós podemos incorrer em algumas irregularidades, que não são irregularidades, porque o fim é justo, mas não podemos pactuar com essas situações, mas às vezes isso acontece.

Relativamente à empreitada do cemitério, o concurso ficou deserto, nós sabíamos que o momento é muito periclitante, sobre o ponto de vista de que há muita obra a ser executada neste momento e não posso deixar de dizer que isto tem a ver com situações que foram proteladas por razões externas que aconteceram e que são do domínio nacional e internacional, há dificuldades por parte dos empreiteiros em darem resposta, as Câmaras Municipais têm de ter os valores cabimentados antes de avançar com a obra, essa obra está cabimentada e compromissada, não aconteceu ainda porque não há quem execute.

Dir-me-á assim e eu concordo, mas continua o território sem a obra feita, é verdade, mas acredite, o Senhor Presidente gostava de ter a obra feita, mas não gostava mais de ter a obra feita do que eu, pode ter a certeza absoluta disso. Quem está a perder é o território, mas são situações que nos ultrapassam por completo.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, quer que o trate por “Senhor Doutor”? Senhor Presidente? *Vitor Correia*? Como quer que o trate? É que eu desconheço o seu título honorífico.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Deve tratar por Senhor Presidente, Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Há aqui uma preocupação por parte da Mesa com o tratamento de “Senhor Presidente Doutor”, o título honorífico, mas há aqui muita gente também, ainda agora veio aqui a *Luísa Deimões* e ninguém lhe chamou professora, portanto, há aqui alguma deferência em excesso para com o Presidente, desconhecia isso, mas se quiser falar das suas formações académicas, até agradeço, porque realmente desconhecia que era doutor, agora começa a aparecer doutor, na Câmara põem os títulos honoríficos, mas pronto, não é essa a minha questão. É só esta questão da deferência. Há também aqui Senhores Deputados que são doutores e que não são chamados por doutores e acho que também deviam ter um tratamento diferente.

Também desconhecia que, por exemplo, que Serralves alterou o contrato, alguém conhecia isso? A Assembleia conhecia que houve alteração no contrato com Serralves? Alguém sabia que Serralves tinha anulado o contrato, ou que há uma anulação de contrato? Ninguém sabia, eu também não sabia, ando bem distraído, porque eu não tinha esse conhecimento. Agora, por mais títulos honoríficos que haja aqui, eu acho que não é simpático da parte do Senhor Presidente condicionar quais são as boas ou más intervenções.

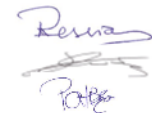
Veio condicionar só agora, sim, só agora, não é que não tivéssemos já falado de Serralves noutras Assembleias. Só agora porque isto foi vendido aos mirandenses, estas cotas de cem mil euros por ano, foi vendida aqui nesta Assembleia como uma forma de ser um trampolim para os nossos artistas, para que houvesse uma projeção a nível nacional e a minha pergunta era simples, houve alguém de Mirandela que fosse projetado por Serralves? Esta era a minha pergunta. Se é oportuno, ou não fazer essa pergunta, acho que não tem cabimento fazer essa avaliação. Era só essa a pergunta. Já me esclareceu, e até fiquei contente por acabado com este contrato com Serralves. Muito bem.

Agora, a outra pergunta, houve algum artista de Mirandela que hoje temos aí, algum conterrâneo nosso que tenha sido projetado com este Protocolo, com este acordo? Era essa a minha pergunta. Não respondeu, mas pronto, estou a fazê-la outra vez.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Importa clarificar de uma vez por todas, que não são 100 mil euros por ano, nunca foram, o que revela que não conhece de todo o programa, foram 25 mil euros por ano e terminava com a conclusão dos 100 mil euros, portanto, terminou, nunca esteve em causa a



renovação. Aconselho-o a ler o Protocolo e a ver o que lá está escrito e aí sim, quando estiver na posse dessa informação toda, podemos conversar, até lá, não vale a pena, porque está aqui a confundir toda a gente.

Não se trata de 100 mil euros por ano, mas sim de 25 mil euros por ano e foi isso que foi feito, foi interrompido com a COVID e que na altura, também não respondeu, esse Protocolo foi aprovado aqui nesta Assembleia, onde o Senhor Deputado estava cá, e naturalmente teve também a sua colaboração, não sei de que forma, não sei qual foi a sua orientação de voto, mas estava cá e isso aconteceu.

Quanto à questão dos títulos, lamento profundamente que tragam esse assunto para aqui, porque para mim não é assunto. Trabalhei 30 anos numa empresa onde nós e eu também fui um dos patrocinadores disso, acabássemos com tudo que era “doutores”, “engenheiros” e por aí fora e trabalhássemos todos pelo primeiro nome, é assim que eu sou, chamo-me *Vitor Correia*, foi assim que nasci e é assim que quero ser tratado.

Quanto ao resto, aquilo que eu acho é que não pode haver diferenças em circunstância alguma, se em certas circunstâncias são doutores, então em todas as circunstâncias que estejam na mesma condição que assim o seja. Reitero, de uma vez por todas, ou tratamos todos por igual ou não tratamos todos por igual.

Aqui, neste plenário, serei Senhor Presidente, mas lá fora serei sempre o *Vitor*. É isso que quero ser e não quero ser outra coisa. Independentemente disso, para que fique esclarecido e encerrar este assunto de uma vez por todas, tenho uma Licenciatura em Marketing e um Mestrado em Gestão das Organizações. Ponto final, parágrafo, mas eu sou o *Vitor* e é assim que quero ser e sê-lo-ei sempre.

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* (PS) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, o Senhor foi um pouco deselegante comigo, porque que eu saiba, nessas publicações “*FaceboKnianas*” que lhe falei, apenas estavam em causa duas classes, duas profissões, mais nenhuma, a profissão de arquiteto e a profissão de engenheiro.

Agora, uma coisa lhe digo, estar a fazer publicações, a Vereação do Urbanismo, o Vice-Presidente da Câmara de Mirandela, no seu *Facebook* privado, de plantas incompletas como verdadeiros projetos de execução, para quem trabalha horas e horas efetivamente em projeto de execução, é uma deselegância com as duas classes, desculpe lá, até porque essas obras devem estar publicadas no *site* do Município e não estão, porquê? Porque também não poderia fazê-lo a esta altura do campeonato, não é?

Agora, a minha intervenção nada tem a ver com as restantes profissões, tem a ver com estas, é uma obrigação minha também e uma indignação pessoal, defender a minha classe. Está a perceber?

Não faça essa cara, porque é mesmo assim e digo-lhe mais, por exemplo, existe uma publicação que eu não mencionei, mas que lhe falo agora, da estrada de ligação do cruzamento do Cachão a Vale da Sancha, que é dada como conclusão da estrada, quando as fotografias apenas são da camada de *tout-venant* cilindrada, faltando tudo o resto, isto é que é defender uma classe. Isto não se deve fazer, não se pode fazer, duvido que estas peças gráficas tenham sido produzidas por um arquiteto, ou por um engenheiro.

Quanto à pergunta que lhe fiz, respondeu-me no futuro, queria que me tivesse respondido no presente e não me respondeu.

Eu perguntei-lhe especificamente, se se revê neste tipo de postura, os projetos e as obras devem ser divulgados onde? Como? E em que fase de divulgação devem ser feitos? Foi isso que eu lhe perguntei. Se se revê neste tipo de postura, só tem de me dizer, sim ou não.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

No que diz respeito à deselegância, ou à falta de elegância, apenas quero dizer-lhe que considere falta de elegância o facto de não estar aqui para ouvir aquela que foi a minha resposta, isso sim, é deselegante. Ausentou-se no momento em que lhe estava a responder. Por outro lado, se tivesse estado cá, teria percebido que lhe tinha respondido à pergunta, sendo assim, não lhe vou responder, porque já lhe respondi. Convido-a a consultar e a visualizar esta gravação, para que perceba aquilo que foi respondido, porque não estava cá e isso é que é deselegante. Não tenho mais nada a responder.

ORDEM DO DIA

4 - Período da Ordem do Dia.

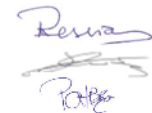
4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje é a última Assembleia, não me vou despedir porque não gosto muito disso, só estarei aqui e estou aqui devido aos eleitores de Mirandela, se entenderem que devemos continuar, nós continuamos, se não, se acharem que não temos crédito político suficiente para estar nesta Assembleia Municipal, não estarei.

Porventura, deixarei outras palavras de avaliação de todos estes trabalhos aqui realizados, mas como eles são públicos, não o vou fazer agora, sob pena de todos virmos aqui despedir-nos do nosso eleitorado e das funções que aqui representámos.



Senhor Presidente, vou pegar neste assunto da Informação do Senhor Presidente da Câmara, porque já foi dito aqui, ao longo do mandato, que estas informações pecam porque algumas não têm interesse nenhum, e aquelas que verdadeiramente tinham interesse, não estão aqui plasmadas. Se não tem tempo, ou se o Gabinete não tem tempo para elaborar o que acontece verdadeiramente de significativo neste concelho, pegue nas publicações da Rádio *Terra Quente*, fotocopie e cole-as aqui e ficávamos todos a saber, verdadeiramente, os problemas do concelho de Mirandela.

Senhor Presidente, para não me esquecer, vou-lhe perguntar um assunto que é de maior importância. Ontem, eu e o Senhor Presidente estivemos num debate em Bragança, a dois, uma vez que a CDU faltou, inicialmente, o debate ficou marcado pela questão da Zona Industrial que Mirandela precisava há não sei quantos anos e que este Executivo teimou, durante oito anos, em não efetivar, como consequência, Mirandela deixou de fixar empresas e pessoas e luta contra o despovoamento que estamos a sofrer.

Neste seguimento, até porque o Senhor Presidente não me desmentiu, aliás, tentou inicialmente justificar com a COVID, que já ninguém se lembra e depois lembrou-se que estava em Bragança, que tinha tanta obra para anunciar, que anunciou durante os mandatos e orçamentos tão significativos, que pelos vistos parece que só tinha havido COVID em Mirandela e que não tinha existido COVID em Bragança e nos outros concelhos. Foi uma forma do Senhor Presidente se desculpar em relação aos últimos anos que, pelos vistos, tinha que ser entendido por conta da guerra da Ucrânia e da pandemia.

Senhor Presidente, é verdade que em junho, o empreendimento Quinta do Choupim iria para discussão pública e que a Câmara Municipal resolveu adiar esse assunto? Se quiser responder já. Não? Não vai responder. É que este assunto é da maior pertinência, porque, de facto, esta Câmara Municipal escusou-se a tratar suficientemente do agenciamento económico e da fixação de pessoas e empresas neste território.

Senhor Presidente, cada vez que olho para este documento, tento sempre entender o "Outro Caminho" e, depois, "Pela nossa terra", quando num Gabinete de Apoio às Freguesias, que são tantos, aliás, já vamos na terceira Assembleia Municipal, duas pelo menos para trás, que tantos programas foram aqui assinados com as Juntas de Freguesia, contratos de apoio extraordinários e que nenhuma das obras, penso eu, estará em execução. Foi também um grande ensinamento que aprendi aqui, de facto são muitos os contratos anunciados, mas depois não há empreiteiros para concorrerem ao concurso e para se efetivar a obra, este foi o problema número um.

Coloco também à consideração do "Outro Caminho", "Pela Nossa Terra" e agora para a tal "Confiança que devem manter em nós", se a água e o saneamento de Mirandela são mesmo de confiança.

Terceiro item, isto são itens da Informação do Senhor Presidente. Você está a dizer que não devo falar de assuntos que não estão plasmados neste documento. Então, quer que fale de quê? Que na página 8 diz que "dia 17 de agosto, restaurante X: 30 refeições" por conta do incêndio que se iniciou em Barcel. Até chega a dizer que o McDonald's serviu 170 menus Big Mac. É esta a informação que é pertinente neste documento, é esta informação que é pertinente? Vocês querem que eu venha para aqui falar de McDonald's?

Senhora Presidente, este documento continuou a falhar ao longo do tempo. Este documento diz, inclusive, que os Bombeiros, no dia 17, às tantas da madrugada, comeram 170 menus. A informação que eu estou a pedir é a que devia estar aqui e está aqui outra que, se calhar, não devia estar.

Vou continuar no terceiro item. Temos de manter a confiança no ambiente de Mirandela, quando recentemente foi necessário emitir comunicados por conta do problema que aflige o setor da oliveira, do azeite, da azeitona e das extratoras? Senhor Presidente, coloquei-me ao seu lado na resolução deste problema, porque o problema é grave, mas devemos manter confiança?

Outra coisa manutenção e edifícios, lembram-se dos parques infantis que foram encerrados, devemos manter confiança nos parques infantis? Se calhar agora sim, porque foram encerrados pelas inspeções de que foram alvo e que a Câmara deixou encerrar por conta da manutenção, sob pena de, durante meses, alguns parques infantis estarem sob risco para as crianças da nossa região.

Vou-me alongar e passar cá para baixo, para não falar do armazém e da gestão da frota, porque não é com "Ligeirinhos" que vamos resolver os problemas de transporte e da sua segurança dos equipamentos de Mirandela, porque os autocarros só nos envergonham em relação a outros concelhos.

Para falar de turismo, a necessidade que tiveram aqueles turistas que, vinham repetidamente a Mirandela passar férias no parque de campismo e que sentiram a necessidade de se manifestar pela falta de qualidade e de investimento no parque, já para não falar da saúde, que há coisas a fazer. Não temos nada que fazer um edifício novo, nem um hospital novo, mas sobretudo, ao nível do diagnóstico e também naquilo que tem a ver com o *lobby* contra os Governos, aqueles que nos encerram os serviços públicos.

E não vou falar mais Senhor Presidente de facto estamos mesmo num canal de memória, pois muitas das obras que o Senhor hoje anuncia, que anunciou ontem e que vai anunciar para o futuro, estão atrasadas, no mínimo quatro anos.

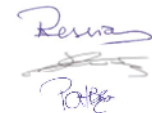
O melhor exemplo disso é que, depois de terem retirado as festas de Mirandela da Zona Verde, só passados dois anos é que decidi, politicamente, adquirir um terreno que ali está anexado e que ainda vai perdurar no tempo, porque este problema não vai ser já resolvido, pois teimosamente tentaram levar as festas para o Santuário, junto ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo. Como ficou maltratado aquele soalho e aqueles azulejos, que custaram muito dinheiro ao erário público, ao ponto das crianças que andam ali de pantins em linha dizerem, sucessivamente, que o piso está escorregadio. São tantas as manchas de óleo, que não dignificam aquele espaço envolvente, neste momento em relação ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo.

Esta foi a intervenção que eu tinha para fazer neste ponto, Senhor Presidente. Não sei se aqui virei, mas começo a ter saudades da Dra. *Júlia*, não sei porquê, se calhar pela acutilância das respostas dela e da assunção de responsabilidades, que o Senhor Presidente tenta sempre meigamente dar a volta a esta Assembleia, como se fosse possível.

----- A Senhora Deputada Municipal *VERA CORREIA* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço, desde já, a nota de falta de participação no debate por parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Obrigada por ter dado pela minha falta, exclusivamente pela minha falta.



Relativamente à Informação do Senhor Presidente, verificamos que há falta de algumas informações e fazíamos aqui apenas estas três questões, que se puderem ser respondidas, agradecia.

Gostaríamos de saber se o atendimento da Veterinária Municipal no Mercado Municipal continua a ser feito e em que moldes está a ser realizado? Porque isso era um serviço que estava ao serviço da população, não sei se ainda está a funcionar, não temos esse esclarecimento.

Relativamente ao espaço municipal, se o arquivo do património arqueológico do concelho já está terminado e se está de acordo com as condições que eram exigidas pela tutela?

A minha última pergunta é relativamente ao Plano de Mobilidade do Tua, se já existe algum tipo de informação atualizada, se há perspetivas concretas, ou calendarização para a resolução do impasse?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

La deixar as minhas intervenções para assuntos que realmente interessam aos munícipes de Mirandela, mas não posso deixar de sublinhar que, mais uma vez e isto já é a segunda, ou terceira vez neste último ano e meio ou dois anos, a Bancada do PSD usa este momento da discussão da Informação do Senhor Presidente para fazer intervenções sobre tudo e mais alguma coisa do assunto do quotidiano do nosso concelho.

Nada contra esta intervenção que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* fez, legitimamente, com todo o seu direito democrático de o fazer, o problema é já noutras ocasiões referi e vim aqui fazer a mesma defesa, é que isto não é referente à Informação do Senhor Presidente. Trata-se de uma intervenção completamente lógica, respeitável e compreensível, por todos os direitos democráticos, no Período Antes da Ordem do Dia, mas, e peço desculpa à Mesa, este é o meu entendimento, não pode ser permitido que, durante quase nove minutos, sendo que eu só comecei a falar ao fim de quatro, porque estava à espera que terminasse o preâmbulo, que até envolveu o debate que aconteceu ontem fora daqui, que a maior parte de vocês, se calhar, nem sabe que aconteceu e até isso foi trazido à pedra e este é um subterfúgio que o PSD está a usar vezes a mais e que de nenhuma forma, nós podemos deixar passar. Nada contra toda a exposição que é feita, tem a sua visão correta, ou incorreta, a meu ver incorreta sobre a maior parte dos assuntos, mas legítima de a ter, mas não no ponto da Informação do Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Espero que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* esteja mais calmo. Ontem esteve bastante calmo e eu até apreciei essa postura, mas hoje voltou àqueles modos a que nos habituou, de exaltação, não é por falar alto que as pessoas o ouvem melhor, acredite, tenha calma, mantenha a postura, pode dizer aquilo que quiser, a mim não me ofende, mas pode ofender quem o está a ouvir lá fora e passar uma má noção daquilo que é a Assembleia.

Mas deixe-me só dizer-lhe, eu só falei da COVID e é verdade, porque a COVID aconteceu e não podemos de forma nenhuma estar aqui a negá-la, aconteceu e eu não gosto nada de o ouvir falar quando está a comparar com outro Município, nomeadamente com Bragança, porque Bragança, nessa altura da COVID, não estava em Saneamento Financeiro e o Saneamento Financeiro aconteceu e a COVID esteve em cima disso, Bragança tinha uma situação financeira que lhes permitia agir e nós não tínhamos.

Foi uma herança do PS, sim, mas que foi deixada pelo PSD, portanto, é bom que contextualize as coisas, é rigorosamente verdade: tínhamos uma dívida de 18 milhões de euros, estávamos a pagar a mais de 365 dias, não tínhamos condições e não obstante disso, a COVID aconteceu e nós demos uma resposta cabal, eficaz e que deixou as pessoas satisfeitas. Foi isso que eu disse, não confunda as coisas, não traga aqui e não tente baralhar quem não esteve a ouvir, porque quem não ouviu pode ouvir, porque as gravações estão feitas. Falar aqui de Bragança que avançou, avançou porque tinha uma condição financeira que o permitia, assim como nós temos agora condições que nos vai permitir avançar. Mas não estava permitido falar aqui em campanha, nem em confiança, nem coisa que o valha.

Vou responder ao que está na Informação, quanto à Zona Industrial, temos 24 candidaturas para 41 lotes, estão neste momento em fase pública de atribuição, irão acontecer durante este mês e iremos para a frente, demorou mais tempo do que era exetável,

Quanto à informação que foi mencionada sobre o investimento do Choupim, a única que temos e que está em planeamento é a Quinta de São Silvestre, com quem tivemos reuniões periódicas e está em fase de consolidação para poder ser uma realidade, as outras que mencionou, não sei se é a mesma, se for a mesma, está respondida, se for outra, não temos conhecimento dessas “pseudo-vontades”.

Em relação à questão das obras sem execução, eu lamento ter dito isso, neste momento nem consigo perceber, anda tanto pelas freguesias, conhece tantas freguesias, que não vê as obras que estão a acontecer. Há obras a ser executadas, Senhor Deputado. Estão aqui os Senhores Presidentes de Junta, eles podem lhe dizer, podem testemunhar, não estão todas por executar, há muitas obras em execução, felizmente. Esses valores que foram atribuídos estão a ser aplicados no território, não tenha a menor dúvida. Se conhece o território, que parece que não conhece, devia saber isso e fica-lhe mal dizer o contrário.

Relativamente aos parques infantis que estiveram encerrados e estiveram abertos. Pois bem, nós continuamos a dizer, nós pactuamos com aquilo que é a segurança e isto tem que ser dito. Investimos na segurança da Ponte Europa, nas suas comportas, gastámos um 1,5 milhões de euros, tivemos que investir também, na reabilitação da Ponte Machado Vaz, porque estava perigosa e não foram estes 8 anos do PS que as deixaram assim, alguém deixou as coisas maltratadas, não fomos nós, mas nós estamos a reabilitar. Os parques infantis hoje estão em perfeitas condições e devidamente legalizados, mas porque nós pactuamos com as boas práticas de segurança, para que nada aconteça, esta é uma realidade.

Quanto à questão do terreno e das festas, há mais de dois anos que andamos em negociação para adquirir aquele terreno, não é de agora, o Senhor é que anda muito distraído, só agora é que se lembrou, aliás, só agora é que se começou a lembrar de participar na grandiosidade de eventos culturais que tem esta cidade, só agora é que aparece, não conhece o passado recente. Tem estado por aqui, tem estado em Mirandela, mas não tem conhecido, porque não tem acompanhado, lamento dizer-lhe isto. Esta negociação já

decorre há mais de dois anos, nós não estamos aqui a brincar, temos feito trabalho de base, com profundidade, para alavancar a elevação da nossa cidade e do concelho, às melhores práticas de desenvolvimento.

Relativamente à Senhora Deputada *Vera Correia*, o atendimento mantém-se às quartas-feiras na Reginorde, habitualmente costumava ser na Praça do Mercado, alterámos o local, mas o serviço continua.

Quanto ao parque arqueológico, temos feito algum trabalho, este trabalho é muito moroso, quero só recordar o quão moroso é que, o Monte do Castelo Velho, que para mim é um monte muito querido, porque brinquei lá muitas vezes, a minha infância foi no Bairro de São Martinho e sei que naquela região, já há 50 anos atrás tinha sido impossibilitado de fazer obra, porque estava lá previsto algo de arqueológico. Volvidos estes anos todos, percebermos que o pouco que aconteceu, está a acontecer agora., esta é a verdade. Houve um levantamento rigoroso de tudo que há lá, tivemos que investir nisso, esse é um trabalho que está a acontecer, já temos um planeamento e vamos desenvolvê-lo.

Durante 50 anos, nada foi feito e nós estamos a fazê-lo, assim como o Castro de São Juzende, o Castro de São Brás, estamos a trabalhar nesse evento, na Serra dos Passos, ou Serra de Santa Comba, se preferirem, estamos a fazer esse trabalho, é um trabalho que demora muito tempo. Na zona de Cedães, também temos lá um polo de arqueologia que estamos a trabalhar e a tratar, está a haver esse trabalho, que nunca tinha sido feito. Hoje a nossa equipa está reforçada, com uma antropóloga e um historiador de arte, que estão a acompanhar a equipa com o *Isidro Borges*, reforçámos essa equipa, mas neste momento isso está em curso. Agradeço a pergunta, porque é um tema que às vezes esquecemos de mencionar e que no nosso Observatório para o Turismo, as pessoas também referiram a importância arqueológica no nosso território como fonte de atratividade.

Relativamente ao plano de mobilidade do Vale do Tua, Mirandela é quem mais tem perdido com a questão de o plano de mobilidade ter vindo a ser adiado, fizemos o nosso trabalho, reabilitámos a estação, que é belíssima e deve orgulhar-nos a todos, transversalmente, não apenas a quem fez a obra, é a todos. É uma estação nossa, é a identidade de Mirandela e nós sabemos que era a partir dali que nós recebíamos as notícias, que chegavam os jornais e que seguiam os nossos produtos para o Porto para, depois, seguir caminho. É emblemático e foi um motor de desenvolvimento. É a nós quem mais penaliza.

Aquilo que aconteceu foi uma coisa muito simples, o aproveitamento hidro hidráulico do Vale do Tua está a funcionar desde 2017, está a faturar e está a dar contrapartida ao Parque Regional do Vale do Tua em função da faturação, há uma percentagem que é dada, mas o plano de mobilidade não aconteceu porque há aqui uma inoperância daquilo que são as decisões governamentais, tanto importa que seja do PS, do PSD, ambos têm culpa na matéria, principalmente esses dois.

A verdade é que uns e outros têm sido ultrapassados, porque está uma avaliação de impacto ambiental, que define aquilo que deve ser implementado e não foi implementado ainda, foi inclusivamente adjudicado a um promotor, que recebeu já um determinado valor, que já fez alguma obra, mas que a certa altura quis desistir, porque não conseguiu implementar. O que é certo é que o território não tem esse plano. E esse plano, na minha opinião, e falo em nome de todos, devemos todos lutar por isso, porque esse plano de mobilidade vai ser a cereja no topo de bolo para o concelho de Mirandela, algo que dinamize por completo e ultrapasse tudo que é a visita turística de fundo. É um assunto que nos preocupa. Já tivemos reuniões com Secretários de Estado, com Ministros, quer do Ambiente, quer das Infraestruturas, para tentar desmobilizar, mas não tem havido a segurança governativa necessária, tem havido alterações de governos sucessivas, alterações dos ministérios, que não tem permitido tomarem uma decisão.

Nós temos programado, no âmbito do Parque Nacional Regional do Vale do Tua, esse trabalho com os Ministérios do Ambiente, da Economia e das Infraestruturas, para definitivamente darmos conta e ultrapassarmos isso. Para nós, enquanto transmontanos, enquanto nordestinos, enquanto parte integrante deste vale, deste parque fantástico e são os cinco concelhos que estão aqui envolvidos, não somos só nós, achamos que estamos completamente afastados. Se não há entendimento com o promotor, que se resolva judicialmente, mas que se avance por outro lado. Não é por 11 milhões de euros, que a nível do Orçamento de Estado, não representa nada.

Nós temos que ter maior reivindicação para este efeito e essa reivindicação não é do Partido Socialista, nem do PSD; é de todos nós, mirandenses, porque temos muito a perder com isso. Este é o ponto da situação, vamos ter de avançar com esse assunto obrigatoriamente, porque nos está a prejudicar a todos.

4.2 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2025.

----- Foi presente para conhecimento da Câmara Municipal de 04/09/2025, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal”**

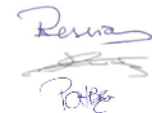
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 - III Alteração Orçamental Modificativa.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 04/09/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a decisão de autorização da III Alteração Modificativa ao Orçamento, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS (PSD)* disse:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.



O nosso Deputado da CDU de vez em quando pergunta se a gente leu os documentos, eu li os documentos e, nesta parte dos considerandos, há aqui algo que, ou posso estar a perceber mal, ou pode ser uma gralha.

Queria que me explicasse porque, nos considerandos, diz que “a presente alteração orçamental modificativa tem por objetivo a inclusão de dois novos planos no plano de atividades do município, designadamente um Centro Interpretativo do Centro Interpretativo do Complexo Agroindustrial do Cachão (CAICA).”

Questiono se é uma gralha, ou se é alguma situação que a gente tenha que compreender? Se efetivamente temos de interpretar de forma mais intensa.

----- O Senhor Presidente VÍTOR CORREIA disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

É uma gralha.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 46 votos a favor, aprovar a decisão de autorização da III Alteração Modificativa ao Orçamento.

4.4 - Proposta de Delegação de Competências – Município de Mirandela – CIM-TTM - Estacionamento Público.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 04/09/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1. Aprovar o início do procedimento com vista à celebração de contrato interadministrativo com a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), para efeitos de delegação da competência para instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo, nos seguintes termos:
 - a. Em parques ou zonas de estacionamento público, incluindo zonas de duração limitada;
 - b. Em vias e demais espaços públicos, dentro das localidades ou fora delas, desde que sob jurisdição municipal;
 - c. Incluindo a aplicação de coimas e custas.
2. Submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal de Mirandela, para efeitos de autorização do início de procedimento com vista celebração do correspondente contrato interadministrativo, à luz do n.º 1 do artigo 120.º do referido diploma, que carecerá de apresentação e aprovação em futura reunião de Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal CARLOS CARVALHO (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, nós entendemos que isto seja o início de um processo, mas aqui na certidão que nos fizeram chegar não nos dá informação suficiente sobre o que podemos esperar deste Protocolo de Delegação de Competências.

Por isso pedimos, antes de tomarmos uma posição sobre qual vai ser o nosso sentido de voto, que nos expliquem o que é que a CIM-TTM está a pensar fazer, porque, numa reflexão muito rápida, em relação a esta questão do estacionamento público, vejo que só Mirandela e Bragança é que vão ter esta valência atribuída e revista na CIM-TTM, ou seja, vai ser a CIM-TTM que vai aplicar, ou não no caso das coimas, as coimas em Mirandela e em Bragança?

Queria saber se já existe, ou não, alguma indicação, ou algum sentido para onde vão os resultados dessas coimas, se ficam em Mirandela, ou se ficam na CIM-TTM? É essa uma das dúvidas. Esclareça-nos, que é para nós também tirarmos estas dúvidas.

----- O Senhor Deputado Municipal AGOSTINHO BEÇA (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

O que está aqui em análise é a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes da instrução dos processos, não é, penso eu, da arrecadação de todas as receitas resultantes das coimas aplicáveis. Portanto, partimos do princípio que passará a ser melhorado o procedimento no que respeita às infrações de estacionamento.

Por isso, votarei a favor desta Proposta, no sentido do interesse público e da boa governação autárquica, porém, subsistem aqui muitas dúvidas que vou procurar elencar de forma clara, tendo em vista alertar os Senhores Deputados Municipais que aqui estiverem quando o documento for apresentado novamente para a aprovação deste Órgão Deliberativo.

Chamo a atenção para o facto de todos os incumprimentos prejudicarem o erário público. Pois bem, como já referido pela munícipe Antónia Carvalho, existe um Regulamento que o Senhor Presidente também já reconheceu necessitar de atualizações, até para que aquilo que se pretende com esta transferência de competências tenha verdadeira eficácia.

Concretamente, as dúvidas quanto a este regulamento são:

A primeira, há critérios e fundamentos para a atribuição de dísticos de estacionamento aos trabalhadores do Município? A segunda, o mesmo para acesso ao estacionamento do parque privativo das traseiras do Palácio dos Távoras? A terceira, as zonas de estacionamento autorizado/limitado constam do anexo 1 do dito Regulamento, que está disponível no *site* oficial do Município.



Esse anexo indica os lugares para pessoas com mobilidade reduzida, para viaturas do pároco, para viatura mortuária, para os Senhores Magistrados/Juizes, para a comunicação social, por exemplo. Contudo, verifica-se que não constam os três lugares assinalados no parque das traseiras do Tribunal e outros dois agora recentemente assinalados com tinta amarela, mas sem identificação a quem se destinam, mas parecendo que foram atribuídos a uma entidade sediada nas proximidades e que, por cortesia, não identifico.

Porque não constam estes lugares no anexo 1? Porque não têm os trabalhadores do Município um espaço também, com um número de lugares proporcional ao número de trabalhadores? Que me lembre, a munícipe *Antónia Carvalho* já questionou pela segunda vez aquilo que expôs há pouco, o mesmo problema. Portanto, porque não respondem oficialmente a esta questão?

Para terminar, lembro a todos que, cada vez que alguém usa indevidamente o estacionamento nos lugares sujeitos ao pagamento, ou abusivamente noutros lugares, está a lesar o erário público em 60 centimos por hora.

Fica, pois, o alerta para os Deputados Municipais que vierem a ocupar estes lugares.

----- A Senhora Deputada Municipal *VERA CORREIA* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto, temos três questões que gostaríamos de colocar. Gostaríamos de saber para quem vai a receita do estacionamento e das coimas aplicadas. É para o Município? Queremos que isso fique bem esclarecido.

A Assembleia Municipal de Mirandela continuará a pronunciar-se sobre a aplicação de taxas e condições no que diz respeito ao estacionamento? Pois isso era uma competência que, até agora, passava pela Assembleia.

Por último, onde estão os trabalhadores da CIM-TTM que vão realizar este trabalho? Ou isto vai ser novamente uma questão de *outsourcing*? Ou será uma empresa privada a desempenhar essa função?

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Penso que as três intervenções tocaram mais ou menos na mesma questão, nomeadamente para quem fica a receita? Naturalmente que a receita fica para a Câmara Municipal, nem poderia ser de outra fora. Aquilo que vai ser feito pela CIM-TTM, como disse e muito bem o nosso Senhor Deputado *Agostinho Beça*, a CIM-TTM vai instruir apenas os processos feito pelos técnicos e juristas que a CIM-TTM tem para esse efeito. Se a CIM-TTM dispõe deste serviço, não faz sentido estarmos a ocupar os nossos trabalhadores, que já têm outros processos em mãos, com este assunto, quando a CIM-TTM se disponibiliza para o fazer, por isso mesmo trouxemos hoje esta proposta de delegação de competências, que me parece absolutamente correta. A Assembleia Municipal continuará a deliberar sobre o valor das taxas, sendo que a CIM-TTM fará apenas a instrução dos processos, de acordo com o que lhe for enviado.

Respondendo à questão do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, há algumas questões que é preciso regularizar sob o ponto de vista do Regulamento, se me pergunta se existem critérios e fundamentos para a atribuição dos dísticos, confesso que era um assunto que não estava comigo. Quero crer que havia critérios e fundamentos para a atribuição dos dísticos, não tenho dúvida que terá havido, mas parece-me que é um assunto que deve ser revisto para evitar sentimentos de injustiça. Sabemos que não há lugares de estacionamento suficientes. Pessoalmente, sou a favor de que não haja reservas para ninguém e que aquela zona pudesse ser privada de estacionamento, termos ali uma zona pedonal porque, efetivamente, iria resolver a questão do estacionamento, que não há para todos e promover, também, a ausência de viaturas no centro da cidade.

Na próxima Semana da Mobilidade vamos ter um dia para esse efeito e todos nós, individualmente, devíamos refletir sobre isso e pensar até que ponto é que devemos promover a utilização de outros meios de locomoção, que não sejam os automóveis com energia fóssil. Mas isso fica ao critério de cada um. Respondendo de forma objetiva, é necessário rever esses critérios e esses fundamentos, nomeadamente no que diz respeito à atribuição dos dísticos.

Em relação à questão que referiu aqui em concreto, trata-se de dois locais que foram colocados temporariamente, porque eles não estão definidos. Tivemos um verão demasiado quente e os carros estavam a estacionar em frente à zona de refrigeração da DESTEQUE e estava a provocar entropias permanentes, houve necessidade de criar aquela área de reserva para garantir que os serviços pudessem funcionar, essa situação será também enquadrada na revisão do Regulamento que estamos a preparar, podendo esses lugares ser atribuídos, ou não, tal como os que se encontram atrás do Tribunal. Devemos rever e pensar de forma a garantir equidade e justiça na atribuição dos lugares.

No caso das farmácias, parece-me que é um assunto pacífico, mas haverá outros que certamente exigem maior reflexão e podemos todos repensar sobre o assunto, é imperioso que se faça essa revisão do Regulamento do estacionamento.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 46 votos a favor, aprovar a autorização do início de procedimento com vista celebração do correspondente contrato interadministrativo, à luz do n.º 1 do artigo 120.º do referido diploma, que carecerá de apresentação e aprovação em futura reunião de Assembleia Municipal.

----- A Senhora Deputada Municipal *VERA CORREIA* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Reina
Boa

Em primeiro lugar, dizer que, no entendimento da CDU, a aplicação de taxas de estacionamento em locais como Mirandela é um fator que restringe o direito dos munícipes a estacionarem perto de casa. Muitas vezes, quando compraram as suas habitações, não eram essas situações que estavam preconizadas.

O que vem à votação é, mais uma vez, a retirada de competências da esfera municipal e, sendo coerentes, somos contra.

Refugiar-se, e cito, “na complexidade crescente dos procedimentos contraordenacionais, na necessidade de uniformização e racionalização dos meios administrativos disponíveis e na proximidade institucional com a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes”, é admitir que o Executivo não tem capacidade para as competências que assumiu e há insuficiência de recursos humanos. Relembro que esse órgão não é eleito diretamente pelos mirandenses, por isso, não está mais capacitado para salvaguardar o bom funcionamento do serviço, nem para acautelar os interesses dos munícipes.

Justifica-se, assim, o nosso voto, que só poderia ser contra. Não compactuaremos com uma contínua retirada de competências da esfera municipal.”

4.5 - Proposta de Aquisição por Via do Direito Privado do Prédio Rústico situado nas Gateiras.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05/09/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto, autorizar:

- 1. A aquisição pela via do direito privado, do imóvel rústico situado nas Gateiras, registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4299/20060316, com o artigo matricial n.º 731 pelo valor de 898.000,00€ (oitocentos e noventa e oito mil euros).**
- 2. A repartição dos encargos relativos à aquisição pelo montante acima referido, pelos exercícios económicos de 2025 e 2026, da seguinte forma:**
 - Ano de 2025 – 25.000,00 €;**
 - Ano de 2026 – 873.000,00 €.**
- 3. Que o eventual negócio possa decorrer apenas durante o ano de 2026, caso não seja viável a sua concretização no ano de 2025, por factos alheios ao Município;**
- 4. Submeter o processo a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Vou dividir esta minha intervenção em duas partes, porque não podia deixar de o fazer. Há uma primeira parte, que é a questão da decisão da aquisição e, depois, uma questão mais técnica, relacionada com aquilo que está a ser proposto aqui na certidão.

Relativamente à questão da decisão da aquisição, congratulo-me, e a bancada do PSD congratula-se também, porque foi dito, está escrito nas Atas e está gravado, em meados de 2024, quando o problema da festa começou a surgir, o problema que não é problema, como diz o Senhor Presidente, e muito bem, nós gostamos é que a festa corra bem. Somos todos mirandenses e, portanto, queremos sempre que corra bem. Temos é visões um bocadinho diferentes, que às vezes se aproximam com o decorrer do tempo. Recordo que, nessa altura, em meados de 2024, quando tudo estava muito mais aceso, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* veio aqui e disse que, eventualmente, a solução para essa questão era a aquisição do terreno adjacente à Zona Verde, que é exatamente este terreno.

Congratulo-me, porque viram a luz ao fundo do túnel e chegaram à conclusão de que nós tínhamos razão, agradeço do fundo do coração, isso leva-nos a duas situações, todas essas desculpas de que se mudava por isto, ou por aquilo, ou porque era, ou porque não era e eu ainda continuo à espera de uma resposta por parte do Município, na altura, não era o Senhor Presidente, era a Senhora Presidente que aí estava e nunca me respondeu porque deixaram fazer a concentração *motard* e a festa, mas, independentemente disso, porque já vi que viram a luz, acho que há necessidade que façam um ato de contrição e que digam que nós tínhamos razão desde essa altura.

Quanto à aquisição do terreno, tenho duas questões, estamos a falar de uma área muito grande, a minha pergunta vai no sentido de saber se vai haver algum corte, ou algum destaque de uma parte do terreno para o imobiliário, para a alienação dessa parte, ou se vão utilizar a totalidade do terreno para aquilo que se designa de *Luna Park*.

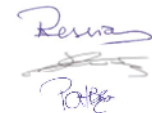
Em segundo lugar, dentro daquilo que é o contrato, não sei se já têm algum contrato prévio assinado, se têm algum documento assinado com o proprietário, aqui diz uma coisa que é importante, que isto tem de ser adquirido em 2025 e se não for em 2025, em 2026, há algum tipo de penalização por esse fator, ou seja, se por culpa do Município a aquisição não for feita em 2026, porque, se não for por culpa do Município, está salvaguardado; se for por culpa do Município, qual é a penalização que está subjacente a esta falha? Porque é o que diz aqui: “o eventual negócio possa decorrer apenas durante o ano de 2026, caso não seja viável a sua concretização no ano de 2025 por factos alheios ao Município”, mas são os únicos que estão. Tendo em conta o valor deste negócio, acredito que a outra parte tivesse advogados e eu não acredito que os advogados da outra parte deixassem de acautelar a hipótese de incumprimento por parte da Câmara.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser bastante breve, porque a intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, nos primeiros dois minutos, foi completamente coincidente com a nossa opinião, não posso fazer mais do que tornar nossas as palavras do Senhor Deputado *João Reis*.

Há aqui um pormenor que considero importante sublinhar e vou ser breve, porque também não quero estar a repisar um assunto que tem sido bastante discutido, acho que todos temos de encarar isto como parte da evolução natural de uma cidade, de uma freguesia, de uma aldeia, ou do que quer que seja, temos de pensar nisto como uma evolução normal, uma evolução que leva o seu



tempo e que é feita de avanços e recuos e de mudanças que são sempre pelo bem de todos que estão aqui e que passam pelo sentido público, ou pelo menos que nós achamos que é no sentido positivo do interesse das nossas comunidades.

Quero recordar apenas um pouco, até porque há pouco alguém falou na RTP Memória e eu tenho de fazer aqui um pequeno *flashback*, muito rápido ao ano de 2002, se a memória não me falha, que foi quando as Festas de Mirandela passaram para a Zona Verde, todos nós que estamos aqui somos suficientemente velhos para nos lembrarmos das várias caras que a festa de Mirandela foi tendo nos últimos 35 anos, porque para trás disso, já é uma memória muito vaga.

Tivemos a festa de Mirandela no Parque Império, na Reginorde, na zona do Parque das Merendas, uma hipótese um pouco estranha e em 2002, houve um grupo que pegou na Confraria, do qual, como já disse várias vezes aqui, tive o prazer de fazer parte e que teve a ousadia de levar as festas para a Zona Verde. Nos primeiros dois ou três anos foram tão criticadas, ou mais do que esta solução que se adotou nos últimos dois anos, de levar a festa para as imediações do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, ou seja, foi preciso assentarmos um pouco as ideias, acalmar os ânimos, fazer uma reflexão calma e concreta e perceber que, na altura, era a melhor solução, tal como desta vez, a melhor solução, ou a única solução passava pela opção que foi tomada nos dois últimos anos, obviamente que isto tudo é evolutivo.

Nestes dois anos desde que surgiu esse problema, estarmos a tratar de um assunto que já há muitos anos tinha sido identificado por todos, porque não vamos ser hipócritas e dizer que, durante estes 20 ou 22 anos, em que a festa esteve na Zona Verde, era uma maravilha. Havia, efetivamente, para além dos problemas de saúde pública derivados do ambiente e do movimento intenso que ali se verificava, existiam também graves problemas de mobilidade, por muito que se queira comparar com a Concentração *Motard*, que são dois dias, não chega sequer a dois dias, estarmos a comparar isso com as festas da cidade, que ocupam aquela zona nobre da cidade durante 15 dias, parece-me manifestamente exagerado e descontextualizado.

Falando da Proposta propriamente dita, nós tínhamos ali uma cicatriz urbana, não há outra forma de dizer o que é que estava ali, tínhamos uma cicatriz urbana num terreno situado numa zona altamente apetecida, numa zona nobre da cidade, com uma localização privilegiada e faz todo o sentido que o Município o adquira para seu uso e para benefício de todos os cidadãos e que permite aqui uma divisão e uma distribuição mais harmoniosa de todos os eventos que se possam vir a fazer, não só a festa, como também e ainda bem que foi mencionada, da Concentração *Motard*, assim como de outros eventos que possam vir a ser realizados, porque abre uma nova possibilidade na Zona Verde. Para além disso, tira uma zona que estava abandonada e pode permitir uma requalificação urbana de toda a zona anterior, ou seja, da zona mais chegada a Golfeiras, onde temos uma zona com crescimento urbano que, penso eu, será requalificada de forma a criar novas zonas de mobilidade, novas ruas e novos acessos, permitindo uma circulação mais fluida, rápida e segura em todo aquele bairro, bem como na rua da Boavista e no bairro de Golfeiras.

Por isso, obviamente, o nosso sentido de voto será favorável a esta proposta.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Obrigado ao Senhor Deputado *João Reis* por trazer aqui e comentar este tema, que é um tema querido e importante para a nossa cidade.

Temos previsto para 2025 dar início ao processo, até porque estamos em setembro e sabemos o que vai acontecer, temos que dar aqui um prazo, mas podemos de admitir que se possa concretizar só em 2026, pois também temos que dar tempo ao proprietário para que se pronuncie, também temos a outra parte, temos que perceber qual é que é, se aceita este valor, se vai para negociação ou se nós eventualmente, teremos que ir para expropriação, temos que perceber o que é que há.

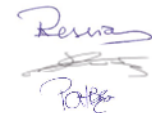
O que é certo é que o valor está cabimentado, é uma proposta de aquisição que tem tudo plasmado e devidamente consolidado naquilo que é o nosso processo de intenções e naquilo que é a nossa cabimentação orçamental, são 7.000 m² que serão dedicados na totalidade ao *Luna Park*, esse terreno será também atravessado por uma rua que dará resposta à urbanização que se encontra a montante do terreno e permitirá que as festas decorram de forma mais organizada, com circulação na parte inferior, junto à praia e à avenida e passagem superior por onde o trânsito poderá fluir. Há um conjunto de aspetos que são necessários trabalhar e isso já está devidamente projetado, são 7.000 m² que estão cabimentados para dar início ao processo ainda em 2025 e que muito provavelmente, terá o seu desenlace em 2026, dado o tempo que está a decorrer. Não podemos dizer que vai acontecer já em 2025, porque também temos de ouvir o proprietário, esta é a realidade das negociações. Pelos contactos já realizados, entendemos que tudo vai correr pelo melhor, porém não sabemos muito bem, às vezes há percalços que acontecem, mas a nossa intenção é esta, a nossa boa vontade é esta e temos a certeza de que, se depender exclusivamente do Executivo Municipal, deverá ser uma realidade ainda em 2026.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, agradeço o reforço de informação, é uma verdade *La Palice*, todos nós sabemos o que aconteceu com as festas, estamos sempre a discutir qual é que é o melhor lugar, mas isto já é uma dialética ao longo dos tempos. Como disse, já tivemos festas na Reginorde, no Parque do Império, nas imediações do Santuário de Nossa Senhora do Amparo e não há um lugar que seja unânime para que aquelas festas aconteçam, mas parece-me que este lugar tem unanimidade, ninguém se manifestou contra o local, o que já é muito bom. Havendo unanimidade quanto ao local, vai-se evitar futuras discussões. Não ouvi qualquer pronúncia contrária em relação ao local, isso apraz-me muito, porque é isso mesmo que é importante fazermos, a discussão está aqui feita, pelo menos, por agora. Provavelmente poderá ainda vir amanhã alguém dizer que se calhar não devia ser ali, que se calhar devia ser no Santuário de Nossa Senhora do Amparo, mas isso é outra história, por outras razões. Para já, ainda bem que assim é, estamos prontos para avançar para a aquisição do terreno.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES (CDS/PP)* fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, não pedi a palavra porque pensei que as minhas dúvidas seriam esclarecidas, como não foram esclarecidas, acho que tenho direito a ser esclarecido antes da votação. É evidente que o meu voto iria ser contra; no entanto, pode não o ser se for devidamente esclarecido, ia ser contra porque não estava esclarecido. Então, qual é o pedido de esclarecimento? É muito simples.



Parece-me que estamos a andar com o carro adiante dos bois, ou seja, estamos a aprovar a compra de um terreno e nós não estamos contra isso, atenção, não estamos contra a compra do terreno, estamos contra a forma como está a ser feita.

Vamos comprar um terreno sobre o qual ainda não se falou com o proprietário para saber se concorda, ou não com estes valores? Aquilo que ouvi é que iriam falar com o proprietário a ver se concordava, ou não, foi o que eu ouvi, peço desculpa se ouvi mal, esclareçam-me, porque eu não posso estar a votar favoravelmente se não me for esclarecido o contrário, se já existe acordo com o proprietário para a compra do terreno, se todo esse processo está resolvido, nós votamos a favor. É isso que eu queria que ficasse esclarecido.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Uma interpelação à Mesa vai no sentido da condução dos trabalhos. Um pedido de esclarecimento refere-se a uma pergunta, ou a algo que não foi esclarecido numa prévia intervenção, o Senhor Deputado por esquecimento, falta de vontade, ou outra razão qualquer, não se inscreveu no primeiro período de discussão deste assunto. Uma interpelação à Mesa tem a ver com a condução dos trabalhos ou com o funcionamento da Assembleia. Um pedido de esclarecimento só pode ser aceite no seguimento de uma prévia primeira intervenção.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

A questão do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* pareceu-me pertinente, uma vez que queria clarificar uma situação antes de irmos a voto e acho que todos ganhamos com essa clarificação, obrigada pela advertência.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Eu não sei a razão de em algumas situações, ter de se cumprir todos os formalismos e noutras não, não sei porque é que as pessoas não podem pedir esclarecimentos, eu não precisava de esclarecimento nenhum e passei a precisar a partir do momento que o Senhor Presidente falou.

O que está aqui em causa é a aprovação e votação da compra de um terreno, seja ele qual for, para a finalidade que tem e o passei a perceber depois do Senhor Presidente falar e posso ter percebido mal, é que ainda nem sequer houve contactos com o proprietário do terreno e que a Câmara está a avançar com uma proposta sem saber ainda se ela será aceite, ou não pelo proprietário, ou seja, vai ser a partir deste momento que se vai desenvolver uma negociação, foi isso que percebi, mas se a negociação só vai começar agora, então não se devia avançar já com uma proposta, avançava-se apenas com a proposta de compra, porque, a partir do momento em que eu, sendo proprietário de um terreno, sei que há alguém disposto a dar-me determinado valor, com toda a certeza irei pedir mais.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

De facto, quer o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, quer o Senhor Deputado *Paulo Pontes* têm direito aos esclarecimentos, porque efetivamente têm razão, quando alguém desconhece um processo e depois esse processo desencadeia-se, é legítimo que se coloquem perguntas, independentemente de o Regimento o permitir.

Já tivemos contacto com a entidade, com o vendedor, com o proprietário, porque, para chegarmos a este valor, tivemos de realizar uma avaliação, foi necessário efetuar trabalhos, nomeadamente de topografia, há um trabalho realizado que exigiu autorização, não estamos completamente às cegas, mas também não podíamos avançar para a negociação sem termos a autorização deste Plenário. Temos que perceber os caminhos que estamos a percorrer, primeiro temos aqui um acordo para podermos fazer o levantamento e a avaliação do terreno que queremos adquirir para o podermos avaliar, foi feito. Mediante essa avaliação, chegamos a um valor e agora, com base nesse valor, vamos partir para a negociação.

Ouviram-me falar, que podemos eventualmente, não havendo acordo, partir para uma expropriação, alegando o interesse público, este é o processo. Não podíamos partir para uma negociação sem a autorização dos Senhores Deputados. Há dúvidas quanto a isto? O processo é de uma lisura e de uma clareza que, às vezes até mete confusão, mas é assim que nós funcionamos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, depois da sua explicação, admito que haja aqui um erro de simpatia novamente, como aconteceu há pouco com a questão do “pedido sobre o pedido do pedido”, porque aquilo que nos dizem aqui, no ponto um, é a aquisição., eu admito que a intenção fosse criar um consenso generalizado para a aquisição de um terreno adjacente ao espaço da Zona Verde, podia não dizer qual é que era, para fazer o dito *Luna Park*. Esta situação que está aqui a dizer, obrigatoriamente deixa-me algumas dúvidas. Deixa-me as mesmas dúvidas que tiveram o Senhor Deputado *Paulo Pontes* e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e deixa-me também a dúvida se isto está feito da forma mais correta, porque eu parto do princípio de que o preço está feito. Quando li isto, pensei: “*O preço está definido, o negócio está feito e vai adquirir por este valor, quer seja, quer não seja.*” Por isso é que lhe perguntei se havia penalizações porque senão não fazia sentido a minha pergunta.

Aquilo que diz aqui é: “*Aquisição pela via do direito privado do imóvel rústico situado nas Gateiras, registado na conservatória, pelo valor de 898.mil euros.*” e até diz a forma de pagamento: “*No ano de 2025, 25.mil euros, e no ano de 2026, 873 mil euros.*”



A seguir veio a questão da possibilidade de não haver negócio caso se ultrapasse o ano de 2026 e eu perguntei-lhe se podemos ficar sem os 25 mil euros, esta complexidade do texto é que está a levar a esta confusão, porque o texto não está correto, não se está a por em causa se é, ou se não é, o texto está mal formatado, está mal formalizada a pergunta.

----- O Senhor Presidente **VÍTOR CORREIA** disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Da discussão se faz a luz e ainda bem que trazem este assunto aqui. Só para lembrar que há aqui um ponto que diz o seguinte, *“Inexistindo acordo por parte dos proprietários, poderá haver necessidade de ser desenvolvido o correspondente processo de expropriação.”* Penso que está muito claro a intenção, vamos partir para uma base de negociação, temos que estar legitimados para tal, já temos a legitimação para ter feito todo o trabalho que foi feito, o trabalho técnico, há acordo em relação a isso e agora vamos falar com os proprietários e chegar a um entendimento. O valor que consta da avaliação, ainda é um valor que tem uma margem que pode ser para um lado, ou para o outro, este é um processo que pode voltar a esta Assembleia com outro valor, que seja razoável e de entendimento.

Nós não podemos é parar e deixar de o fazer, porque senão nunca iniciávamos o processo, este processo é para iniciar e há de ter desenvolvimentos.

Imagine que o proprietário diz assim, *“estou satisfeito com este valor”*, nesse caso o assunto fica resolvido, mas imagine que diz que não, temos que perceber e dentro de uma margem razoável que a lei assim o determine e o permite, em função de critérios muito rigorosos, podemos dizer assim, não vão ser os 850 mil euros, mas 870 mil e pode ter que voltar a trazer este assunto aqui, ou então se achamos que é um valor que não tem margem para negociação, podemos partir para aquilo que está aqui, para o processo de expropriação, com base naquilo que falei, o que é necessário é nós avançarmos. Para além disso, estamos aqui a falar de um investimento plurianual, estamos a falar de um assunto que transcende o ano de 2025, por isso é que está aqui 2025, início do processo para 2026.

Este é um assunto que ainda vai ter continuidade, até porque nós não poderíamos de forma nenhuma, tomar agora uma decisão, não seria legítimo da nossa parte comprometermo-nos com uma coisa que a outra parte pode discordar. Nós vamos partir para esta base e já começamos esse trabalho e isto vamos ver como é que vai acabar, pareceu-me a mim que havia unanimidade quanto ao local e por isso disse o que disse, mas, afinal, parece que já estava aqui a adivinhar, se calhar o local não é assim tão unânime.

----- O Senhor Deputado Municipal **JOÃO REIS** (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, está toda a gente de acordo com a aquisição do terreno, o que está aqui em causa são os pontos que constam do documento. O Senhor Presidente até podia ter essa intenção e eu admito que tenha essa intenção e que a intenção era essa, nós não podemos votar, na minha perspetiva, a favor de um documento que diz lá que é para aquisição, o que está lá é aquisição, não é mais nada tem aquisição e um valor fixo, então significa que estou a votar uma coisa que está condicionada.

O Senhor Presidente pode fazer todos os trabalhos preparatórios, levantamento topográfico, pode fazer a negociação, pode fazer tudo e chegar aqui e dizer assim, *“vou adquirir este terreno por X”* e nós votamos a favor, ou contra. Pode dizer *“não chegámos a acordo e vamos expropriar este terreno”* e nós votamos a favor, ou contra.

Não há necessidade, ou pelo menos nós não vemos essa necessidade a não ser uma, só vejo uma necessidade, que é demonstrar que há vontade de adquirir um terreno, o que só por si é um pouco estranho, porque pode respaldar para outras interpretações e eu não quero ter essas interpretações para um documento que está mal redigido, está lá escrito *“aquisição”* e está indicado o valor de 875 mil euros se não estou em erro, acho que não está bem feito, nem bem formulado.

----- O Senhor Presidente **VÍTOR CORREIA** disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Caro *João Reis*, é o seu parecer, respeito, mas não é o nosso e não é o nosso porque nós estamos a tratar de uma aquisição, se não fosse isso, não estaríamos aqui a incluir essa particularidade que já referi que é, na inexistência de acordo, porque é possível que haja, nós admitimos que possa não haver um acordo, possa ir para expropriação, mas o que nós queremos é a aquisição pura e dura, para este fim que já mencionámos. Essa é a sua opinião, respeito-a, respeite a nossa, terá oportunidade na votação de o fazer, sim, ou não, não me parece que não estejamos aqui a votar perante aquilo que é uma intenção de adquirir um terreno.

----- O Senhor Deputado Municipal **PAULO PONTES** (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou aqui com uma dúvida e cada vez a dúvida torna-se mais complicada, no sentido de tomar uma decisão, segundo ouvi o Senhor Presidente dizer e vai-me confirmar se é verdade, ou não, a aquisição do terreno terá que vir sempre aqui à Assembleia Municipal novamente, disse-o aqui, só se eu percebi mal, ou seja, os valores definitivos da aquisição terão que vir novamente aqui para ter o aval da Assembleia Municipal.

Se assim é, eu não vou fazer a votação para aquisição de um terreno, eu vou fazer a votação para autorizar a Câmara a negociar valores, seja aquilo que for, para um terreno, agora fiquei com uma dúvida maior, é que a Câmara vai negociar e depois tem que voltar cá, foi isso que eu percebi.

----- O Senhor Presidente **VÍTOR CORREIA** disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Só terá que voltar se os valores não forem estes, aí, sim, qualquer alteração destes valores terá que voltar a esta Assembleia Municipal, se a negociação for feita com estes valores, o assunto fica resolvido aqui. Estamos legitimados para o fazer e fazemo-lo,



se a negociação vier a ser noutro sentido, os valores serão outros, estamos aqui a aprovar a aquisição por um valor, se for por outro, não estamos legitimados para tal e temos que trazer à Assembleia Municipal o assunto de novo.

O trabalho foi feito, o terreno foi avaliado por este valor e vamos apresentar a proposta, já houve uma negociação prévia com alguém, se a pessoa aceitar, o assunto fica resolvido, se não aceitar, traremos novamente o assunto a esta Assembleia.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 13 votos contra, oito abstenções e 26 votos a favor, conforme proposto, autorizar:

1. A aquisição pela via do direito privado, do imóvel rústico situado nas Gateiras, registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 4299/20060316, com o artigo matricial n.º 731 pelo valor de 898.000,00€ (oitocentos e noventa e oito mil euros).
2. A repartição dos encargos relativos à aquisição pelo montante acima referido, pelos exercícios económicos de 2025 e 2026, da seguinte forma:
 - Ano de 2025 – 25.000,00 €;
 - Ano de 2026 – 873.000,00 €.
3. Que o eventual negócio possa decorrer apenas durante o ano de 2026, caso não seja viável a sua concretização no ano de 2025, por factos alheios ao Município;
4. Submeter o processo a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

A minha declaração de voto vai no sentido de: eu não estou contra a aquisição do imóvel, de todo. Acho é que estamos a votar e a gastar tempo numa votação que nada serve. É um conjunto de intenções que estão ali plasmadas que, permita-me agora, no fim das suas explicações, servem única e exclusivamente de anúncio para algo que se avizinha. E não estando eu de acordo com esta situação, tive que votar contra e a nossa Bancada também. Muito obrigado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu votei contra porque acho que isto desvirtua tudo o que é uma negociação. Então, eu vou negociar um terreno, uma casa, e vou dizer ao proprietário: “Olhe, eu vou-lhe dar 800 e tal mil euros.” Então, se o proprietário disser assim: “Olha, eu quero 100.000 € pelo terreno.” “Não, não, temos que dar 800 mil porque já está aprovado na Assembleia.”

Eu não sei, não percebo que tipo de negociação é que vocês agora vão fazer. Vocês abriram um livro, abrem o jogo, não é? E agora? Isto é negociação de erário público. É mesmo esbanjar dinheiro.

Se o proprietário só quiser 100 mil euros ou 200 mil euros? Esta é a questão que eu coloco. Que negociação é que houve? Que negociação é esta? Vocês deviam vir já com a proposta elaborada e negociada.

Parece-me que o proprietário não vai pedir abaixo dos 890.000 €, mas podia pedir. Quem sabe? Quem não sabe? Pronto, é isto, é erário público. Se fossem vocês a negociar, se calhar negociavam de outra maneira.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Senhora Presidente, nós abstivemo-nos porque não ficámos bem esclarecidos sobre a situação. Trata-se de um documento de intenções, mais nada. O Senhor Presidente acabou por dizer que negociou com alguém, mas nem sequer nos disse quem. Então, vamos votar sem sabermos? Negociou, mas já fez contactos. Foi o que ele disse. Foi o que eu ouvi.

Seja como for, nós não concordamos sem estarmos devidamente esclarecidos devido a estas razões, porque isto é um documento de intenção, não é um documento de aquisição.”

----- A Senhora Deputada Municipal *VERA CORREIA* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto



Relativamente ao nosso voto, é a favor. O procedimento que está no documento é o procedimento legal e, portanto, nesse sentido, está tudo dentro dos conformes. Daí o nosso voto ser a favor, porque somos a favor da aquisição do terreno.”

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Nesta, que é a minha última participação na Assembleia Municipal, pelo menos oralmente, porque até ao fim do mandato manter-me-ei como Deputado Municipal, como todos nós, mas não sendo candidato para o próximo mandato, não podia deixar de fazer esta última intervenção sobre um tema que já tenho nas mãos desde 2017.

Quem estava neste Plenário no dia 26 de fevereiro de 2021 deve lembrar-se de que foi aqui aprovada, por unanimidade, uma Moção pela Classificação da Estrada Municipal de acesso à Trindade como Estrada Nacional. Proposta da Câmara Municipal, que também a aprovou por unanimidade, nem mais, unanimidade plena e absoluta, que não deixa margem para dúvidas das vontades do Executivo de então e desta Assembleia Municipal quanto a este assunto, como, de resto, tem vindo a ser abordado neste espaço de debate político, por diversas vezes e por diferentes intervenientes.

Esta Moção foi antecipadamente subscrita não só pela Câmara Municipal de Mirandela, como também pelas Câmaras Municipais de Alfândega da Fé e de Vila Flor e remetida posteriormente à Presidência da República, ao Governo de então, às forças políticas locais, regionais e nacionais e às demais entidades que constam no documento. Quatro anos volvidos e nada aconteceu que nos desse alguma esperança de resolução do problema. Segundo se sabe, terão sido recebidas apenas respostas de um ou outro Chefe de Gabinete, acusando receção e tomando boa nota. Pois bem, os pressupostos invocados naquela data não mudaram; antes até se agravaram, e deteriorou-se o piso, a estrada e todo o trajeto.

Por isso, é chegado o momento de retomar a luta contra este isolamento, que mais parece um fatalismo inexorável, mas desta feita envolvendo muitas mais forças vivas da região que direta, ou indiretamente, virão a beneficiar com a classificação desta estrada. Na verdade, não é só a cidade e o concelho de Mirandela que têm interesse na melhoria das condições de acesso aos itinerários como o IP2 e o IC5. Foi, à data da construção destes dois itinerários, um erro estratégico que as Autarquias aqui mencionadas não tivessem agido em conformidade. Até porque esta é uma questão estruturante para toda a região, para a tão falada coesão territorial e para a satisfação dos anseios das populações do interior, mas, sobretudo, os do sul do distrito. Todos os municípios vizinhos, através das organizações intermunicipais, as CIM's, deverão estar atentos a esta questão.

Meus caros, caso não resulte, sempre poderemos dar corpo a um movimento cívico que lute por este, que é um direito inalienável, a exemplo do que já aconteceu noutros casos, como Miranda do Douro, com a questão dos impostos sobre as barragens e com o movimento cívico “Pela Linha do Tua”.

A terminar, fica ainda outra ideia, como não é proibido sonhar e também não tem custos, atrevo-me a propor a construção de uma nova estrada, ligando a Zona Industrial à aldeia de Caravelas, a implantar num estradão que já existe nas linhas de cumeeira dos montes que ficam entre a zona de Cedães e a zona de São Salvador, Freixeda e Vila Verde, assim além de Caravelas, a Freixedinha, Vale de Madeiro, Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes, do lado noroeste e do lado sul, São Salvador, Vila Verde e Freixeda, todas saíam beneficiadas.

Termino entregando simbolicamente, os mapas que, à data preparei em 2017, com um esboço possível do traçado dessa estrada, que é um trajeto muito mais curto e que, como digo, não teria grandes custos, porque seria construído num estradão existente. Vou entregar, simbolicamente, como disse, à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Caravelas estes mapas, para que faça deles o uso que melhor entender.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, queria perguntar ao Senhor Presidente se um indivíduo aqui pode falar alto, ou não, eu até estou habituado a falar alto, porque às vezes ando perto das máquinas e para falar com os empregados tenho que falar alto, senão não ouvem, habituei-me a falar alto. Na Assembleia da República vejo-os lá a gritar e ninguém diz nada, ninguém os manda, nem a falar alto, nem a falar baixo, cada um fala da maneira que quer e que lhe apetece, não tratando mal ninguém.

Há pouco esqueci-me de que ainda tenho aqui mais uma notícia para o Senhor Presidente da Junta de Mirandela, afinal, não foi só a situação da firma de segurança, a minha firma de obras públicas andou a fazer uma estrada que vai do Januário das Bombas, até Vale de Madeiro, ele prometeu-me lá um bocado de uma estrada, a mim e à Amorim Empreitadas e depois aldrabou-nos e foi entregar a obra a outro. É para que vejam a palavra que tem este homem, é um homem destes que quer vir para Presidente da Junta. Não tem palavra nenhuma.

Queria também perguntar ao Senhor Presidente se os 5 mil euros da Nossa Senhora de Jerusalém, se os levou à Reunião, ou não, faço questão que os leve à Reunião e que vote contra, ninguém o obriga a votar contra, ou a favor. Agora, fazer como um fez com os 25 mil euros, que me andou aqui a embrulhar desde 2018, ele e a Dr.ª *Júlia*; andaram-me aqui a embrulhar e agora fazem o mesmo. Quer dizer, há dinheiro para associações de caça, há dinheiro para música para alguns, para outros não há. Eu não percebo nada, uns são filhos e outros são enteados. Deem mais aos filhos, mas têm que dar alguma coisa também aos sobrinhos, ou aos enteados, não façam as coisas da maneira que vocês andam a fazer.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Não há dúvida de que as interrupções provocam sempre dificuldade na comunicação, quer de quem comunica, o emissor, quer do receptor, por isso, vou ver se aqui me entendo e vou tentar tratar dos assuntos que faltaram na parte da manhã.

Um deles foi o do bairro Tuasol, deixei alguns aspetos, mas até valeu a pena, dado que, entretanto, o Senhor Presidente respondeu e vou utilizar as suas respostas. Começa por dizer na resposta que “*enviamos um Caderno de Encargos para a empresa*”, já agora, gostávamos de saber quando. A seguir fala das medições *indoor* e *outdoor*, ou seja, dentro e fora, depois diz que “*já o devíamos ter feito antes de dezembro*” e depois termina e ainda diz, a referir-se a mim, que dá aqui alguma *frisson*.

Nós não acreditamos que a empresa não tenha respeitado o dito Caderno de Encargos, de certeza que respeitou, uma empresa, para ganhar o seu dinheiro, tem que respeitar os itens e o Caderno de Encargos, por isso estranhámos. Já nos disse e sabemos que parte do relatório está com a Câmara, nós temos quase a certeza, mas a seu tempo se verá, que está o relatório completo, mas ele lá saberá.

Lembrar que em 2022, já existia o parque infantil Tuasol e quem estava com esse pelouro era o Senhor, na altura Vereador, *Vitor Correia*, pergunto então por que razão só em finais de 2024 é que resolveram fazer as medições do som? Dois anos para decidirem medir o som? De quem é a responsabilidade desta questão do parque infantil do Tuasol não estar já resolvida? De *Vitor Correia* e Executivo. Esta demora tem levado a que o Senhor Presidente e a anterior Presidente, Dr.ª *Júlia Rodrigues*, têm demonstrado que não tratam os mirandenses da mesma maneira, de forma igual e até gostam de os colocar uns contra os outros. Não unem os mirandenses, esta é a realidade. Já foram ditos ainda agora, casos de discriminação, mas aqui sabemos que há dois grupos no próprio bairro, os que estão a favor da tirolesa e os que estão contra e foi Vossa Excelência e a sua antecessora que deram condições para existir esta divisão, dividir para reinar, isso não é democracia, nem é saudável para ninguém.

Este era um ponto que eu tinha da parte da manhã para tratar. Depois temos aqui outros assuntos.

Posso começar por este, que é precisamente o assunto da água, que já foi aqui referido, mas vamos tentar resumir. Na verdade, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, o que se passa com Mirandela, que desde que o Senhor é Presidente da Câmara, tem vindo a degradar-se e a viver momentos de angústia, tem vindo a ver fugir as suas gentes para outras localidades vizinhas? Senão vejamos, a água de Mirandela passa aos pés da Princesa do Tua e agora com o crescimento da cidade para a margem direita do rio, podemos dizer que atravessa Mirandela e dá-lhe uma beleza única, que bem tão precioso que tantas localidades desejavam ter e que este Executivo camarário não sabe aproveitar.

Há falta de água em muitas Freguesias, até na própria cidade, durante o mês de agosto verificou-se falta de água em alguns bairros, com ruturas em vários locais, mais que uma vez ia para tomar banho e não havia água, compreende-se que há ruturas, já foi falado aqui, não vou repetir, mas por alguma razão é.

A Câmara gasta muito dinheiro no reforço do abastecimento de água, com o transporte da mesma pelos Bombeiros Voluntários. Temos conhecimento de que em muitos casos, a lavagem dos depósitos de água em algumas localidades não é a desejável. A rega de alguns jardins está descontrolada, havendo casos de estarem três dias seguidos os expressores a deitar água sem desligarem.

Continuamos em 2025, a ter problemas de abastecimento de água no território de Mirandela, porque não tomaram as medidas necessárias para isto não acontecer, a água do rio Tua aparece imprópria para banhos, prejudicando a praia fluvial e levando pessoas ao hospital, nomeadamente muitas crianças.

A piscina coberta tem tido alguns problemas no seu uso e a piscina da Maravilha esteve, no verão de 2025, com problemas, justificações umas a seguir às outras, desperdícios enormes de água e não serviu os mirandenses. Para onde foram as pessoas que escolheram Mirandela para passar férias neste verão? Foram para Vila Flor, Valpaços, Carraceda, etc., com prejuízos inerentes para toda a gente, inclusive para o desenvolvimento económico local do concelho e, particularmente, da cidade.

Outro assunto que eu queria aqui falar era sobre, agora e já noutras ocasiões, a partidização da Câmara, não vamos falar dos concursos para funcionários da Câmara, que estavam, parece, já programados para alguns filiados ou simpatizantes do Partido Socialista de Mirandela. Não. Porém, não há dúvida de que o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo têm um descaramento enorme ao utilizarem o edifício da Câmara, as suas instalações, gabinetes, telefones e equipamentos, para fazerem a vossa campanha eleitoral, mais parece uma sede de campanha, uma segunda sede ou primeira sede do PS, com contactos, reuniões, telefonemas, captação de apoiantes para formarem listas e tratarem de assuntos partidários.

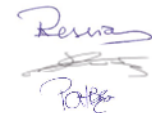
O curioso é que o PS criticava o PSD por fazer isso noutros tempos, mas agora usa e abusa do poder para fins partidários. Nunca sabem distinguir, ou pelo menos mostrar, o que é o exercício normal da atividade de Presidente da Câmara, Vereadores e funcionários até e o que é o exercício da parte partidária. Não podemos concordar com estas situações, que rondam a antidemocracia, retiram o direito à igualdade de oportunidades entre todos os grupos candidatos e proporcionam o aparecimento de prepotência e atitudes sujas de “vale tudo” que a democracia não prevê.

São dinheiros públicos que podiam ser aproveitados para obras em Mirandela, que Mirandela tanto precisa e que são usados para fins partidários. A lei que a Senhora Presidente invocou no início desta reunião é clara, deveria ser cumprida ou fazê-la cumprir, mas quanto a nós, essa lei precisa de alterações e adaptações para que haja mais democracia e para que a democracia seja realmente para toda a gente e não só para alguns.

Senhor Presidente, falou-se aqui já numa reunião muito polémica sobre as eólicas na Serra dos Passos, Santa Comba e arredores, gostava que informasse aqui à Assembleia qual é o ponto da situação em relação às eólicas.

Em relação ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* e à questão do tratamento especial que hoje verificamos por parte da Mesa em relação ao Senhor Presidente, é uma realidade, têm que reconhecer que o fizeram, eu dispensei os títulos, sou *Virgílio Tavares*, Deputado *Virgílio Tavares*, é assim que gosto de ser tratado, concordo, ele tem razão naquilo que disse, foi um lapso por parte da Mesa, também estão desculpados. Acho que devemos tratar todos com respeito, mas não é necessário usar os títulos para isso.

Em relação à Senhora Deputada *Luísa Belchior*, não há dúvida que o Senhor Presidente e eu ainda vou verificar depois, na gravação, se percebi bem ou mal, mas percebi que o Senhor Presidente da Câmara estava a ser mesmo deselegante, não sei se a Senhora Deputada esteve aqui presente, porque parece que até estava a comparar profissões e a pensar que ela, como engenheira e arquiteta que é, que se estava a achar mais que os outros, eu não percebi isso, nem era isso, aliás, cá está uma das questões do



tempo, eu sei o raciocínio dela, ela ia falar, por exemplo, na questão da Torre Dona Chama e do aproveitamento do espaço da feira e noutros casos, não teve tempo, ficou tudo por comunicar, mas o Senhor Presidente não deveria ir para essa deselegância.

Para terminar, ainda tenho aqui mais um aspeto, por exemplo, a questão de não incluir nas Atas tudo aquilo que se passa aqui. Isso, para mim, é uma falta de respeito e é contra a lei.

Só para terminar mesmo, uma pergunta, que tem a ver com a transmissão *online*, eu deparei-me de manhã com outras caras, falei com um dos funcionários que está a fazer a transmissão e cheguei à conclusão de que já não é a mesma empresa que antes fazia a transmissão, é uma empresa de Macedo de Cavaleiros, salvo erro, a Rádio *Onda Livre*, corrija-me se estiver a dizer mal. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara que nos esclarecesse o porquê de estar outra empresa e não a anterior? Era só isso.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Isto hoje está muito monótono, não sei se é por daqui a um mês irmos a eleições, está tudo aí com os nervos à flor da pele, o que é que vai acontecer, que é que vai deixar de acontecer, enham calma, deixem decidir quem deve decidir, o povo, que é esse quem mais ordena.

De manhã não me “estiquei” mais na questão dos incêndios, porque também estava a terminar os 6 minutos e agora, como já vi que tenho 10 minutos, posso retomar o assunto dos incêndios, de manhã não o disse, mas estive presente no funeral do Senhor *Adolfo*, como alguns de vós, é de lamentar, aquilo foi um acidente.

Eu comentei e dei mesmo assim “a cascar”, como se diz nas nossas linguagens mais rurais, que houve oportunismo de alguém, não vou dizer quem, fizeram um *Photoshop* enorme com a *bulldozer*, as chamadas atrás da *bulldozer* e eu “descasquei” logo no indivíduo, não vou dizer quem é. Alguns amigos pessoais sabem de quem estou a falar, é triste acontecer o que aconteceu. Quem for meu seguidor no *Facebook*, tenho um vídeo em direto 10 minutos antes do senhor ficar esmagado, precisamente 10 minutos, só estavam lá três pessoas presentes, o bombeiro *Walter*, o *Tó Inácio* e o Senhor *Adolfo*, já era a segunda vez que eu tinha estado ao pé deles. Andava ali nas corridas de madrugada de um lado para o outro e é o que eu digo, houve alguém que não gostou muito daquilo que eu disse naquela noite, porque cheguei ao pé de alguém e disse, “a sensação com que eu fico cada vez mais, é que não há interesse em que se termine com incêndio agora, quando aquilo era uma coisa minúscula”. Estava a arder, imaginai uma ilha, com um caminho de um lado e com outro caminho do outro, dois carros, dois, ou três lances de mangueira de um lado e dois, ou três lances do outro, terminavam aquilo, com um carrito pequenino e com dois, ou três homens no máximo.

Pegamos no fogo lá na Freixeda, em diversas situações, com umas macacadas pequenas, nem andava com o *joper* nem nada, com umas macacadas, um amigo meu com bombo de 1000 L de água numa caixa de um trator, um motor com uma correia pequenina, aquilo fazia-se um trabalho bestial, um a ajudar a esticar as correias e o outro a deitar a água, pegou-se ali em muita coisa e é por isso que eu falei na descoordenação, que é transversal. Se forem para o Alentejo, ou para outro lado qualquer, os problemas que nós tivemos aqui, eles tiveram-nos também, como é que pode vir alguém de Setúbal, ou seja de onde for, a coordenar uma operação de incêndio aqui em Trás-os-Montes, eles não têm conhecimento da realidade do terreno, seja do que for e depois há aqui uma coisa que falha tudo, não sei se é a nível local, se é a nível nacional, quem é que conhece melhor o território do que nós, os Presidentes de Junta?

Como estou a esgotar os primeiros quatro minutos, vou ter que mudar um pouco o tema. Hoje o que quero dizer foi de lamentar a morte do senhor *Adolfo*, aquilo foi um acidente, quem trabalha com máquinas sabe que é assim, foi um acidente, mas escusavam de andar a fazer aproveitamento da situação para protagonismo político, era escusado, porque fizeram ali um *Photoshop*, andava a arder a mais de 400 m onde o homem faleceu e andaram ali a fazer *Photoshop*, como se as chamadas estivessem atrás da máquina, uma estupidez de todo o tamanho. O homem faleceu no nosso termo e andava a fazer um estradão entre nós e Caravelas, estava sensivelmente a uns 400 m de onde limitava o nosso termo com Caravelas, chamamos nós a Ribeira das Grichas, que é onde divide o termo. Os caminhos todos direitinhos, ponta a ponta, Freixeda e Vila Verde, andou lá a niveladora um mês a trabalhar para a Freguesia, estavam os caminhos todos direitinhos e não se pegou no fogo, são as tais coordenações. O fogo que passou a estrada da Freixeda para cima, em direção a Caravelas, tinha sido muito escusado, eu recebi um telefonema naquele dia por volta das 12:20 hrs. a dizer: “*Manda-me um carro dos bombeiros*”, é assim, os Bombeiros estavam ali, não tinham ordem para ir atacar. A GNR não deixava passar os populares para irem apagar o raio da fogueira e foi o que foi, podia-se ter evitado muita coisa. Temos que tirar elações do que se passou para melhorarmos e para combater as coisas no futuro. Vamos deixar agora o incêndio e, felizmente, sabe Deus, o que todas as populações passaram, que se viram atrapalhadas.

Veio aqui o meu caríssimo amigo e Senhor Deputado *Agostinho Beça* a falar da nossa estrada e propor aqui uma coisa interessante à minha colega. Eu agora desafiava a minha colega, use esse documento para fazer campanha para o dia 12, que é bom, é ótimo. Está-se a esquecer ali o nosso amigo e não tem conhecimento das famílias que estão lá em Caravelas, que grande parte delas tem propriedades, desde Valbom, que pertence a Vila Flor, tem propriedades em Benlhevai, em Vale Frechoso, tem na Freixeda, tem na Trindade, Macedinho, Vale da Sancha, Vila Verde e São Salvador e também tem do lado de lá, é óbvio, também têm em Cedáinhos, têm em Vale de Asnes e agora vá lá a perguntar aos populares, o nosso amigo *Agostinho Beça*, ou a minha colega *Manuela Esteves*, o que é que eles preferem que seja requalificado, se é uma estrada nova ali pelo Altinho, se é melhorarmos a que temos, que dá serventia, não só às Câmaras vizinhas, mas a todo o trânsito que vem do interior do país, caso não saibam.

Desafio todos os que estão aqui presentes e aos que nos estão a acompanhar *online*, deem volta ao concelho todo e se encontrarem uma Estrada Municipal com o mesmo trânsito que tem a nossa, que venha a primeira pessoa a dar-me os resultados e no estado em que está. A última requalificação que a estrada teve, se não estou em erro, foi nos finais da década de 90, em 98/99, devia ter sido por aí. Sei que há muitos anos, se calhar há mais de 25 anos, foram feitos levantamentos, onde a parte mais crítica do melhoramento da estrada era a nossa aldeia, a Freixeda, havia um levantamento, não sei se ainda existe em alguma gaveta da Câmara, não faço a mínima ideia, mas foi feito pelos funcionários da Câmara, que retirava a estrada da aldeia, muitos de vós, se calhar, sabeis o local que vos vou descrever, que é o fundo de onde eu tenho a minha bomba desativada. Há ali uma ponte que atravessa a ribeira e então o traçado desviava nessa ponte, fazia um aproveitamento com um alargamento dessa ponte, ia a passar sensivelmente atrás da aldeia, onde está o campo de futebol, cruzava-se ali no campo de futebol e vinha a descer à ribeira que vem de Caravelas, que chamamos nós a ribeira do Covo. Só aí iam diminuir ao traçado 1,2 km e até hoje, acreditai que foi a melhor

Renan
Borges

opção que eu ouvi, porque o problema não é melhorarmos da Trindade ao início da Freixeda. O problema são duas curvas que temos lá no centro da aldeia, meus amigos, tem casas, não há por onde a gente se estender muito, porque fora da aldeia é fácil melhorá-la.

Agora, façam um *feedback* da população de Caravelas, para ver o que é que eles acham melhor para o futuro, se é uma estrada nova aqui pelo Altinho para arejarem bem as ideias, se é requalificarmos a que temos. Porque eu, pessoalmente, muitas vezes, antes da estrada ser melhorada no fim da década de 90, que eu tirei a carta em 96 e já andava aqui clandestino desde 94 com o carro de um lado e para o outro no liceu, muitas das vezes para vir para Mirandela já não vinha por aqui. Fazia o desvio, Macedinho, Vale da Sancha, Cachão e vinha para Mirandela. E cada vez mais, quando são coisas pacatas que se podem resolver em Vila Flor, vou a Vila Flor e já não venho a Mirandela. Porquê? Faço mais quilómetros, mas faço-os mais rápidos e menos desgaste no carro. É a realidade. E assim como os de Caravelas, e isso podeis sublinhar, muitas das pessoas já não vêm a Mirandela, vão para Macedo de Cavaleiros, tem um autocarro até. Tem uma carreira que já não sei há quantos anos existe que vem de Moncorvo e passa para Bragança diariamente. Há muita gente de Caravelas que não vem fazer compras nem resolver assuntos a Mirandela, vai a Macedo de Cavaleiros. Façam o *feedback* e vejam o que é que as pessoas de Caravelas preferem, se é fazer um traçado novo pelo Altinho, se é requalificar a que existe.

Para terminar, como disse de manhã, tenho um convite a fazer. Vai haver uma caminhada, que está em sintonia com os Caminhos de Santiago no próximo dia 20. O programa começa na nossa localidade, onde começa o caminho de Santiago no nosso concelho. Irá ser lá dado um “matabicho”, foi assim que me disseram para falar. O “matabicho”, em vez de pequeno-almoço, é mais chique, mata bicho, se calhar. E depois será o almoço, que será dado ali pelo colega de São Salvador. Aquilo é um percurso talvez para aí entre os 6, 7 km, não posso precisar. Aos que se puderem inscrever e comparecer, agradecemos.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Dando continuidade à minha intervenção da parte da manhã, estava a dizer que tinha tido uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, com o atual Presidente da Câmara e que realmente tinha saído com boa perceção do que poderia vir a acontecer. É claro que me enganei, das obras que estiveram presentes nessa reunião até à presente data, nem uma foi feita.

Saneamentos do Carvalhal e da Palorca, como costuma dizer um Senhor que todos nós conhecemos: bola.

Projeto para o edifício do antigo lagar de azeite, bola, entrada dos Avidagos, zero, parque infantil de Pereira, zero, candeeiros para o Largo de Pereira, bola, umas carradas de *tout venant* para arranjar o caminho que dá acesso do Navalho ao Abreiro, nada, polidesportivos, promessa que já vinha do mandato anterior, bola.

Senhor Presidente, Vossa Excelência seguiu os mesmos passos da sua antecessora que nunca foi Presidente de todo o concelho de Mirandela, mas sim Presidente das aldeias que vestem as cores do seu Partido. Espero que a pessoa que sair vitoriosa no dia 12 de outubro deixe de lado as cores partidárias e saiba ser Presidente de todo o concelho de Mirandela.

Na Tomada de Posse da Dr.ª *Júlia*, lembro-me de ouvir um Senhor que discursava e dizia que finalmente tinha chegado a Mirandela a liberdade, que tinha chegado finalmente o 25 de Abril a Mirandela, pois bem, tenho a certeza de que não era este tipo de política, nem este tipo de atuação a que se referia, tenho a certeza de que deve estar muito arrependido de ter feito tais afirmações.

Senhor Presidente, todos nós sabemos que, quando não queremos fazer as obras, colocamo-las a concurso por verbas irrisórias, é claro que os empreiteiros não lhe vão pegar, que foi o que aconteceu, por isso diga-me, das obras que foram faladas nessa dita reunião e noutras, quais as que vão ficar prontas até ao dia 12 de outubro? Senhor Presidente, acha correto financiar festas de algumas freguesias com conjuntos e outras nem um cêntimo receberem? Eu acho que isso não é correto da sua parte também.

Meus caros amigos, vou terminar e se porventura, ao longo destes anos, fui menos correto com alguém aqui presente, desde já peço as minhas desculpas, tenho a certeza que ainda nos vamos ver muitas vezes.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção será a última neste ciclo e vai-se intitular “A Cultura”, que foi também o tema da minha primeira intervenção neste ciclo.

Salvador Dalí foi um importante pintor espanhol, conhecido pelo seu trabalho surrealista, o trabalho de *Dalí* chama a atenção pela incrível combinação de imagens bizarras e oníricas, com excelente qualidade plástica, tinha uma reconhecida tendência para atitudes excêntricas, o seu bigode longo e pontiagudo, que o caracterizava e a sua realização extravagante destinada a chamar a atenção, o que por vezes aborrecia aqueles que apreciavam a sua arte.

Salvador Dalí estava inserido no Movimento Cubista, o Cubismo tem como principal característica a perspetiva múltipla, ou seja, várias vistas de um objeto são mostradas simultaneamente. O seu trabalho mais conhecido é *A Persistência da Memória*, concluído em 1931.

Com as eleições que se aproximam, estão a aparecer os “salvadores daqui”, inseridos na corrente do cubismo, mas sem a persistência da memória. Nos quadros que pintaram anteriormente, com as melhores aquarelas da partidarite, vemos um hospital distrital a ser desmantelado, de tal forma que até o heliporto ficou inerte.

Noutro quadro surrealista, vemos a maior casa de agricultura regional a ser transferida, a uma tal voracidade, que não ficou com nenhuma chefia em Mirandela, não haveria ninguém competente em Mirandela? E outros tantos quadros pintados, a mobilidade, a ferrovia, os CTT, que se deixa à consideração de cada munícipe, em particular, haja persistência da memória. Falo nestes dois quadros porque são quadros que foram leiloados a preços incalculáveis e já não se encontram nas nossas galerias e agora os “salvadores daqui”, aqueles altos quadros dos partidos, vão virar os seus quadros ao contrário, de pernas para o ar e vão, como no Cubismo, fazer crer que os quadros que borraram estão mal interpretados e que as novas perspetivas são de luta e de defesa das causas já perdidas, com a inerente responsabilidade de quem os pincelou e como de pinturas falamos, existe outro quadro que se

Renan
Boa

pretende mostrar: *O Grito*, obra de um artista norueguês da corrente Expressionista. O que é gritante é a forma como os partidos têm tratado o assunto da poluição atmosférica das empresas de extração de óleos, senão, vejamos.

Se olharmos de frente para o quadro *O Grito*, vemos uma figura humana andrógina, não definida como homem, ou mulher, com as mãos no rosto, boca aberta, expressando desespero, ou angústia, ao fundo, um céu ondulado em tons de vermelho, laranja e amarelo, inspirado, segundo *Edvard Munch*, num pôr do sol que o marcou profundamente. A atmosfera transmite ansiedade existencial, medo e fragilidade humana, aqui está retratada a população de Mirandela nos dias em que a aragem se torna irrespirável com a laboração das fábricas de extração de óleo. Não sei se os Partidos leram a documentação emanada por esta Assembleia sobre a situação da laboração dessas unidades fabris, mas pergunto aos Partidos políticos, com responsabilidade que lhe foram inerentes ao longo destes anos, sabiam que existem unidades deste tipo a laborar sem qualquer impacto atmosférico ambiental, ou seja, limpas? Sabiam que a empresa Mirabaga, segundo a análise dos documentos, está em incumprimento nas emissões atmosféricas de odores, no plano de gestão de solventes e no reporte anual de informação?

O que realmente é gritante é o Executivo que nos governa, no seu ar mais romântico de partidarismo, convencer-nos de que Mirandela, para além da alheira e da gastronomia, também tem um cheiro característico e que as pessoas já se habituaram, assim como aqueles que nos vêm visitar até ficam agradados com referência ao odor.

O outro Partido que se propõe a governar, num colóquio sentado lado a lado com o poluente, vem dizer-nos que os acidentes são frequentes, que as soluções são dispendiosas e que, no fundo, podem continuar a poluir porque não existem provas de nocividade para a saúde pública. Note-se que o reporte anual de informação não é efetuado nem entregue às autoridades de fiscalização e decisão. Aqui se analisa o melhor quadro dos partidos: fortes com os fracos e fracos com os fortes.

Esperemos que, em outubro, se pinte um novo *Guernica* de *Pablo Picasso*, em protesto contra os tiques ditatoriais, o autoritarismo de determinadas pessoas, em conluio com as amarras partidárias.

Regresso a *Salvador Dalí* com uma das suas célebres frases, em que me revejo e com que resumo a minha participação de anos nesta Assembleia Municipal: *“Estou a pintar quadros que me fazem morrer de alegria. Estou a criar com absoluta naturalidade, sem a menor preocupação estética. Estou a fazer coisas que me inspiram com uma profunda emoção e estou tentando pintá-los com honestidade.”*

A minha postura enquanto membro desta Assembleia foi sempre como independente, no superior interesse dos munícipes. E com esta mesma independência, acreditei, estive aqui em projetos partidários e não me absteve de elaborar propostas de recomendação das mais variadas áreas, turismo, associativismo, agência económica e orçamentos; sempre com o pressuposto dos seguintes princípios: Honestidade; lutar pela verdade democrática; lutar pela correção dos autoritarismos e do nepotismo dos partidos.

Assim me despeço, desacreditado dos projetos partidários como máquinas trituradoras das consciências, mas com a minha consciência tranquila, fazendo jus à primeira mulher que secretariou e até presidiu esta Assembleia Municipal nas primeiras eleições autárquicas após 1974, pois foram esses os princípios que me transmitiu. Essa mulher, de nome *Antónia do Gervide Mosqueiro*, foi minha mãe.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção não ia começar por aqui, mas acho que o Senhor Presidente, há pouco, não me deixou falar e, no meu entender, fez uma afirmação muito grave quando disse que o “telhado de vidro” não se estava a referir a mim, mas que havia aqui muitos presidentes de junta que os tinham. Isso é grave, Senhor Presidente, na minha opinião. Disse, disse.

O Senhor Deputado que falou há pouco nesta Assembleia disse que, um Deputado Municipal que estacione no sítio do parquímetro e que não meta a moeda, daquilo que eu entendi, está a lesar o erário público em 60 céntimos por hora, é caso para perguntar em quantos euros lesou o erário público o ex Adjunto da Senhora Presidente *Tiago Morais*, para benefício próprio?

Nesta minha intervenção, enquanto residente e também na qualidade de Presidente de Junta, não posso ficar indiferente e deixar de referir de novo, especificamente, a tragédia do dia 17 de agosto, que começou a assolar a Freguesia de Frechas. É de lamentar todo o processo extremamente mal conduzido, desde o excessivo atraso dos Bombeiros, à notória e bem visível falta de meios no terreno, bem como a total ausência de diálogo e de coordenação comigo, enquanto Presidente de Junta. Durante os três dias em que o incêndio lavrou na minha Freguesia, em circunstância alguma o Senhor Comandante dos Bombeiros se dirigiu a mim enquanto Presidente de Junta. Saliento que estive sempre presente no terreno, ao lado da população, como efetivamente é a minha obrigação, assim, perante a completa ausência de comunicação para comigo, enquanto Presidente de Junta pergunto, para que serve, então, o colete e o apito que nos entregaram no início do mandato? Com o apito ainda podemos arbitrar um jogo de futebol entre casados e solteiros. Quem melhor que os presidentes de junta conhecem o território das respetivas freguesias? Colocar no teatro de operações Bombeiros que não são do concelho, sem que tenham o necessário e prévio conhecimento do local, é colocar vidas humanas em risco, assim, não é de admirar as tragédias e acidentes que têm acontecido, pois muitas vezes os Bombeiros entram inadvertidamente em caminhos que não têm qualquer saída.

Face a este acontecimento, solicito desde já e agradeço, que me sejam dadas respostas às seguintes questões, por que motivo houve uma chegada tão tardia e insuficiente de meios ao terreno? Porque demorou o Senhor Comandante dos Bombeiros de Mirandela a comparecer no local? Curiosamente, a comunicação social chegou primeiro ao terreno do que o próprio Comandante dos Bombeiros, o que não deixa de ser caricato. Segundo relatos da população, o Senhor Comandante encontrava-se, durante o incêndio, na piscina de Carrazeda de Ansiães, obviamente que o Senhor Comandante tem direito a usufruir dos seus momentos de descanso e lazer com belos mergulhos na piscina, mas também é caso para perguntar: por que motivo não estava então, na piscina de Mirandela, que está muito mais próxima da sua área territorial de primeira intervenção?

A resposta é simples, não estava na piscina de Mirandela porque, em quatro anos a Câmara Municipal não conseguiu colocar em pleno funcionamento esta infraestrutura municipal, tão utilizada por todos os residentes, campistas e todos aqueles que visitam Mirandela. Também quero questionar e agradeço que no decorrer desta Assembleia Municipal seja identificado o nome do segundo Comandante dos Bombeiros de Mirandela e quando foi feita a sua nomeação, ou se não há mesmo motivo para que a Corporação dos Bombeiros de Mirandela não tenha, ou não precise, de um segundo Comandante. Será que o Senhor Comandante dos



Bombeiros de Mirandela *Luís Soares* é omnipresente e consegue estar em todo o lado ao mesmo tempo? Por que motivo se verificou um tão grande atraso nas chegadas dos principais responsáveis da Proteção Civil do Município, entre os quais se inclui o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil e o próprio Presidente da Câmara, *Vitor Correia*? Também relativamente a estes responsáveis e por caricato que possa parecer, segundo relatos da população, os mesmos encontravam-se no Estádio de São Sebastião a assistir entusiasmadamente a um jogo do Sport Clube de Mirandela.

Não menos importante de esclarecer é saber quantas equipas de combate a incêndios estavam efetivamente no terreno, por que motivos os meios aéreos apenas realizaram duas descargas, quando tinham o rio Tua a muito curta distância, com poucos abastecimentos e onde essas descargas poderiam ter extinguido o incêndio, evitando a tragédia e a destruição a que assistimos? Mas o Senhor Presidente da Câmara não está isento de culpas, pois não teve a capacidade decisória, nem executiva para mandar limpar os terrenos envolventes às habitações e sobrepor-se aos respetivos proprietários, como devia, ou será que o Senhor Presidente da Câmara desconhece a lei que o seu próprio Partido, enquanto Governo, elaborou para acautelar estas situações? Tudo isto demonstra falta de meios, Bombeiros exaustos e sobretudo, má coordenação e comando. Esta tragédia, de facto, tem nome *Luís Soares*. É também lamentável verificar o aproveitamento político da desgraça alheia, senão vejamos, no dia seguinte, a Câmara Municipal de Mirandela publicou nas redes sociais fotografias das refeições dadas aos Bombeiros, o que é de louvar, mas deviam fazer como os concelhos vizinhos.

Lanço aqui um desafio aos senhores candidatos e há aqui alguns presentes nesta sala, à Câmara Municipal nas próximas eleições, olhem para a barragem do Cachão e percebam a importância que a mesma teve no combate a este incêndio, não façam como o atual Presidente da Câmara *Vitor Correia* que, enquanto Vereador, ainda em pleno inverno, recebeu um *e-mail* meu no dia 03 de novembro de 2024 e outro no dia 07 de janeiro de 2025, em que solicitei uma reunião para encontrarmos uma estratégia para encher a barragem, mas sabem qual foi a resposta do Administrador da AIN? “Não temos tempo para reunir.” Senhor Presidente, tem conhecimento destes *e-mails*, certo? Se não tiver, eu tenho aqui comigo. Agradeço que confirme perante esta Assembleia que lhe enviei esses *e-mails*, bem como a lamentável resposta que me foi dada pelo seu administrador da AIN.

Senhor Presidente, permita-me que lhe diga com toda a frontalidade e olhos nos olhos, como Vereador foi uma verdadeira lástima nos pelouros que lhe foram atribuídos, nomeadamente na água foi uma desgraça e os resultados estão à vista de todos os mirandenses, com ruturas constantes nas condutas e interrupções sucessivas no abastecimento. Na gestão dos jardins foi um caos, pois nem sei se lhes devo chamar jardins ou pasto de ruminantes. Na gestão das piscinas municipais foi um verdadeiro desastre, com a piscina coberta a estar fechada semana sim, semana não e com as atividades dos utentes, nomeadamente idosos, a ficarem por realizar. Quanto à piscina do Parque de Campismo de Mirandela, sinceramente, nem sei o que dizer, o parque de campismo está em total degradação e por último, mas não menos importante, o encerramento da Praia Fluvial, surgiram objetos flutuantes não identificados, alegadamente provenientes de descargas a montante da praia fluvial, o que prova a ausência de manutenção e fiscalização por parte do Município.

Enfim, só desgraças. Estou mesmo sem palavras. Esta questão é pertinente e impõe-se pelos factos que todos conhecemos. Se Vossa Excelência foi um Vereador tão fraco, como pode aspirar a ser um bom Presidente de Câmara?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, se me permitir, também ia responder ao Senhor Presidente da Junta de Frechas algumas questões, considerando que eu posso ter alguma informação mais privilegiada para dar algum tipo de resposta.

Não vou entrar no nível pessoal, em ataque pessoal. Eu podia estar em Lisboa com a minha família, você não sabe. Podia estar no Algarve, podia estar onde quisesse. Eu não era o Comandante em permanência às operações.

Se não sabe, existem seis comandantes na sub-região em permanência 24 horas que têm que responder caso exista alguma solicitação do elemento de Comando numa maior ocorrência. Não estava de serviço, como deve compreender. E deve compreender também que, por acaso, o Comandante acabou por largar a sua família, acabou por largar a sua mulher e os seus filhos e foi ajudar a resolver a ocorrência, que era muito complexa.

Para dar aqui uma nota, no dia 17 de agosto o incêndio rural em São Pedro de Vale Conde teve um alerta às 15h53. Foi um incêndio ativo junto da estrada municipal que liga São Pedro de Vale Conde a Valverde da Gestosa, um incêndio muito complexo, e às 15h58 foi enviado para esta ocorrência a primeira equipa de Mirandela e mais três equipas dos bombeiros de Torre de Dona Chama, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros. Paralelamente, foi acionado o Hotel 12, que é o meio aéreo que está localizado mais próximo para ataque inicial, que saiu da operação por falta de autonomia às 17h15.

A primeira informação do meio aéreo foi que o incêndio tinha uma velocidade de propagação elevada, com projeções a distâncias consideráveis, incêndio não combatível, e solicita meios aéreos pesados. Àquela hora não havia meios aéreos pesados disponíveis. Eles estavam no apoio ao incêndio que decorria em Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo. Aliás, a maior parte dos meios da sub-região estavam nessa situação, e os meios aéreos que estavam a caminho desse incêndio foram desviados. Os dois Alfas de Viseu foram desviados para este incêndio e realizaram duas descargas.

Senhor Presidente, se você não sabe que os Alfas não podem carregar no rio Tua, que não podem fazer o carregamento, eu não tenho culpa. Tem que estudar um pouco mais e depois, se calhar, ler.

Às 16h15, entretanto, naturalmente foi emitido um alerta interno. Sai a segunda equipa de Mirandela e a primeira equipa de Mirandela, às 16h20, chega ao local e dá conta do incêndio ativo, sem possibilidade de resolução na fase inicial, com necessidade de reforço de meios, e pede elemento de comando para o local. Às 16h20 sai uma terceira equipa de Mirandela. Às 16h20 é acionada uma máquina de rastros via Serviço Municipal de Proteção Civil. Às 16h22 são acionadas quatro equipas de sapadores florestais do agrupamento de Bragança. Às 16h26 foram acionadas mais quatro equipas de sapadores florestais do agrupamento de Mirandela e Vila Flor. Às 16h30 toma conta da ocorrência o subchefe de Mirandela e assume a operação, passando o comando às 17h, já com velocidades de propagação superiores a 900 metros por hora. Às 16h45 sai a quarta equipa de Mirandela e a quinta viatura tanque de Mirandela, juntamente com uma equipa de Valpaços. E a partir das 17h o Comandante já estava na ocorrência.

Por isso, não é verdade aquilo que afirma. Eu lamento profundamente as suas afirmações. Aliás, considero-as até um ataque pessoal pouco elegante. Eu não costumo atacar colegas Presidentes de Junta. Acho que se devia preocupar um pouco mais consigo e olhar até quais são as suas despesas de representação, que tem pagas na sua Junta de Freguesia, ao próprio Presidente de Junta, no valor de 150 euros.

----- A Senhora Deputada *FILIPA CERQUEIRA* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Estamos hoje a realizar a última Assembleia Municipal deste mandato, naturalmente um momento de balanço e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Quero, por isso, começar por elogiar o Executivo Municipal pela forma dedicada, responsável e próxima com que tem conduzido o destino do nosso concelho, permitam-me destacar alguns aspetos particularmente relevantes.

O rigor financeiro e a responsabilidade na gestão pública. Quando este Executivo iniciou funções, o prazo médio de pagamento aos fornecedores ultrapassava os 180 dias, hoje esse mesmo prazo foi reduzido para apenas 12 dias, este dado demonstra não só uma boa gestão financeira, mas também o respeito pelo tecido empresarial local, tão essencial ao dinamismo da nossa economia.

O reforço do apoio às freguesias, há oito anos, o apoio às juntas de freguesia rondava um milhão de euros, hoje esse valor quadruplicou, mas mais do que números, isso traduz uma visão, a de um concelho coeso, onde cada freguesia conta, as nossas juntas de freguesia são a primeira porta a que os cidadãos batem, são quem melhor conhece a realidade de cada aldeia, de cada bairro, de cada comunidade. Reforçar o apoio às juntas significa dar mais capacidade de resposta às populações, só assim garantimos que ninguém fica para trás, que o desenvolvimento chega a todos e que a qualidade de vida não depende do sítio onde se vive, mas é um direito partilhado por todos os mirandelenses.

O investimento estratégico na cultura, Mirandela nunca tinha vivido um ciclo de investimento cultural tão consistente e ambicioso, desde a reabilitação deste mesmo Auditório, à criação da Estação das Artes, até à multiplicidade de iniciativas que se têm realizado ao longo destes anos. A nossa cidade tornou-se um polo atrativo para o turismo e um centro de vida cultural que dá orgulho a quem cá vive e a quem nos visita.

Mais haveria a dizer, mas o que é certo é que em todos estes exemplos, há um fio condutor, o foco nas pessoas, porque governar é, antes de mais, cuidar da qualidade de vida das famílias, dar oportunidades aos jovens, garantir condições de dignidade aos mais idosos e criar um concelho mais coeso e mais solidário.

Termino sublinhando algo essencial, problemas sempre existiram e sempre irão existir, a vida autárquica é feita de desafios constantes e não há soluções perfeitas, mas o que importa é a atitude e este Executivo mostrou essa mesma atitude. Esse é o caminho, governar com proximidade e sobretudo com realismo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu prometo que não vou demorar 10 minutos, porque acho que não há essa necessidade e parece-me que já há por aqui alguma gente com sono e provavelmente, já ninguém nos está a ver em casa, mas gostava de vir aqui fazer o meu último discurso enquanto Deputado Municipal, pelo menos nos próximos quatro anos, espero voltar a intervir aqui, talvez noutras condições, tenho quase a certeza de que isso vai acontecer.

Não sou tão fiel como a anterior Deputada, mas não podia deixar de dizer algo que me parece importante, estão aqui dois Presidentes de Junta, de União de Freguesias aliás, o Senhor *Bernardino Pereira* e o Senhor *Arménio Vaz*, a quem atempadamente, nesta Assembleia, foram votadas homenagens a eles.

Há uns dias atrás, senti vergonha alheia, porque fui convidado pela ANAFRE para a homenagem ao Senhor *Bernardino Pereira*. O nosso Partido, em tempo já programado, irá também homenageá-los, mas foi uma situação que aconteceu aqui e eu não ficaria bem comigo mesmo se, depois de ter votado essa homenagem, não viesse aqui dizê-lo na minha última intervenção.

Depois desta introdução, no fundo uma despedida do que se passou nos últimos quatro anos, queria dizer que tenho ouvido muitos discursos abonatórios, é normal, faz parte, os momentos que vivemos permitem isso, ou dão aso a isso, embora tenha havido o cuidado da Senhora Presidente e eu tentei não o fazer, nem para um lado, nem para o outro, mas não posso deixar de achar interessante que, no último discurso destes quatro anos, haja Senhores Deputados que estejam a fazer a apologia deste Executivo e outros a falar muito mal, embora alguns desses também já tenham votado ao lado deste Executivo e nós, pura e simplesmente não podemos dizer nada porque senão, peço perdão pela expressão, soltam-nos os cães.

Não quis estar a interromper o Senhor Secretário, porque efetivamente era uma intervenção que tem interesse, mas eu estava ali e até comentei com o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, se o Senhor Secretário estava a intervir na qualidade de Deputado Municipal, de Secretário, ou de Comandante. Entendo que fica bem a resposta imediata, mas se calhar um comunicado da parte do Comandante era uma coisa muito mais pertinente e não ouvi nenhum reparo por parte da Mesa. Quando há dois pesos e duas medidas, por muito pequenas que sejam, fica sempre a sensação, já não sei quem é que falava aqui nos parentes, nos filhos e enteados e essa sensação fica.

Conto que, daqui a um mês ou mês e meio, a Mesa, seja ela qual for, tenha mais cuidado, que prepare bem o Regimento dos próximos anos, porque há efetivamente uma necessidade de acautelar todas essas situações.

De resto, não posso estar de acordo com o que foi dito aqui. Acho que, efetivamente, não foi um bom mandato, podiam ter feito muito mais e melhor, podiam ter sido mais acutilantes e mais agressivos, no bom sentido, na execução dos vossos orçamentos, altamente ambiciosos no início, mas pífios no fim, com as vossas alterações orçamentais, mas não deixo de levar daqui alguns bons momentos com toda a gente.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro *ILDA FERNANDES* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho aqui informar e convidar todos para a realização da Feira do Figo, que costuma acontecer mais perto do final do mês. No entanto, derivado a fazer 800 anos o primeiro foral de Abreiro, resolvemos fazer este fim de semana.

Fica o convite para todos, se quiserem no domingo, assistir à cerimónia dos 800 anos do primeiro Foral.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me só uma brincadeira: Senhor Deputado *João Reis*, se pensa no próximo mandato estar aqui como Vereador, só poderá intervir se for autorizado.

Soube isto há pouco tempo, e nem é a mim que me devia caber fazê-lo, mas talvez à família política. Permitam-me lembrar a memória do Senhor *João Pedro*, que ouvi dizer que faleceu, não sei há quanto tempo, mas faleceu. É como digo, não devia ser eu a fazê-lo, mas como os mortos já não voltam, se calhar, caem no esquecimento das pessoas. Como era muito amigo dele, e como soube da morte dele, não vou propor um minuto de silêncio, deixo isso à vossa consideração, porque já faleceu há algum tempo, presumo, mas também nunca fica fora de tempo.

Depois, sei que não foi com essa intenção, mas tenho uma promessa comigo próprio e com esta Assembleia Municipal: sempre que ouvisse aqui falar da Serra dos Passos, que eu viria aqui. Isto já me chateia tanto, tanto, que devia chatear as pessoas que falam disto. Sabem porquê? Não queria chegar a este ponto, mas todos sabemos um pouco destas coisas, e todos sabemos que, de acordo com os usos e costumes, as águas vertentes para cada freguesia são pertença dessa freguesia. Lamento chegar a esta conclusão, mas é uma conclusão objetiva minha, porque tive muitas experiências dessas.

Sei que para Mirandela, muitas vezes, Mirandela só chega ao alto dos Avidagos. Nós, no Franco, chamamos “Alto das Quintas” à zona onde está o posto e depois começa a descer para o Franco. E a ideia que me dá é que, para Mirandela, o concelho acaba ali. Porque, se tivessem um minuto de vergonha, ao chamarem “Serra dos Passos” estão a esquecer todo o lado de lá.

Eu nunca vim aqui reivindicar “Serra do Franco”, nunca! Vim sempre aqui reivindicar que seria, e será, e vai ser com certeza para toda a Serra, a Serra de Santa Comba. Lamento que outras pessoas não o façam, mas sempre que esteja aqui presente nunca permitirei que chamem àquela Serra “Serra dos Passos”. Até porque o Franco pertence a Mirandela, não pertence a Murça. Se calhar, às vezes, mais valia pertencer a Murça, mas isso são outras questões. Fica aqui a minha reflexão. Podemos alongar muito mais a reflexão, porque eu nunca tinha dito aqui esta conclusão. Muitas vezes, para Mirandela, o concelho só chega ao alto dos Avidagos ou ao Alto das Quintas.

Depois, ainda há pouco, o Eng.º *Agostinho Beça* chamou à atenção para uma Assembleia Municipal feita há algum tempo. Eu vou lembrar ao engenheiro *Beça*, não com essa intenção, mas só porque interveio nessa Assembleia também, e que vem a propósito dos incêndios e dos fogos. Nunca das primeiras Assembleias que fizemos, penso que no primeiro mandato até, eu vim aqui reivindicar um tratamento intermunicipal da beira d'ávila, recorda-se? Pois claro que se recorda das variadíssimas represas que podiam ser feitas naquela ribeira, que teriam muitíssimas funções. Uma delas seria, por exemplo, para combate a fogos e incêndios.

O que foi feito desde aí até agora? Nada. E ali continua a correr aquele caudal de água que, que me lembre, e que os mais velhos também confirmam, nunca secou, mesmo nos verões mais secos. E continua aquele caudal a correr para o Tua. Olhe, eu nem sei para onde é que vai, se quer que lhe diga, mas para o mar vai de certeza.

Também falámos aqui da desertificação e até de casas comunitárias. Lembra-se? Deverá lembrar-se. Em termos políticos, há uma coisa que eu tenho, que é a memória. Isso pode ter a certeza absoluta. Só falo agora aqui na Ribeira d'ávila, precisamente pelas circunstâncias que acabámos de viver. Eu digo, é também um ditado do povo, Graças a Deus que até ao momento, que ali naquela serra ainda não houve nada. E espero bem que não haja mais um ano. Já há uns anos que não existe e ainda bem.

Por último, também aproveito para me despedir, será sempre uma despedida, porque será sempre a última intervenção neste mandato. Já da outra vez que cá estive disse que perdia um pouco o fio à meada, porque vinha a umas sessões e não a outras, e depois não me sentia muito bem integrado, mas isso é um problema meu.

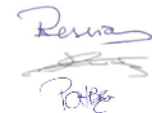
Agora, nunca ninguém me viu estar a olhar para o relógio, nunca ninguém me ouviu a dizer “vamos embora”, nunca ninguém me ouviu dizer “vamos lá acabar com isto”. Não. Sempre tive a consciência e a noção que eu venho para aqui, e que faltei ao serviço noutro sítio qualquer, mas venho para aqui para cumprir o meu dever. Estão aqui algumas pessoas desde o primeiro momento em que eu vim e posso quase garantir que nunca, em 32 anos, faltei à Assembleia Municipal. E penso que todos os que aqui estão desde o início podem confirmar que, em 32 anos, nunca faltei a uma Assembleia Municipal. Que eu me recorde, posso estar a falhar, mas não, nunca falhei uma Assembleia Municipal.

Claro que quero estar aqui no próximo mandato, mas quem decide é o povo, e ainda bem que é o povo que decide. Tome o povo a decisão que tomar, aceite-a-ei. Se cá estiver, ficarei feliz; se não estiver, irei à minha vida, por outras bandas. De certeza que não me faltará o que fazer. Mas irei recordar para sempre os momentos que aqui passei, isso podem ter a certeza.

Assumo sempre os meus erros. Posso ter falhado com alguém, mas sempre que venho para aqui é para tentar resolver os problemas do nosso concelho e das nossas freguesias, não venho para aqui para ser simpático com esta família política, com aquele Senhor Deputado, com o outro; venho para aqui para falar de coração, para falar aquilo que me vai na alma.

O que mais me incomoda, na vida pessoal, profissional e até familiar, são as desigualdades. Desigualdades de tratamento. Um Senhor, porque tem uma vida e um currículo, é tratado por “Doutor” ou “Engenheiro”. Não, ele aqui nem é doutor, nem é engenheiro, nem é nada. Ele ou ela é deputado. Mas não, é o “Senhor Dr. Fulano tal”, a “Senhora Eng.ª Fulana tal” e mais não sei quê.

Graças a Deus, sempre me trataram por *Paulo*, Deputado *Paulo Pontes*. E se não o fizessem, passariam a fazê-lo, de certeza absoluta. E, depois, é o tratamento desigual. Não é esta Mesa. Todas as Mesas da Assembleia Municipal em que pude presenciar tem tratamentos desiguais. Uns podem intervir às vezes que quiserem, outros podem intervir depois de se chatearem, que era o meu caso. Tinha que ser mal-educado, coisa que vai em contra os meus princípios educacionais e de formação. Mas eu chegava à



conclusão que “só quando passo a ser mal-educado é que me deixam falar” e que “estão a praticar uma grande injustiça para comigo”. Era esta a minha conclusão.

Não ficaria bem comigo próprio se não viesse aqui transmitir isto. O futuro, como se costuma dizer, a Deus pertence. Se aqui estiver, estarei feliz e sempre disponível para participar nestas discussões acaloradas. Se não estiver, lembrar-me-ei algumas vezes de todos vós.

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, em boa hora vim aqui há pouco pedir-lhe o esclarecimento que pedi, porque pude constatar *in loco*, a sua capacidade de tolerância e de compreensão, que é zero. É isso que tenho inicialmente para lhe dizer, até porque o Senhor também já tinha saído e não deixaram de lhe fazer as questões, às vezes temos necessidade de sair, aquilo que o Senhor devia ter feito, apesar de não estar aqui, era voltar a responder-me, porque não custava muito e era um pedido de esclarecimento. Poderá eventualmente fazê-lo agora, se assim o entender, se não também poderá fazê-lo por escrito.

Estava eu a falar das publicações e daquilo que são as intenções do Executivo, porque creio bem que não passem de meras intenções, diz assim: “Torre Dona Chama, Mirandela, o sonho nasce, projeto de execução para o ordenamento do campo da feira de Torre Dona Chama, concurso público a decorrer para a realização da obra, trabalho de equipa.”

Senhor Presidente, se formos ver e como disse, isto não é novidade nenhuma, está no *Facebook* do Senhor Vice-Presidente, trata-se de um levantamento topográfico que tem a vermelho o limite de intervenção e as únicas estruturas que aqui estão já existem, não sei como é possível chamar a este documento um projeto de execução, porque isto não é um projeto de execução, é uma planta, como calculará um projeto de execução tem muitas mais peças gráficas e não se coaduna sequer com isto que está aqui.

Depois, diz, “Bouça, Mirandela, vai ser adjudicada pelo Município a empreitada de requalificação do campo da feira da Bouça, um projeto desenvolvido pelo Município de Mirandela em parceria com a AMTQ.”

Senhor Presidente, este projeto foi o único que vi em que as mudanças de direção são retas de 90.º, não há curvas aqui, gostava de saber como é que vira aqui um camião, ou uma carrinha. Cerca de cento e trinta lotes para feirantes, a circulação interna pedonal, nos dois sentidos, tem um metro, como é que se cruzam aqui as pessoas? A própria cidade tem regulamentos para a execução dos passeios, é preciso responsabilidade naquilo que se apresenta a Mirandela e aos mirandelenses, independentemente de tudo o resto. Até lhe digo uma coisa, se estivesse no *Facebook*, apesar de ser no *Facebook*, um projeto de elevada valia, estava aqui a dar-lhe os parabéns. Se me estivesse aqui a apresentar um projeto de elevada valia para a minha terra, estava aqui a dar-lhe os parabéns e a dizer que em boa hora, demorou-se o tempo necessário para que aparecesse um projeto bom para Mirandela e bom para o concelho de Mirandela.

Mais à frente, diz assim, “Vale da Sancha, Mirandela, reabilitação da estrada municipal em fase de conclusão.”

Senhor Presidente, está a iniciar, está compactada, uma estrada em fase de execução, no mínimo, como eu dizia de manhã, está a ser aplicada a camada de desgaste, mas melhor ainda é a sinalética vertical e horizontal e a pintura de pavimentação. Senhor Presidente, estamos a falar em agosto, é isto que está aqui. Senhor Presidente, pintura, eu nem sei onde é que é isto. Diz assim: “Mirandela, 30 freguesias.” Todas as estradas das trinta freguesias estão a ser pintadas? Estão todas, Senhor Presidente?

Se isto estivesse realmente a acontecer, se estas obras aparecessem agora, ou tivessem aparecido no mês passado, ou há dois meses atrás, no *site* do Município, ou na página pessoal de quem quer que fosse, estava aqui a dar-lhe os parabéns, se fossem projetos e investimentos para fazer na realidade, bons e interessantes para a minha terra, que também é sua, Senhor Presidente, não é só minha, é sua e é de todos nós.

Enquanto este corrupio de empreitadas andava no *Facebook*, o cartão de visita de Mirandela era uma placa amarela que está há anos na A4, que diz que a ponte Engenheiro Machado Vaz está condicionada., era a falta de água nos bairros de Mirandela no mês de agosto, era a falta de água em diversas freguesias do concelho no mês de agosto, era o parque de campismo, que está num descuido absoluto, são os jardins que estão completamente secos, é a cidade que está toda esburacada e os passeios todos partidos, era a piscina que estava fechada. Que cartão de visita ofereceu aos emigrantes que vieram à sua terra, aos turistas e aos mirandelenses? Foi isto.

Agora, o Senhor Presidente se me quer responder se se revê neste tipo de atitude, diga aqui se sim, ou se não. Se não quiser responder, responda-me por escrito.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Neste momento, para uns, é um momento só de fecho de ciclo, de balanço e de análise, para outros é um momento de canal aberto para fazerem as suas promessas, as suas reivindicações legítimas para o processo que aí vem.

Confesso que hoje, antes de vir para aqui, ou nestes dois dias, tive uma certa preocupação e um certo cuidado em tentar, nos meus momentos de pausa, imaginar o que é que hoje ia acontecer aqui. Tentei idealizar esta Assembleia, por si tão particular, tão específica, dada a calendarização dela e o que é que hoje ia dar, se ia ser uma Assembleia normal, se ia ser uma Assembleia mais aguerrida, fosse como fosse. Confesso que saio daqui, ou pelo menos neste momento, um pouco dividido, porque se por um lado vejo uma boa parte desta Bancada com um comportamento e um procedimento a todos os níveis corretos, vejo outra parte que quer fazer uma demarcação de tudo e mais alguma coisa, esquecendo-se do que aconteceu, do sentido de voto que tiveram em tudo e mais alguma coisa, mas, à parte disso, quero fazer aqui o que acho que é mais importante, uma série de considerações sobre estes anos.

Em primeiro lugar, quero pegar nas palavras que, ainda de manhã, o Senhor Deputado *Hernâni Moutinho* eloquentemente proferiu, como é seu hábito e tradição aqui nesta Assembleia e fazer minhas grande parte das suas palavras, não tenho a pretensão de ter a sua eloquência, nem pouco mais ou menos, mas revejo-me em grande parte das suas palavras proferidas.

Renan
Beça

Quero também dizer, já foi dito por outros, que nestes oito anos, uma vez que certamente não vou continuar como Membro da Assembleia Municipal, visto que não sou candidato à Assembleia Municipal no próximo mandato, qualquer tipo de mal-entendido, qualquer tipo de situação que tenha sido causada, ou subentendida, como já o referi aqui humildemente numa situação em que alguém me disse o contrário, nunca foi minha intenção, a minha intenção desde o primeiro dia até hoje, em que saio daqui, foi única e exclusivamente a defesa intransigente de Mirandela e daquilo que considero melhor para Mirandela, essa foi sempre a minha posição e o meu compromisso durante estes oito anos.

Dentro da minha modéstia, da minha modesta opinião e das minhas modestas responsabilidades, não quero dar conselhos, porque não sou ninguém para dar conselhos, muito menos a pessoas tão ilustres como vós, mas quero fazer aqui um pedido, uma formulação do que gostava que acontecesse. Estamos a entrar agora em período pré-eleitoral, em breve entraremos num período eleitoral que vai terminar no dia 12 de outubro. No dia 12 de outubro teremos eleições, teremos três órgãos eleitos em cada uma das 30 freguesias e portanto, temos envolvidas neste processo mil ou duas mil pessoas em todo o concelho, com uma dinâmica e uma dispersão partidária que nunca aconteceu em Mirandela, quero mesmo e faço votos para que isso aconteça, que esta campanha tenha um valor elevado.

Que se discuta política e não politiquice, que se discuta o futuro e as propostas e não as pessoas, que se discuta o macro e não o micro, que se discuta sobretudo, o que tem de ser feito para a melhoria das pessoas e não a pessoalização de gostarmos mais ou menos de cada uma delas. Só assim os mirandelenses têm a ganhar, só assim o concelho e cada uma das freguesias têm a ganhar e só assim os nossos municípios e os nossos fregueses têm a ganhar.

Faço votos para que cada um de nós e cada um de nós que tem responsabilidades, tenha essa visão, essa clarividência e esse compromisso para com os cidadãos.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, falou sobre a estrada da Trindade e da nova proposta de ligação a Caravelas, já percebemos que é uma ligação polémica, mas o que falta efetivamente aqui é uma ligação de Mirandela ao IP2, que não existe, foi um erro, que nós procuraremos ultrapassar. Estamos a trabalhar nisso e já há aqui algumas ações, nomeadamente reuniões com a Infraestruturas de Portugal, para podermos fazer essa requalificação, até dando conta dessa Moção que já aqui aconteceu, já é uma situação antiga, mas que precisa ser uma realidade, porque a verdade é que perdemos centralidade.

Quem nos visita, sobretudo da região norte do planalto mirandês, apanha facilmente o IC5 e segue para Vila Real, não vêm a Mirandela, porque tem o IP2 e a ligação a Mirandela está um pouco danificada, é de difícil acesso, quer sob o ponto de vista do piso, quer sob o ponto de vista das curvas.

Conhecemos todos e isso tem que ser um desígnio nosso para conseguirmos ultrapassar e passar para estrada nacional porque, como foi dito e bem, tem a ver com o trânsito, tem mais trânsito esta estrada municipal do que algumas estradas nacionais e isso importa, ainda que seja por força de uma troca que se venha a fazer, não sei qual é que é a melhor forma que temos para negociar, mas o que é certo é que isso tem que ser uma realidade fazermos esta ligação definitiva, porque Mirandela perde muito por não ter essa ligação ao IP2, para além de servir as populações que já aqui foram faladas, nomeadamente São Salvador, Vila Verde, Freixeda e Caravelas.

Relativamente à questão que o Senhor Presidente *Bernardino Pereira* colocou, vem aqui de novo com a questão do subsídio, nós vamos fazer aqui aquilo que temos feito, que é o subsídio igual para todas as festas, assumi de manhã e vou repetir, só a Torre de Dona Chama teve uma discriminação positiva, pelas razões que já aponte, vamos ter o mesmo procedimento com todas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* relativamente ao Tuasol, importa fazer aqui algum histórico, importa percebermos que há aqui ao longo do tempo várias queixas, nomeadamente queixas que diziam respeito a um muro, que o parque não tinha um muro próprio, construímos esse muro, inclusivamente com uma estrutura que dá garantia à privacidade da residência da pessoa em causa. Isso também foi feito e foi feito com investimento nosso, também era uma reivindicação que foi feita.

Depois, havia a questão da iluminação, fizemos a iluminação, colocámos a iluminação e garantimos que a iluminação ficasse de costas para a residência, fomos dando sempre passos para dar resposta à qualidade e ao bem-estar das pessoas, nomeadamente de quem era queixoso, instalamos câmaras de vigilância, tudo isto porque entendemos que o civismo é algo que tem faltado na utilização do parque. Se o parque fosse utilizado da forma como está preconizado, dentro das áreas previstas e com regras adequadas, penso que não haveria queixosos e tudo fizemos para que acontecesse esta situação, para mitigar tudo o que era estes elementos, como já aqui falei: a proteção do edificado através do muro, a iluminação mais eficaz para que as pessoas se sentissem mais cómodas e não se sentissem intimidadas, e as câmaras de vigilância, em último caso, caso houvesse alguns desacatos.

Não obstante isso, não fomos capazes de ultrapassar esta questão que foi colocada, pedimos que fosse feita a medição do ruído, pedimos uma proposta, que nos chegou, essa proposta tinha um conjunto de requisitos, mas esses requisitos não foram todos respondidos.

Assim que recebi o relatório, entrei em contacto com o responsável, ele disse que não tinha lá uma pessoa que estaria de férias e eu disse: “Mande-me isso, por favor”, porque era nossa intenção hoje, nesta Assembleia, termos o assunto resolvido, não foi possível, estou a aguardar a qualquer momento a chegada desse relatório, porque o relatório que foi enviado é muito reduzido, não era um relatório daquilo que nós tínhamos pedido, daquilo que estava preconizado, estamos à espera dele, para definitivamente tomarmos essa decisão em função desse mesmo relatório.

Falou na questão da água, a questão da água já foi aqui também respondida, é recorrente, a questão da piscina coberta é uma questão diferente das restantes, o próprio equipamento ganha um determinado tipo de parasitas, para lhes chamarmos assim, que é preciso ultrapassar, as análises rigorosas e recorrentes obrigam a que os nossos equipamentos deem a garantia de segurança do ponto de vista daquilo que é a qualidade e quando temos que as fechar, fechamo-las, com todo o prejuízo que temos, sabemos que o maior prejuízo é da população que não utiliza, mas também nós temos depois esse ónus político, por não termos equipamentos a funcionar.

Renan
Boa

Mas muitas vezes não tem a ver com o equipamento estar obsoleto, temos de perceber porque é que aparecem esses parasitas, ou essas inconformidades nas águas e que nós tentamos sempre resolver, isso parece-me que é notório, que nós temos feito aqui uma evolução muito qualitativa no que diz respeito à avaliação da qualidade, por isso é que ela é qualitativa.

Relativamente à questão da partidarização da Câmara e da utilização do espaço, eu não posso concordar, sei que, muitas das vezes, nós temos candidatos a juntas de freguesia que são simultaneamente Presidentes de Junta e que às vezes pode haver a tendência de falarmos, mas nada de utilização de um espaço de forma indevida. A utilização do equipamento, é inerência das funções, penso que isso é comum em todos os lados em que há governação.

Toda a campanha é feita em espaço próprio, temos uma sede de campanha, temos uma sede do Partido, não utilizamos esse espaço, indiscriminadamente.

Relativamente à questão das eólicas que colocou e muito bem, há uma Providência Cautelar que foi imposta pelo Ministério Público, da qual aguardamos desenvolvimento, desde que foi feita essa Providência Cautelar, ainda mais nada aconteceu.

Relativamente aqui à questão da transmissão *online*, o contrato com a anterior empresa terminou, não pode fazer um novo procedimento e nesse sentido contratámos uma nova empresa para fazer esta transmissão, é uma questão de contratação pública perfeitamente normal.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente *André Geraldo*, já foi lamentada a morte do operador, estive no local no próprio dia, não há nada a fazer, a não ser lamentar e evitar que possa acontecer de novo, porque andarmos aqui a fazer obras e cortes, corta fogos e caminhos à pressa parece que não é o mais adequado. Todos nós temos responsabilidade nisso, porque por vezes pedimos a um proprietário para deixar fazer um corta fogo no seu terreno e não aceita, mas o que é certo é que quando é o momento do incendio, não se pergunta nada a ninguém e o corta fogo faz-se. Lamentar também isso e perceber que há aqui muito a fazer para evitar que no futuro, não se repitam estes episódios, que lamentamos todos profundamente.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente *Arménio Vaz*, que insiste nesta questão, o saneamento na Palorca e no Carvalhal será uma realidade, não pusemos os valores baixos para que não fosse adjudicado, isso é uma acusação que não posso aceitar. Se forem verificar outras obras que foram feitas, irão constatar que os valores estão em linha com outras obras, percebemos que o momento é, se calhar, de algum oportunismo face à necessidade de fazer obras, as empresas não concorrem e ficam vazios alguns procedimentos, mas vai ser uma realidade, não tenha a menor dúvida.

Quanto ao polidesportivo, dizer que já disponibilizámos a verba de 40 mil euros para poder fazer esse trabalho, assim como disponibilizámos a outras Juntas de Freguesia o valor parcial para poderem reabilitar as escolas, que também estão a ser uma realidade. A iluminação do parque infantil e do parque também está em procedimento. A única exceção foi o lagar, porque não surgiu uma candidatura que pudéssemos acoplar, quanto às outras, serão uma realidade. Se não for o Senhor Presidente *Arménio* a fazer a inauguração outros farão, não tenha a menor dúvida, porque isto está tudo cabimentado e compromissado.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosquito*, tivemos aqui com um momento muito cultural, gostava de dizer algo que *Salvador Dalí* diz, “que se fale de *Dali*, nem que seja para dizer mal”.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que lamento a referência à chegada tardia ao local do acidente, quer pela Proteção Civil, quer pelo Presidente da Câmara. Estávamos a ver um jogo do Sport Clube de Mirandela contra o AD Camacha e quando nos apercebemos do incêndio, quando soubemos, simplesmente fomos para lá.

Inicialmente, foi-nos dito que o local era junto a Valverde da Gestosa, depois percebemos que não era. Mas fomos imediatamente para o local, não percebo esse comentário da chegada tardia. Devo-lhe dizer que, enquanto Presidente da Câmara, mas muito mais enquanto mirandense, acompanhei este processo todo dos incêndios, estive sempre ao lado dos Bombeiros, percebi realmente o que é ser Bombeiro, temos de dar os parabéns aos Bombeiros. Tomar decisões no momento é complicado. Estive lá, ajudei também no reforço aos Bombeiros, na alimentação, vi as dificuldades que passavam e é importante que todos percebamos que os Bombeiros somos todos nós, porque nestes momentos de aflição temos todos que ajudar e todos somos poucos. Não me parece que estar aqui a dizer quem chegou tarde, ou cedo fique bem, mas fica para quem produz as declarações, o Senhor produziu-as e ficará com elas e quem hoje o ouvir fará a interpretação que quiser.

Relativamente à Proteção Civil substituir-se aos proprietários, Senhor Presidente, isto podemos fazer num caso pontual, se a Proteção Civil se substituisse aos proprietários, tínhamos que reforçar a Proteção Civil com não sei quantos elementos e depois teríamos de trabalhar para os proprietários, alguns deles nem são conhecidos e noutros casos nem conseguíamos reaver as verbas despendidas para esse efeito, dentro do que é possível temos atuado em alguns casos em que manifestamente há situações de perigo.

Quanto à Barragem do Cachão, recordo-me perfeitamente de ter enviado e falado com o Administrador *Michel*, que ficaram de averiguar e de se deslocarem ao terreno. Foi uma situação que depois me ultrapassou, mas recordo-me perfeitamente disso e de ter falado com o *Michel Monteiro*, poderá ter reunido consigo ou não, mas esse é um assunto que me ultrapassou, pelo que diz não se terá reunido, mas a ideia que eu tinha era que teria havido essa reunião. Continuou com algumas considerações acerca da minha pessoa, das quais dispenso comentar, não vou sequer pronunciar-me quanto a isso.

Em relação à intervenção da *Filipa Cerqueira*, agradecer o facto de ter vindo aqui e de trazer ao de cima aquilo que foi a nossa atuação, mas deixe-me dizer-lhe, não podia deixar de o fazer, que, efetivamente, aquilo que foi transferido diretamente para as juntas de freguesia não foi quatro vezes mais do que o que estava em 2017; foi cinco vezes mais. Portanto, pela atualização do mapa temos 5 milhões de euros distribuídos diretamente pelas 30 Juntas de Freguesia, quando, no início de 2017, era 1 milhão de euros. Esta é a verdade, são 5 milhões de euros que estão distribuídos pelo território e são 5 milhões de euros que garantidamente, estão em obra, porque tenho a certeza de que temos Presidentes de Junta muito capazes.

Aquilo que está aqui somado são os valores da transferência de competências, mais o valor do Fundo de Financiamento de Freguesias, são os valores que têm diretamente nas suas contas, não é só a Câmara Municipal que os dá, as Juntas de Freguesia tinham em 2017, 1 milhão de euros, hoje têm 5 milhões de euros divididos por todas, esta é a realidade indelmentável.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado *João Reis*, é verdade que poderíamos ter feito mais, mas tivemos as maiores execuções financeiras de sempre, sabe perfeitamente que isto é verdade e isto são valores que nós podemos dizer, não vou estar a enumerar as obras porque seria demasiado fastidioso estar aqui a dizer a quantidade de obras que fizemos nestes mandatos, são um



sem-fim de obras, são mais de 35 milhões de euros que estão aqui, que foram gastos, que foram investidos e estão cá no nosso território, não há dúvidas quanto a isso, se alguém tiver dúvidas, posso mostrar este mapa e podem verificar esses valores.

Relativamente às homenagens ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira* e ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*, temos ainda intenção de fazer uma homenagem, para não ficar aqui dúvidas quanto a esta questão, que foi aqui assumida ainda no anterior mandato, mas ainda a havemos de fazer até ao final deste mandato, não sabemos se será aqui neste local, ou no Salão Nobre, mas merecem essa distinção. temos intenção de o fazer. O Senhor Presidente *Bernardino Pereira* e o Senhor Presidente *Arménio Vaz* irão ser alvo de uma homenagem municipal pelos anos que estiveram à frente das freguesias, não tenham dúvidas quanto a isso, vamos trabalhar nesse sentido, provavelmente vamos fazê-lo no Salão Nobre, porque nos parece mais adequado.

Agradecer à Senhora Presidente *Ilda Fernandes* o convite para a Feira do Figo e do Mel, estaremos presentes, dentro da nossa disponibilidade.

Dizer ao Senhor Deputado *Paulo Pontes* que efetivamente, designar por “Serra dos Passos” não é justo. De manhã disse-o e depois corrigi, é Serra de Santa Comba, é verdade que é um bloco íntegro, que tem um todo e que inclui a Freguesia dos Passos. Nós aqui habituamo-nos a dizer Serra dos Passos, porque só a vemos até aos Passos, mas em termos de presença não é, é dos Passos, das Lamas de Orelhão, do Franco e de Suções, é Serra de Santa Comba, não há dúvida quanto a isso.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada *Luísa Belchior*: quando me referi à deselegância, teve a ver com o facto de me ter chamado deselegante, apenas respondi ao seu “piropo”, nada me move de outra forma e sabe que foi assim.

Quanto ao que foi publicado num *post* pessoal, isso cada um tem a sua responsabilidade pessoal e cada um faz aquilo que entender. Respeito a liberdade individual de cada um e assim fá-lo-ei sempre. O projeto é um projeto que está feito por arquitetos, por engenheiros e foi revisto pela AMTQ, aquilo que lhe foi mostrado, se não é do seu conhecimento isso é outra coisa, mas o projeto existe, pode eventualmente pedi-lo e consultá-lo, já está em análise pelo júri para ser adjudicado, isto não é um “boneco”, desculpem a expressão. Estamos a falar de um projeto que está feito, que é um projeto feito por engenheiros, arquitetos e revisto pelos engenheiros da AMTQ. Não há dúvida nenhuma quanto a Torre Dona Chama e quanto à questão da Bouça. Quanto à reabilitação da estrada de Vale da Sancha, naturalmente está em fase de conclusão, sendo ainda necessário realizar trabalhos finais, aquilo que foi publicado é que se estava a dar início a uma obra prometida.

Não farei considerações pessoais sobre se concordo, ou não, as pessoas são livres de fazer aquilo que entendem, assim como a Senhora Deputada também fará os *posts* que entender, ou como costuma fazer, respeito profundamente tudo isso.

Quanto à última intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, dar aqui essa nota de bem-estar de procurar agregar, de chamar a uma campanha que se avizinha que seja sã, saudável e positiva. Acho que todos os candidatos que estão aqui fá-lo-ão, porque são pessoas assim, pode haver momentos mais impetuosos, mas isso também faz parte.

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

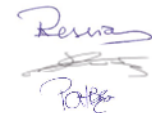
Senhor Presidente, o nosso advogado já solicitou à Câmara Municipal de Mirandela o teste, não venha dizer que há uma primeira fase do teste e uma segunda fase, porque isso não é verdade. Consultei com um advogado do Porto, que está combinado por nós. Quando quisermos contrapor o teste, não há segundos testes, há um primeiro teste e ponto final.

Agora vou-lhe dizer, ou nos faculta o teste o mais rápido possível, ou eu vou fazer chegar isto mais longe, não digo como, mas vou fazê-lo.

Senhor Presidente, ouvi falar hoje de manhã das festas da cidade, há uma coisa que me espanta profundamente, com desconsolo e com tristeza, não ouvi ninguém dizer que é lamentável que tenham feito as festas junto de uma instituição, que é o Hospital de Mirandela, não respeitaram quem ali trabalha, nem pessoas que estão em fim de vida. Hoje são eles, amanhã podemos ser nós, ou os nossos, deviam ter vergonha por mandarem fazer ali a festa. Arranjem espaços, arranjem outro lugar, mas não ali, respeitem, porque nós também gostamos de ser respeitados.

Senhor Presidente, ao ir para a Fonte da Urze, para o Cobro, Rego de Vide, São Pedro Vale de Conde, Valverde da Gestosa, lá em cima falta uma placa que sinalize onde se encontra Barcel e Longra, já não é a primeira vez que acontece de as pessoas andarem ali à rasca, não há dinheiro para colocar ali mais uma placa para sinalizar estas duas aldeias? Até se devem sentir discriminadas, mais já reivindiquei mais do que uma vez ramos de árvores que vão para cima das vias tanto numa, como na outra e até ao momento, nada foi feito, escreva, mas amanhã já não se lembra.

Senhor Presidente, estamos a chegar ao inverno, estamos a chegar à altura do nevoeiro, a estrada do aeródromo até à ponte de Vilarinho e do Melo Materiais de Construção até ao cruzamento não tem marcas na estrada, vai ser complicado para quem circula, eu circulo lá algumas vezes.



Senhor Presidente, ao ir em direção à Bronceda, há uma construção que foi feita na margem do lado direito, esta construção está legal ou ilegal? Se o Senhor não comprovar brevemente que está legal, vou denunciar isto ao Tribunal, se eu mandar fazer um armazém ou uma casa, tenho que ter uma planta, tenho que pagar uma planta, tenho que pagar um projeto, tenho que pagar isso tudo, isto é uma questão de pagar votos e favores. Quem está aqui dentro desta sala deve saber e sabe bem daquilo que falo, não estou a falar por acaso.

Solicito que nos faça chegar o teste do ruído o mais rápido possível. Não esteja a querer esticar o peixe, porque você fez várias tentativas no bairro Tuasol, só que eu nunca lhe deixei colar o barro à parede.

A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Deputado *Virgílio Tavares*,

A luta por uma vitória eleitoral deve ser regida por regras e valores e não deve ser procurada, ou obtida de qualquer forma. Esta minha intervenção vem a propósito da intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* hoje de manhã na Assembleia Municipal, quando se referiu ao Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela.

O Senhor persistiu em lembrar outras suspeitas que são levantadas continuamente nas redes sociais e publicadas por diversos membros de um Movimento Independente relativamente ao projeto social “Bilha Solidária”. Suspeitas sobre um membro efetivo da Junta de Freguesia de Mirandela, que em conivência com o Executivo da Junta de Freguesia e de uma empresa, que se dedica à comercialização de botijas de gás, de mercantilizar uma quantidade abismal de botijas de gás, coagindo as pessoas a mudarem de operadora e com isso, favorecer negócios familiares, como empresa desse Membro do Executivo, prejudicando com isso os fregueses. Publicação que, intencionalmente, coloca em causa o bom nome de uma empresa com mais de 80 anos de existência, o carácter e o bom nome dos seus proprietários e foi alimentada hoje, uma vez mais, por alguém que muito considero e respeito, sendo esse o único motivo porque estou aqui. Tendo em conta que a pessoa que o fez ou que continua a lembrar essas suspeitas, concorre a um Órgão Autárquico, tinha obrigação de conhecer a informação pública sobre o projeto “Bilha Solidária”, que o Presidente da Junta já esclareceu como funciona nas próprias redes sociais.

Como o Senhor já deve saber, a “Bilha Solidária” é um apoio que beneficia pessoas economicamente vulneráveis, que na compra de uma garrafa de gás no seu fornecedor habitual, o fornecedor desconhece se o cliente beneficia, ou não da tarifa social, ou se aderiu ao projeto Bilha Solidária, limitando-se apenas a vender a botija e a receber o pagamento. Esse apoio é feito em nome do Fundo Ambiental, limitando-se a Junta de Freguesia a verificar se o beneficiário cumpre os critérios de elegibilidade, ou não e não escolhe o fornecedor, nem os critérios de atribuição do benefício.

A intervenção do Senhor Deputado é, por isso, grave, porque persiste em continuar a lembrar essas suspeitas, quando um Deputado devia preocupar-se mais com as empresas do concelho e com os seus municípios e para isso bastaria ter feito como fez um dos proprietários dessa empresa, que todos sabemos a que empresa se refere e a que a membro efetivo da Junta de Freguesia se refere, pedindo esclarecimentos à Junta de Freguesia sobre as vendas dessa empresa relativas a esse apoio, ou ainda mais fácil, poderia tê-lo feito junto de um dos proprietários dessa empresa, que o Movimento pelo qual o Senhor Deputado se candidata nas Eleições Autárquicas de outubro chegou a convidar para integrar as suas listas e que facilmente teria esclarecido a falta de fundamento e o ridículo dessas suspeitas e ficaria a saber que, no ano de 2022, essa empresa vendeu quatro garrafas de gás a clientes beneficiários da “Bilha Solidária”; em 2023, duas garrafas; em 2024, três garrafas e em 2025, mais três garrafas, num total de 12 botijas, o que representa um lucro de cerca de 50 euros nos 4 anos e uma média de 8 euros por ano.

Números que tornam ainda mais injuriosos e difamatórias quando se coloca em causa o bom nome dos proprietários de uma empresa familiar, que tem certamente, durante esse tempo uma faturação superior a vários milhões de euros. Alimentar essas suspeitas, quando provavelmente já tem conhecimento das vendas desta empresa nas referidas publicações, é grave.

Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, quando se fazem intencionalmente insinuações, ou publicações com consciência da falsidade dos factos, está-se a cometer um crime tipificado como denúncia caluniosa, podendo também configurar injúria, ou difamação, consoante o modo como a imputação é feita.

Em política, nem tudo vale, principalmente atingir as empresas e os municípios desta cidade, que a única coisa que pedem deste Município e dos seus representantes é que colaborem, ajudem e respeitem os seus nomes.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor município *Rui Neves*, relembro que este momento é, essencialmente, um momento de pedido de esclarecimento. Fica registada a sua intervenção, mas alertamos para que evite este tipo de comentários neste período.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *CRISTINA PASSAS* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.



Enquanto município, a reivindicação que vinha a fazer foi-me facilitada, nomeadamente através da intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, porque o sonho nunca acaba. Nós, enquanto moradores e habitantes de São Salvador, Freixeda, Vila Verde, Caravelas, entre outras localidades, sabemos que aquela estrada, aquela requalificação, torna-se urgente, mas urgente mesmo, não só porque Mirandela perde em termos de centralidade e vias de acesso, mas também porque o nosso comércio local perde, porque há freguesias que vão fazer compras a outros concelhos, quando a compra natural seria no nosso.

Fica-me o conforto de saber que o atual Senhor Presidente da Câmara já se comprometeu politicamente com essa empreitada, por isso, seja este Presidente ou outro, tenho a certeza de que ela será realizada.

Deixem-me agora, numa nota mais pessoal, quase íntima, diria, falar da situação dos incêndios do dia 17. Foi dura, muito dura. Gostaria de deixar uma nota de apreço que não tem quantificação, nem qualificação ao *António Inácio*, da empresa *Trilhos e Desníveis*.

Para nós, ele é o *Tó* e o *Tó* é de um altruísmo que todos nós lhe devemos reconhecer. Senhor Secretário, que é nesta qualidade que está aqui, o Senhor há pouco fez-nos um relatório muito detalhado de como decorreu o dia. É verdade que Portugal inteiro ardia, é verdade que os meios não chegavam a todo o lado, mas também é verdade que, se não fosse o *Tó* e a sua disponibilidade, São Salvador tinha ardido muito mais e nós devemos-lhe muito agradecimento. Houve uma frente que foram os próprios populares de São Salvador que travaram, há uma imagem que publiquei do meu filho a cerca de um quilómetro, a olhar para um monte e a ver arder um apiário com cinquenta colmeias. Essa noite, São Salvador tinha duas frentes de fogo e só os populares e o *Tó* conseguiram transferir, com a ajuda das condições climáticas, visto que o vento empurrou, infelizmente, o fogo para o vale da Freixeda e nós tínhamos noção do que ia acontecer.

Não quero deixar de expressar um agradecimento e um louvor público ao *António Inácio*, ao *Tó*, e também, obviamente, aos Bombeiros. Mas quero ainda dizer que o próximo Executivo Municipal, seja ele qual for, terá muito trabalho pela frente no que toca à coordenação e sobretudo à manutenção dos meios rurais.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Tendo em conta que hoje é a última Sessão deste mandato, abrimos algumas exceções. Considerando que foi mencionada a intervenção de um Senhor Deputado, pode então, Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, proceder à defesa da sua Honra.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade a política tem disto, lamento que sendo uma pessoa que eu considerava, vindo de onde vem, sendo um advogado, eu admito isto num Tribunal, em que um advogado de um lado e outro do outro, cada um defende a sua dama. Mas vindo do Dr. *Rui Neves*, eu não tenho palavras.

Alguém me viu aqui falar do nome da empresa do Dr. *Rui Neves*, ou do seu nome, ou da família? Pergunto e perdoe-me estar a falar alto, porque realmente eu sou de carne e osso, sou sensível e eu não falei em nada, nem insinuei nada. Estão as gravações que o provam, aliás, eu esperava que a Mesa, quando o Senhor Dr. *Rui Neves* começou a descambar para usar da palavra e a falar de campanha eleitoral e do Movimento, chamasse a atenção, como depois no fim, deu conta que efetivamente falou de coisas que não devia falar aqui.

Primeiro, aqui nesta Assembleia, hoje ninguém me viu falar, eu disse que o Senhor Presidente da Junta era objeto de outras insinuações, eu não insinuei outros casos, não falei em nenhum caso concreto. No *Facebook*, o Senhor não encontra nada a respeito disso, eu nem uso muito o *Facebook*; posso usar para partilhas, mas nem gosto de comentar, um dia destes até acabo com isso, porque não concordo muito com o *Facebook*, não sei onde é que o Senhor Dr. *Rui Neves* viu algo para falar da maneira que falou aqui.

Eu acho que ele não deve estar aqui nesta Assembleia, deve estar noutra Assembleia qualquer que não esta. Diga-me onde eu toquei, belisquei sequer a sua empresa. Que o Senhor esteja com quem quiser, tudo bem, mas isso eu nem sequer trago para aqui. Agora, vir acusar-me de uma coisa que eu não fiz, isso é grave, como advogado e como pessoa. Eu não admito, não admito. Ainda vou pensar naquilo que posso, efetivamente, fazer, ou é melhor esquecer. É melhor esquecer.

Concluindo, não quero demorar, nem dar mais tempo a isto. Tenho a consciência tranquila, não ofendi nem a si, nem à sua esposa, nem a ninguém. A única pessoa atingida foi a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*. Foi, ou não foi? E mesmo em relação a ela, não especifiquei casos, embora saiba de outras coisas e outras investigações, mas também não especifiquei, porque acho que não devo. porque a seu tempo, a verdade virá ao de cima. É só isso.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor município *Manuel Brízido*, não vai haver nenhum segundo teste, o teste está feito, o relatório é que não, não pode, de maneira nenhuma, pensar que vai haver um segundo teste, o teste está feito e está válido e validado, nós queremos é um relatório com interpretações daquilo que foi a leitura do ruído, só isso, mais nada. Não vai haver segundo teste. queremos só o relatório correto.

Dizer-lhe que, nas festas da cidade e felizmente o Hospital de Mirandela foi intervencionado recentemente, posso-lhe garantir que não há ruído no Hospital. Cá fora, mesmo dentro dos carros com o som ao máximo, não se ouve, naturalmente se abrirem alguma janela, pode eventualmente ouvir-se, mas com o Hospital fechado não há ruído e isso pode ser comprovado com os profissionais de saúde que estão aqui, não é uma questão, nem tão pouco houve qualquer reclamação.

No que diz respeito à marcação das estradas, efetivamente tem razão, estão em falta e temos que as fazer com urgência, antes do inverno. Já tivemos um procedimento feito, às vezes para empresas situadas a norte, esta contratação não resulta da melhor forma, porque qualquer empresa de qualquer parte do país pode concorrer e depois não responde e já temos alguns casos de maus exemplos. Quem ganhou foi uma empresa de Faro, que nunca se chegou a apresentar e depois temos que anular o contrato, fazer



novo contrato e novo procedimento, isto demora algum tempo, mas já devia estar feito. O tempo que passou já não é desculpável e tem toda a razão, temos que marcar antes de começar o inverno, tem toda a razão.

No que diz respeito à falta da placa de Barcel e Longra, não me parece que seja por falta de orçamento, talvez alguém ainda não tenha alertado, ia perguntar-lhe no final para nos dizer onde exatamente falta a placa, se é naquele cruzamento cá em cima ou em outro, temos que ter lá uma placa maior com Barcel e Longra.

Dizer-lhe aqui que lançou uma suspeita quanto a um edifício, que eu não percebi qual era, agradecia se formalizasse a queixa, agradeço que escreva, por favor, faça a reclamação por escrito, não deixe apenas de forma verbal.

Relativamente ao Senhor munícipe *Rui Neves*, não vou fazer considerações, veio aqui fazer a sua análise, interpretar aquilo que passou pelas redes sociais, não faço qualquer comentário.

Relativamente à questão da Senhora munícipe *Cristina Passas*, é a terceira, ou quarta vez que falávamos aqui nesta estrada, parece-me que é unânime, parece-me que há unanimidade em duas coisas, no local onde vamos fazer as festas da cidade futuramente e na qualificação desta estrada, que é muito importante, quer para as populações que serve, quer sobretudo para ligar ao IP2, ligando dois ou três concelhos, vamos ter que reclassificar essa estrada como estrada nacional, um caminho que já foi dito aqui, que tem mais tráfego do que muitas estradas nacionais que estão neste momento consideradas como tal.

Dou por terminadas as respostas desejando a todos continuação de um ótimo dia, esperando e desejando a todos uma excelente campanha eleitoral e que na próxima vez aqui neste Plenário, uns estarão satisfeitos, outros nem por isso, mas continuemos a ser cordiais uns com os outros e amigos, que é isso que nos norteia.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Estamos mesmo a terminar, não queria terminar sem dizer aqui algumas palavras, dado que esta é a última Assembleia que presido. Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados municipais e Membros da Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores.

É com sentido de responsabilidade e profunda honra que me dirijo a todos vós neste momento, que assinala o término do meu mandato como Presidente da Assembleia Municipal, um mandato breve iniciado em abril de 2025, num contexto de substituição, mas que ficará ainda assim marcado na história desta Assembleia por um facto de especial simbolismo, pela primeira vez, esta presidência foi exercida por uma mulher.

Este marco representa não apenas um avanço institucional, mas também um sinal claro da maturidade da nossa democracia local e do compromisso com a igualdade de oportunidades. É um testemunho de que a política, quando feita com seriedade e abertura, pode e deve refletir a diversidade da sociedade que representa. Foi um mandato intenso e enriquecedor. Apesar da sua curta duração, este mandato foi vivido com intensidade, entrega e sentido de missão. Cada Sessão, cada debate, cada desafio enfrentado contribuiu para o fortalecimento da nossa democracia local, para a melhoria do conhecimento sobre procedimentos e para reflexões que, estou certa, enriquecerão o futuro desta Assembleia. Foram meses de trabalho sério, de escuta ativa e de construção coletiva, que deixarão contributos relevantes para a melhoria contínua do nosso Regimento.

Quero, antes de mais, expressar o meu profundo agradecimento aos Senhores Deputados municipais pela dedicação, pelo espírito crítico e pelo respeito institucional que sempre demonstraram. A todos vós, o meu sincero reconhecimento. Aos Senhores Secretários da Mesa, que me acompanharam com exemplar sentido de responsabilidade, rigor e lealdade, deixo uma palavra de especial apreço.

Ao Executivo municipal agradeço a colaboração institucional, mesmo nos momentos de divergência, que são naturais e saudáveis numa democracia plural e participativa. Aos Serviços Administrativos da Assembleia, expresso o meu profundo agradecimento pela competência, discrição e apoio constante, que foram fundamentais para o bom funcionamento dos trabalhos.

E, por fim, aos cidadãos de Mirandela, razão pela qual estamos aqui, que, com a sua atenção, participação e exigência, nos recordam diariamente da nobreza da missão que nos foi confiada. Deixo também aqui um pedido de desculpa pelas falhas que possam ter tido ao longo deste desempenho.

Quero deixar ainda algumas reflexões de olhar para o futuro. Ao longo destes meses, procuramos garantir que esta Assembleia fosse um espaço verdadeiramente plural e representativo dos interesses da nossa comunidade. Através do diálogo construtivo e do respeito mútuo, penso que levámos a bom porto esta missão. Tenho firme convicção de que os temas aqui debatidos contribuíram para reforçar a consciência coletiva sobre o papel relevante desta Assembleia na vida política do nosso Município.

Que o próximo mandato continue a trilhar o caminho da valorização da política local com coragem, ética e visão. Que os assuntos aqui levantados tenham sempre em vista o superior interesse da comunidade e não se percam em discussões estereis, ou em jogos de vaidade, ou de interesses partidários. O tempo é precioso e deve ser dedicado à apresentação de propostas concretas e à construção de soluções que sirvam Mirandela e os mirandelenses.

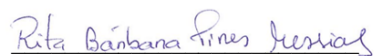
Por último, termino com uma palavra de esperança, que nunca nos falte o compromisso com o bem comum, nem a capacidade de ouvir, respeitar, mesmo que as ideias sejam divergentes, dialogar e construir pontes. Que esta Assembleia continue a ser um espaço de dignidade democrática ao serviço de todos.

Muito obrigada pela vossa atenção e até breve, espero eu. Desejo um bom regresso a casa a todos e continuação de felicidades.

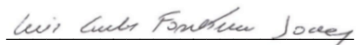
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas.

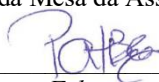
A Presidente da Assembleia Municipal;


Rita Bárbara Pires Messias

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal;


Luís Carlos Fontoura Soares

A 2.º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo